

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Fábio Roberto Wilke

**“UMA FAMÍLIA CHAMADA BRASIL”: FAMÍLIA E POLÍTICA NA
DITADURA DO ESTADO NOVO (1937-1945)**

Santa Maria, RS

2017

Fábio Roberto Wilke

**“UMA FAMÍLIA CHAMADA BRASIL”: FAMÍLIA E POLÍTICA NA
DITADURA DO ESTADO NOVO (1937-1945)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Glaucia Vieira Ramos Konrad

Santa Maria, RS

2017

Fábio Roberto Wilke

**“UMA FAMÍLIA CHAMADA BRASIL”: FAMÍLIA E POLÍTICA NA
DITADURA DO ESTADO NOVO (1937-1945)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Glaucia Vieira Ramos Konrad

Santa Maria, RS

2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Wilke, Fábio Roberto

UMA FAMÍLIA CHAMADA BRASIL: FAMÍLIA E POLÍTICA NA
DITADURA DO ESTADO NOVO (1937-1945) / Fábio Roberto
Wilke.- 2017.

108 p. ; 30 cm

Orientadora: Glaucia Vieira Ramos Konrad
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2017

1. Família 2. Trabalho 3. Estado Novo 4. Política 5.
Brasil Republicano I. Konrad, Glaucia Vieira Ramos II.
Título.

Fabio Roberto Wilke

**“UMA FAMÍLIA CHAMADA BRASIL”: FAMÍLIA E POLÍTICA NA DITADURA DO
ESTADO NOVO (1937-1945)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**.

Aprovado em 28 de março de 2017:

Glaucia Vieira Ramos Konrad, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Cássio Dos Santos Tomaim, Dr. (UFSM)

Leonardo Guedes Henn, Dr. (UNIFRA)

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

Realizar um trabalho de pesquisa com esta importância, requer um envolvimento completo com a temática de pesquisa, e também com o compromisso da História e seu dever social. Afinal, este trabalho, fruto de uma instituição pública e gratuita como a Universidade Federal de Santa Maria, ao menos que no conjunto das pesquisas históricas sobre o Brasil Republicano, deve conter uma resposta e um auxílio à sociedade.

Deste modo, além do envolvimento pessoal necessário, o trabalho de construção de uma dissertação acaba por envolver pessoas que, por espontaneidade ou não, colaboram com o seu êxito. Sendo assim, considero que algumas pessoas e instituições merecem constar nesta página de agradecimentos e, além disso, reconhecimento.

Em primeiro lugar, sem o auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), este trabalho não poderia ser concretizado. Conjuntamente, o apoio do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, representante dos Técnicos Administrativos e Docentes desta instituição, foram fundamentais, da mesma forma. Gláucia Vieira Ramos Konrad foi exemplo de pesquisadora, pois sua influência está inscrita no modo em que observa a História e os problemas que levanta sobre o contexto do Estado Novo, no Brasil, os quais tomei como provocações a seguir em minha dissertação. Ao amigo e historiador Ivan Rodrigo Trevisan, reservo um agradecimento por poder contar com seu diálogo construtivo acerca da ciência histórica. Aos membros compositores de minha banca de avaliação agradeço por sua contribuição pertinente e interessada.

Por fim, Anita Maria De Lima Sifuentes, pessoa com que dividi os últimos anos até então, e que se demonstrou uma grande companheira, estando presente e se dispondo nos momentos bons, mas também nos momentos difíceis. Sua contribuição neste trabalho foi imprescindível.

RESUMO

“UMA FAMÍLIA CHAMADA BRASIL”: FAMÍLIA E POLÍTICA NA DITADURA DO ESTADO NOVO (1937-1945)

AUTOR: Fábio Roberto Wilke

ORIENTADOR: Glaucia Vieira Ramos Konrad

Este trabalho, filiado a linha de pesquisa de mestrado “Cultura, Migrações e Trabalho”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, buscou compreender as estratégias políticas utilizadas pela Ditadura do Estado Novo, (1937-1945), em relação à família. Para isto, se elaborou um arquétipo teórico denominado “concepção político-social”. Esta construção teórica teve como propósito entender as ações utilizadas pela política do Estado Novo em relação à família, dentro três marcos fundamentais. Em primeiro lugar, de um contexto autoritário, que se manifestou através da estruturação institucional do Estado e de suas ações repressivas. Em segundo lugar, de um ostensivo discurso de reconstrução nacional, o qual exibiu como pressuposto central a união nacional através dos princípios do trabalho, da ordem e do nacionalismo, condição conjunta que propiciou, também, a normatização de hábitos circunscritos no ambiente da família. Por fim, a relação política entre o Estado e a família. Esta relação se referiu às implicações eminentemente políticas que um conceito polissêmico como o de família pôde proporcionar a determinado modo de governo autoritário. Desde a construção da simbologia de Getúlio Vargas enquanto o “Pai da nação”, até mesmo ao que se referiu a retórica de união nacional através da ideia de “família brasileira”. Com a finalidade de tornar inteligível esta relação, os dispositivos jurídicos e políticos do Estado, bem como os discursos de Getúlio Vargas e Marcondes Filho, estiveram entre o rol de documentos investigados.

Palavras-chave: Família; Ditadura do Estado Novo; Política; Trabalho; Brasil.

ABSTRACT

"A FAMILY CALLED BRAZIL": FAMILY AND POLITICS IN THE DICTATORSHIP OF THE NEW STATE (1937-1945)

AUTHOR: Fábio Roberto Wilke
ADVISER: Glaucia Vieira Ramos Konrad

This work, affiliated to the Master's research line "Culture, Migrations and Work", of the Graduate Program in History of the Federal University of Santa Maria, sought to understand the political strategies used by the New State Dictatorship (1937-1945), in relation to the family. For this, a theoretical archetype denominated "politico-social conception" was elaborated. This theoretical construction had as purpose to understand the actions used by the New State policy in relation to the family, within three fundamental milestones. First, from an authoritarian context, which manifested itself through the institutional structuring of the state and its repressive actions. Secondly, a ostensive discourse of national reconstruction, which exhibited as a central presupposition the national union through the principles of work, order and nationalism, a joint condition that also propitiated the normalization of circumscribed habits in the family environment. Finally, the political relationship between the State and the family. This relation referred to the eminently political implications that a polysemous concept such as the one of family could provide to a certain authoritarian mode of government. From the construction of the symbology of Getúlio Vargas as the "father of the nation", even to what was referred to the rhetoric of national unity through the idea of "Brazilian family." In order to make this relationship intelligible, the legal and political mechanisms of the State, as well as the speeches of Getúlio Vargas and Marcondes Filho, were among the documents investigated.

Key words: Family; Dictatorship of the New State; Politics; Work; Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 ESTADO NOVO E FAMÍLIA: UMA CONCEPÇÃO POLÍTICO-SOCIAL	17
1.1 REORGANIZAÇÃO DAS BASES DE PODER	20
1.2 OS INTELLECTUAIS, O DIAGNÓSTICO DA NAÇÃO E O CAMINHO AUTORITÁRIO	25
1.3 REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, BUROCRACIA E UNIÃO NACIONAL: A DÉCADA DO TRABALHO	28
2 FAMÍLIA E AUTORITARISMO	34
2.1 “OS ARQUITETOS DA ORDEM”: O PENSAMENTO AUTORITÁRIO DE OLIVEIRA VIANNA E AZEVEDO AMARAL	37
2.2 A FORMAÇÃO DO NOVO TRABALHADOR BRASILEIRO: “LEIS QUE ATUAM NO TEMPO E NO ESPAÇO”	54
3 “CONTINUEMOS A TRABALHAR CONFIANTES NO FUTURO”: FAMÍLIA, POLÍTICA E TRABALHO	68
3.1 A FAMÍLIA NOS DISCURSOS	70
3.2 COMUNISTAS: “OS INIMIGOS DA PÁTRIA, DA FAMÍLIA E DA RELIGIÃO”	74
3.3 “MULHER OPERÁRIA, DEVOTADA COMPANHEIRA DO TRABALHADOR E SENHORA DO LAR PROLETÁRIO”	81
3.4 AS CRIANÇAS E A CONTINUIDADE DA VIDA NACIONAL	89
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
5 REFERÊNCIAS	107
6 FONTES	112

INTRODUÇÃO

O período que se iniciou com as alterações político-sociais no Brasil, em 1937, necessita uma abordagem que contemple o político, todavia sem prescindir de aspectos componentes de sua totalidade. Compartilhamos da compreensão que estabelece que os processos históricos estejam envoltos em uma miríade complexa de influências múltiplas.

Deste modo, nestas linhas desenvolveremos questões que se apresentam de acordo com uma forma individual e específica de abordar a história. Isto, pois o problema histórico se apresenta de um modo particular a cada historiador. Suas experiências, seus horizontes de expectativas, enfim, são elementos que influenciam em uma possível construção histórica.

Por outro lado, apesar de o recorte estar disposto de modo específico, está inserido em uma abrangência maior, significativa do contexto que aqui delimitamos e em diálogo próximo com os estudos que relacionam formação social¹, política e família. Neste sentido, não há uma definição de família que não uma definição histórica, ou seja, só se pode falar em família dentro de um contexto específico de certas condições históricas. Ao fugir de uma apreensão histórica, e não a admitindo enquanto uma construção social histórica, corre-se o risco de cair em abstrações que historicamente foram instrumentos do discurso de grupos conservadores.

Ao mesmo tempo, podemos tomar como exemplo da historicidade deste grupo social a obra de Friedrich Engels (1984 p.28), “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”. Nesta, realizando um resgate erudito de estudos acerca da constituição dos grupos sociais a partir dos estudos de L. H. Morgan, demonstra a historicidade das relações sociais naquilo que modernamente denominamos “família”. Ao mesmo tempo, exhibe a constituição histórica e diversa dos laços de parentesco em formações sociais distintas, relativizando nossas concepções modernas acerca de casamento e também relações sexuais. Do mesmo modo demonstra de que forma a influência econômica da divisão social do trabalho interferiu sobremaneira na organização social, principalmente definindo o papel de homens e mulheres durante o desenvolver do processo histórico até a modernidade.

A pesquisa das relações políticas e sociais entre a Ditadura do Estado Novo², no Brasil (1937-1945), e a família, se apresenta como uma forma de responder a questões formuladas a partir de inquietações com o trato historiográfico, conjuntamente com a pesquisa em vestígios

1Nicos Poulantzas, em seu livro “Poder político e classes sociais” definirá o conceito de formação social como sendo um “objeto real-concreto, sempre original porque singular”. POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Ed. Martins Fontes 1986.

2No desenvolver do texto poderemos utilizar, como recurso linguístico, apenas “Estado Novo” o que, no entanto, deve ser entendido estritamente da mesma forma que “Ditadura do Estado Novo”.

documentais. A historiografia que possui entre suas preocupações o período Ditatorial que se estende de 1937 a 1945, se observada acuradamente, demonstra certo hiato no que diz respeito à relação mais sistemática entre o Estado e a família³.

Ao mesmo tempo, no que tange às nossas preocupações de pesquisa, talvez, além da resolução de questões pré-formuladas, nos dispomos a elaborar uma possibilidade de apreensão de uma dada realidade passada. Isto, de acordo com o panorama que encontramos diante de nossas mãos através da análise documental e que possa vir a tornar-se uma explicação inteligível, associada a nossas escolhas teórico-metodológicas.

O estudo da relação entre o Estado, a partir de suas instituições e práticas políticas, e a família durante o transcorrer das décadas de 1930 e 1940, se apresenta como uma alternativa pertinente de pesquisa histórica.

Sucedendo sua relação com a política⁴, a família torna-se um objeto de estudo oportuno, ao tempo em que desvela parte do contexto político-social exibido durante a Ditadura do Estado Novo, inserida dentro do que denominamos de concepção político-social. Ao nos referirmos a esta definição, sinalizamos a intenção de trabalharmos com a hipótese de um determinado *sentido* construído tendo em vista as relações estabelecidas entre o Estado⁵ e determinadas instituições sociais, no caso desta elaboração, a família. Relações estas conectadas intimamente com o discurso de trabalho proferido e as práticas autoritárias do Estado. Todavia, esta definição será postergada momentaneamente. Continuemos a tratar sobre as “escolhas do historiador”.

Tendo em vista que as preocupações do historiador estão imersas sob um caldeirão de subjetividades, nada mais justo que o problema histórico surja a partir de inquietações particulares, mas que ao mesmo tempo possuam certo diálogo com um contexto de maior abrangência. O estudo das relações entre a Ditadura do Estado Novo e a família encontra-se

³Estudo realizado no Trabalho de Conclusão de Graduação apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2013). Realizada posterior revisão, o panorama se apresenta sem modificações substanciais. Dentre os trabalhos de maior fôlego, podemos citar: TERUYA, Marisa Tayra. **A família na historiografia brasileira, bases e perspectivas de análise**. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Belo Horizonte, 2000. Também, SAMARA, Eni de M. A história da família no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 17, p. 07-35, set. 88/fev. 89. Do mesmo modo, SAMARA, Eni de M. A família no Brasil: história e historiografia. **História Revista**, 2(2): p.7-21, jul/dez. 1997. Igualmente, FONSECA, Cláudia. A História Social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. **Revista BIB**, Rio de Janeiro, ANPOCS, n. 27, p. 51-73, 1º sem. 1989. E FUKUI, Lia F. G. Estudos e pesquisa sobre família no Brasil. **Revista BIB**, n.10, Rio de Janeiro, 1980.

⁴Ao nos referirmos à política, nos voltamos para as práticas efetivas de um Estado a partir de suas instâncias burocráticas. Ou seja, ações institucionais guiadas por políticas de Estado que interferem em determinados grupos sociais.

⁵Referimo-nos ao Estado entendendo sua totalidade enquanto composição política e social, visto que não entendemos este como abstração não materializada, mas sim como uma estrutura política institucionalizada representante dos propósitos dos grupos hegemônicos compositores do poder em determinada conjuntura.

justamente neste âmbito. Surge da necessidade do entendimento, a partir do presente, de que modo se acomodam ou como se justificam certas articulações complexas entre o Estado e determinadas instituições sociais.

O Brasil, país de vasto território, ao mesmo tempo foi caracterizado por marcantes diferenças sociais, culturais e econômicas nas primeiras décadas do século XX. Da mesma forma, sua história foi transposta por incontáveis manifestações de classes subalternas em relação ao poder de Estado organizado. A historiografia⁶ nos mostra que os motivos, os mais variados, encontraram-se desde condições de saúde pública, como a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro da primeira década de República, até mesmo as grandes greves operárias dos anos de 1917 a 1919, que incendiaram a Capital da República e também outros recantos do Brasil, reivindicando melhores condições trabalho, como melhores salários e jornadas de oito horas diárias.

Sendo assim, a família esteve presente nos discursos de poder desde o início da República como um fator de agregação, de unificação. Nos anos de 1930, recorte temporal que nos interessa como objeto de apreensão, ela passou a ser um elemento de múltiplos significados, encarnando denotações diversas de acordo com as condições em que se encontrou o sistema político.

Pôde ser um fator de agregação, de unificação nacional, nela que se originou e se manteve o trabalhador nacional, mas também o futuro operário, ela que deveu resguardar os valores da moral e, por vezes, da fé católica. Ao mesmo tempo ela pôde ser a gênese de uma nação forte, mas também a sua perdição. Alegoricamente, a instituição família pôde ser uma simples casa, mas também pode ser uma nação.

Enfim, estes são elementos presentes na retórica dos discursos oficiais durante a Ditadura do Estado Novo. Trabalhado de acordo ao momento em que se refere este elemento polissêmico, a família, se transforma em um instrumento sensível quando falamos de mobilização política.

⁶Como nos demonstram os trabalhos: BATALHA, Cláudio. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (org.). **O Brasil Republicano vol. I – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Também: SAMIS, Alexandre. “Pavilhão negro sobre pátria verde-oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil”. In. COLOMBO, Eduardo et al. **História do movimento operário revolucionário**, p. 125 a 189. Do mesmo modo: HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (orgs). **O Brasil Republicano vol. I – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. E também: BENCHIMOL, Jaime. Reforma Urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (orgs). **O Brasil Republicano vol. I – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Diante disso, algumas questões podem ser levantadas. Tomemos como exemplos: A) quais as circunstâncias levariam a uma determinada instituição social ser percebida como relevante por um Estado? B) quais as formas de abordagem deste mesmo Estado podem ser destacadas em relação a suas práticas institucionais? Enfim, estas são algumas questões que de modo geral podem ser percebidas como norteadoras desta pesquisa e que condicionam o nosso olhar sobre os vestígios documentais. Afinal, são propriamente estes questionamentos, em nosso entendimento, que nos trarão o componente histórico desta relação entre a Ditadura do Estado Novo e a família, ao demonstrar características que são reveladoras do contexto particular em que estão inseridas.

O historiador espanhol Julio Aróstegui possui uma percepção interessante sobre o exercício da pesquisa em história que julgamos pertinente somar ao que está sendo tratado neste trabalho. Discorrendo sobre o processo de planejamento da pesquisa histórica, dentro daquilo que define como seus momentos “cognoscitivos e técnicos”, ele traz a tona três momentos da pesquisa: “o do que se quer conhecer, o de como conhecer e o da comprovação do conhecido”. (ARÓSTEGUI, 2006, p. 468).

Julgamos significativos estes três momentos destacados por Aróstegui em primeiro lugar por sua clareza. Ou seja, concorrem para uma demonstração objetiva das intenções teóricas e do caminho metodológico percorrido pelo historiador. Em segundo lugar, pois estes três momentos permitem que se delineiem efetivamente os materiais utilizados pelo pesquisador para atingir os resultados desejados. Quando nos referimos a materiais, destacamos a seleção e escolha de fontes e o modo como interpretá-las.

Da mesma forma, consideramos que o processo de demonstração dos passos metodológicos se constitui em um elemento importante. Por um lado este “abrir-se” do trabalho, onde se explicita o caminho percorrido, submete a pesquisa ao crivo daqueles que a abordarem, de um modo mais honesto intelectualmente, por assim dizer. Por outro percebemos este “abrir-se” como próprio instrumento epistemológico. Afinal, demonstrar as escolhas teórico-metodológicas é automaticamente justificá-las.

Neste sentido, inseridas nos fundamentos percorridos acima é que se justificam as escolhas aqui contidas. Quais sejam os Decretos Lei, os discursos oficiais de Getúlio Vargas e também do Ministro do Trabalho Marcondes Filho, a Constituição de 1934⁷, a Constituição Outorgada 1937 e também os Boletins Mensais do Serviço de Alimentação da Previdência

⁷Esta se justifica por ter estreado a família como instituição sob tutela do Estado, ao passo que a Constituição Outorgada de 1937 apresenta continuidades neste sentido.

Social (S.A.P.S.)⁸, - majoritariamente dos anos de 1944 e 1945 – como elementos que nos auxiliam na construção de nosso trabalho.

Não é episódio desconhecido pela historiografia o crescente autoritarismo⁹ construído por Getúlio Vargas e sua composição política desde sua ascensão ao poder com o golpe de 1930. Ao mesmo tempo em que ascende ao alto poder nacional, Getúlio preparou uma crescente institucionalização da burocracia. Esta institucionalização burocrática expandiu a interferência do Estado em esferas diversas, como a legislação trabalhista, chegando até mesmo a questões de foro mais íntimo, como questões que envolveram a família. Do mesmo modo, convergiu o montante expressivo das decisões políticas para suas mãos ou de apoiadores próximos, realizando aquilo que Mônica Pimenta Velloso (1982, p. 72), denominou de intensa verticalização das atividades políticas¹⁰.

Diante disso, nesse contexto se articularam as possibilidades para que houvesse, em 1937, um novo assalto ao poder. Neste sentindo substituiu-se a Constituição de 1934 e outorgou-se a Carta de 1937, redigida por Francisco Campos. O reordenamento político e institucional¹¹ pretendido pelos propositores do “Estado Novo” se completou, revestindo suas ações em consonância legal – indiscutivelmente ilegítimas – inaugurando um período ditatorial no Brasil.

O que nos importa propriamente neste breve apanhado foi justamente este reordenamento político e institucional tramado pelos propositores de 1937. A contemplação do arcabouço jurídico construído pela fração de classe aliada a Getúlio Vargas pode servir como um caminho para o entendimento do seu modo de agir e, principalmente, das suas

8Idealizado pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio Waldemar Falcão (esteve no cargo de 1937 a 1941), o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) foi criado pelo Decreto-Lei Nº 2.478 de 5 de agosto de 1940 e vinha com o intuito de “melhorar a alimentação do trabalhador nacional e, conseqüentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho, mediante a progressiva racionalização de seus hábitos alimentares”. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2478-5-agosto-1940-412428-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 de fev. 2017.

9O historiador Luciano Aronne de Abreu demonstra que “Estado Autoritário” é uma construção da historiografia, ao tempo em que os pensadores autoritários do Estado Novo proclamavam a necessidade da construção de uma “Democracia Autoritária”, vide Oliveira Vianna (ABREU, 2014, p.49). Esta seria a responsável por dar termos às “peculiaridades” da sociedade brasileira, qual seja a inexistência de solidariedade de classes e de uma opinião pública organizada. (ABREU, 2014, p.48). Ao mesmo tempo, autoritarismo está relacionado tanto a práticas ou ações efetivas da política do Estado Novo quanto ao “ideal autoritário”, proposto por intelectuais. Introdução ao conceito de autoritarismo se pode encontrar em: STOPINNO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.p. 94/104. Também em ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA. Rodrigo Patto Sá (orgs.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV/Edipucrs, 2013.

10Segundo Velloso (1982, p. 72), em “relação às forças sociais o Estado realiza um duplo movimento: procura restringir o núcleo decisório, ao mesmo tempo em que realiza um esforço para ampliar as suas bases de sustentação, incorporando certas demandas das camadas populares urbanas”.

11Este reordenamento institucional que inclui a própria expansão da burocracia institucional com a criação de Departamentos, Serviços e Órgãos é um processo que se estabelece desde o golpe de 1930 e se amplia progressivamente até 1945.

concepções.

Afinal, a “expressão jurídica” de um Estado, é significativa de suas intenções enquanto institucionalização das ideias dominantes em um dado período. Ao mesmo tempo, esta expressão que caracteriza a legalidade de suas ações, diz muito quando analisada metodologicamente, a partir da contraposição entre as intenções do Estado e as oposições e adesões por parte dos grupos sociais, em nosso caso específico, a família.

Este período se notabilizou, ainda, pela utilização extensiva de um recurso do poder Executivo que foram os Decretos-Lei. Através destes, o grupo político de Getúlio Vargas interferiu diretamente nas mais diversas questões sociais. Utilizando-os de modo autoritário e concentrador, pois abrigou sob seu crivo grande parte das decisões políticas Vargas realizou, talvez, a mais profunda intervenção na formação social a partir do Estado até então no Brasil, desde que proclamada a República. Todavia, não se pode perder de vista que se de fato houve uma “colossal expansão do aparelho burocrático”, segundo Sérgio Miceli (1979), isto não se traduziu em uma correspondente ampliação da participação popular nas decisões políticas.

Ao mesmo tempo, podemos refletir sobre outra “face” desta expressão do Estado a qual estamos tratando: os discursos políticos. Estes, entendemos, podem se constituir como uma forma dúbia, não há dúvidas, de apreensão do passado. O discurso político é a ponta de lança de todo um processo que tem início nos desígnios de uma classe e que após superar assimilações, contestações e avaliações, chega ao seu premeditado destino. Isto não significa que não contenham espontaneidade, mas sim que são signos do próprio processo de contradições da realidade (objetiva e subjetiva) a que se referem.

Por outro lado, não há como rejeitar o fato de que o discurso político pode ser pensado como expressão condensada de um projeto político, propriamente. No discurso é possível encontrar os termos, os conceitos, enfim, as intenções previamente calculadas daqueles que estão propondo um projeto de poder.

Deste modo, o discurso de uma figura importante em determinado evento político é, a bem da verdade, um dos momentos de proximidade entre o Estado, a partir de seu representante ilustre, e a população. É um momento em que se busca a adesão e o convencimento. Não se faz ao acaso que durante a vigência da Ditadura do Estado Novo os discursos tenham sido amplamente utilizados como instrumento de divulgação política. Getúlio Vargas, como bem os estudos sobre sua figura demonstram, possuía uma retórica privilegiada, fruto de sua erudição e esta característica, percebemos, foi utilizada extensamente durante suas manifestações.

Soma-se a isso o rádio que à época foi um dos mecanismos de comunicação que se

desenvolveram no sentido da comunicação de grande alcance e, não ao acaso, foi utilizado como instrumento de propagação das ideias do governo, visto o programa “A hora do Brasil”, que foi utilizado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, principalmente durante a década de 1940¹².

Neste programa, o ministro Marcondes Filho dissertou sobre as necessidades do novo Brasil que se pretendia construir, da necessidade do trabalho como fator primordial desta construção e de valores morais, como a família, ao mesmo tempo em que realizou uma sistemática propaganda da Legislação Trabalhista como se esta fosse uma doação de Getúlio Vargas aos trabalhadores¹³.

Os discursos, acreditamos, podem ser compreendidos, além de expressão de determinado projeto de poder, enquanto visão de mundo. Para além de expressar o que se realmente é, a função primordial do discurso político é fazer com que se acredite naquilo que o orador pretende ser.

Neste sentido, este trabalho está composto por três grandes eixos de reflexão. Em sua primeira parte, no capítulo denominado “Estado Novo e família: uma concepção político-social”, desenvolvemos uma reflexão teórica com a intenção de desenhar um campo de atuação, ou um *sentido*, para as ações do Estado Novo em relação à família. Realizamos uma síntese do que acreditamos serem os três principais elementos que compõem o período em questão: a reorganização das bases do poder político, o autoritarismo, que se demonstra ramificado desde a estruturação do Estado, até as ações políticas e, por fim, determinada reorganização produtiva.

A partir desta concepção político-social que o Estado Novo abordou a família, podemos avançar para os outros dois eixos que guiam este trabalho. Na segunda parte deste trabalho, nos voltamos a compreender o autoritarismo como o meio que propiciou as intervenções ao modo em que nos referimos. No capítulo denominado “Família e autoritarismo”, buscamos entender como a tentativa de formação de um “novo trabalhador brasileiro” resultou na conformação de hábitos e costumes.

12Konrad (2006) demonstra que o governo Vargas se utilizou do rádio para suas ações políticas, como por exemplo, no Comitê de Defesa do Estado Novo, onde intelectuais e políticos lançaram mão da audiência radiofônica para a defesa do Estado Novo. Ao mesmo tempo demonstra que, vinculados ao Departamento de Imprensa e Propaganda, programas de rádio foram utilizados como veículos de propaganda/controlar cultural disseminando a concepção estado-novista acerca da cultura.

13No seu livro “A cidadania no Brasil”, o historiador José Murilo de Carvalho nos recorda que: “A partir de 1943, o ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, começou a transmitir pelo rádio, durante a Hora do Brasil, uma série de palestras dirigidas aos trabalhadores. O programa era de transmissão obrigatória por todas as rádios. Nele creditava-se ao Estado Novo o estabelecimento da dignidade do trabalho e do trabalhador, e a transformação em homem novo, em novo cidadão, de quem antes era excluído da comunidade nacional.” (CARVALHO, 2003, p. 124).

O Estado Novo se definiu como o único caminho possível para a superação do parco desenvolvimento econômico, e das mazelas enfrentadas pelos trabalhadores. Diante disso, estabeleceu que o trabalho tendo em vista a coletividade seria o único aceitável, lembremos que o Tribunal de Segurança Nacional perdurou por toda a vigência do Estado Novo, como um notável sinal de que oposições não seriam toleradas. Assim sendo, para entendermos as formas em que o autoritarismo se manifestou no período, recorremos a obras de dois intelectuais que detiveram influência na organização política estado-novista, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. Partindo das obras “O idealismo da Constituição” (1927) de Vianna, e “O Estado autoritário e a realidade nacional” (1938) de Amaral, procuramos demonstrar quais os aspectos do pensamento conservador autoritário destes intelectuais foram absorvidos pela política do Estado Novo, e quais foram resinificados ou matizados pela prática política do estado-novista.

Diante disso, na terceira parte, no capítulo denominando “Continuemos a trabalhar confiantes no futuro”: família, política e trabalho” nos voltamos a compreender sob quais formas a família foi inserida no discurso de reconstrução nacional através do trabalho. Como se criou um ambiente que proporcionou a intervenção em diversas esferas de um amplo contingente da população. Aliado a isso, como se trabalhou a tríade conservadora de “Deus, pátria e família” como um componente de suspeição política e também perseguição aos que não se dispuseram aos arbítrios do Estado Novo.

O comunismo, desta forma, foi eleito enquanto a principal ameaça a ser combatida e foi utilizado como justificativa para prisões, censuras, e também para a própria configuração da Ditadura, em 1937. Ao mesmo tempo, procuramos entender como se buscou na família um meio de intervir em hábitos sociais que se avaliou como não condizentes. Desta forma, como as mulheres e as crianças sofreram conformações que passaram por uma rígida moral estabelecida, as primeiras, como pelo estabelecimento das segundas como as fiadoras do desenvolvimento futuro da Ditadura. Isto implicou desde uma educação voltada ao nacionalismo, bem como a instituição de novos hábitos alimentares.

Sendo assim, são estas as linhas gerais que guiam nosso trabalho, e que entendidas de forma conjunta, podem tornar perceptível a concepção político-social de família para o Estado Novo. Ademais, quais foram as implicações desta concepção que, aliada ao discurso de trabalho, resultou na tentativa de conformação dos trabalhadores e suas famílias, buscando enquadrá-los no pressuposto de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

1 ESTADO NOVO E FAMÍLIA: UMA CONCEPÇÃO POLÍTICO-SOCIAL

Passemos agora a estabelecer relações mais complexas no que diz respeito a nossa problemática de pesquisa. Entender as conexões estabelecidas entre a Ditadura do Estado Novo e a família requer a compreensão de algumas questões interligadas, em formato de síntese histórica. É neste sentido que trabalharemos a noção de concepção político-social. Esta se refere ao modo simbólico e material¹⁴ sob o qual o Estado Novo considerou a família. Busquemos este entendimento.

O contexto histórico é aquele que se refere ao signo característico de cada tempo histórico selecionado previamente pelo historiador. O contexto a que nos referimos nesta pesquisa corresponde à configuração de uma ditadura. O ano de 1937 se mostrou como a exacerbação de uma crescente autoritária e repressiva que foi sendo constituída desde 1930.

As frações de classe representadas, na disputa antagônica de poder, por Getúlio Vargas consideraram que seria necessária uma mudança nas estruturas sociais e econômicas do Brasil através da força potencializada do poder executivo e de recursos autoritários àqueles que, por ventura, se demonstrassem contrários as suas proposições¹⁵. Este foi, aliás, um dos pensamentos de parcela significativa da intelectualidade ligada aos pressupostos do Estado Novo.

Não se fez a toa que um de seus primeiros atos após o golpe de novembro de 1937 foi extinguir a Constituição de 1934 e outorgar uma nova, com valores autoritários e centralizadores do poder executivo, com traços fortemente corporativos. Ao mesmo, os governadores dos Estados progressivamente perderam seus postos para os interventores, figuras que dispuseram da confiança de Getúlio na qualidade de fiadores de sua política.

Neste contexto a família ganhou inteligibilidade como uma instituição social que conteve em si certo potencial mobilizador. A política institucional da Ditadura do Estado Novo demonstrou, através da apreensão de seus vestígios documentais, intensa preocupação com a família. Por um lado, foi considerada pelo Estado enquanto um veículo sujeito a

14Apreensões desta forma, onde se explicita a interdependência dialética entre elementos, em nosso caso material e simbólico, mas também referido à força e ao consentimento, podem ser encontradas na obra de Antonio Gramsci. Nestas, explicita de forma convincente o modo dialético em que determinados sistemas políticos alcançam ou constroem sua base hegemônica de sustentação. A título de referência, citamos: GRAMSCI, A. **Maquiavel: a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

15A Ditadura do Estado Novo precisa ser compreendida através da rearticulação dos grupos de poder que vinha acontecendo desde ao menos 1930 com o golpe de 1930. O grupo político encabeçado por Getúlio Vargas exibiu em sua retórica a necessidade de afastar do poder as “velhas oligarquias”. A revelia de o próprio Getúlio ser integrante da elite política do Rio Grande do Sul.

intervenção efetiva, no sentido de políticas de assistência, de regulamentações e de sua suma importância diante de um novo cenário de construção nacional através do trabalho, como bem expressa Vargas, semanas após o Golpe de Estado, deixando claro suas diretrizes políticas, ao dizer que:

A nova Constituição, colocando a realidade acima dos formalismos jurídicos, guarda fidelidade às nossas tradições e mantém a coesão nacional, com a paz necessária ao desenvolvimento orgânico de todas as energias do país. Os imperativos de ordem e segurança predominam. Garante o trabalho e o capital, a família e o Estado, as atividades produtivas e o funcionamento regular do poder público¹⁶. (VARGAS, 1937, p. 114).

Percebe-se que Vargas, neste que é um dos seus primeiros discursos após o Golpe do Estado Novo, já demonstrou seus interesses políticos mais amplos. Garantir a coesão nacional para manter a paz com vistas à garantia do desenvolvimento das forças do capital e do trabalho. Ali também estiveram dois imperativos caros à história do Brasil republicano: a ordem e a segurança.

Neste sentido, é possível identificar que a ordem esteve ligada à disciplina do trabalho e a segurança à questão da segurança nacional contra a ameaça estrangeira – notadamente os comunistas. Ao mesmo tempo, se de um lado realizou a junção entre capital e trabalho – elemento típico de seu projeto corporativista de conciliação entre classes – de outro manteve unidos os termos Estado e família, e isto não se fez ao acaso. Nos discursos de Vargas foi recorrente a estratégia de realizar certa simbiose entre Estado (geral) e família (particular), no sentido de que o trabalho em nome do Estado na verdade seria também o trabalho em nome da família – a brasileira.

Da mesma forma, certa concepção naturalizada de família serviu como um forte instrumento de mobilização. Não nos esqueçamos de que o Brasil, dos anos de 1930, possuiu imenso contingente de praticantes da fé católica e que esta, como instituição, se não possuiu poder formal de pressão em relação ao Estado, demonstrou enorme capacidade de interferência via figuras importantes da vida pública, que compartilharam do catolicismo enquanto crença. Simon Schwartzman (1981) explicita esta relação, ao tratar sobre o episódio do “Estatuto da Família”, proposto por Gustavo Capanema (que ao final não chegou a ser outorgado) e que tinha como intenção maior intervenção do Estado na família:

¹⁶Fonte: Discurso “A ação conjunta do poder público e das forças armadas na defesa da ordem”, de 18 de dez. 1937. Petrópolis. In VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**: O Estado Novo [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. 5.

O episódio da definição de uma política estado-novista para a família ilustra com bastante clareza a forma pela qual se dava e até onde ia este relacionamento, e mostra que, apesar de influentes em certos setores – particularmente o Ministério da Educação – os setores católicos não conseguiam fazer prevalecer seus pontos de vista contra a orientação predominantemente secular e não confessional da liderança de então. (SCHAWARTZAMAN, 1981, p. 71).

Neste sentido, a família esteve associada ao discurso de valores morais, que estariam ligados a cultura cristã brasileira, como demonstrou Vargas em fala de 1943 às “jovens professoras” determinando que sua missão fosse:

Ensinar o que é Pátria, família, sociedade; temperar os ânimos para as lutas maiores; incutir a coragem cívica; estabelecer as normas salutaras do trabalho e da disciplina; são algumas tarefas imediatas que tereis de desempenhar, de enorme repercussão na vida dos indivíduos e consequentemente na vida da comunidade¹⁷. (VARGAS, 1943, p. 185).

Getúlio, alertando para os perigos que seus inimigos trariam para o Brasil, ao contribuírem para a desunião nacional, dizia que por muitas vezes eles disfarçaram “seus apetites de sinistro predomínio com as invocações mais caras e arraigadas em nossas consciências: Deus, Pátria e Família.” (VARGAS, 1938, p. 212)¹⁸.

Sendo assim percebemos que a família, na qualidade de elemento de retórica política poderia deter significações diversas. Estas poderiam ser trabalhadas de acordo com o momento em que a manifestação estaria inserida. Esta é justamente sua força, julgamos.

Devido sua forte inserção enquanto elemento naturalizado o apelo à família tornou-se um instrumento que negou sua característica histórica, de construção social. Esta característica em grande parte foi negada a partir da influência do discurso conservador da doutrina católica, o qual estipulou que a família deveria estar em sintonia com os seus pressupostos morais.

O próprio episódio do “Estatuto da Família¹⁹” proposto pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, que suscitou considerável debate nos meios políticos e intelectuais, bem

17Fonte: Discurso “A escola e a ação dos professores”, de 18 de dez. 1943. Rio de Janeiro. VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: O Brasil na Guerra: 1º de maio de 1943 a 24 de maio de 1944.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. V. 10

18Fonte: Discurso “A repulsa do paiz pelo atentado de 11 de maio”, de 13 de maio de 1938, Palácio do Catete. In VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: O Estado Novo [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho 1938.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. 5.

19“O Estatuto proposto por Capanema era um documento doutrinário que buscava combinar duas ideias para ele indissociáveis: a necessidade de aumentar a população do país e a de consolidar e proteger a família em sua estrutura tradicional. Segundo o texto, a prosperidade, o prestígio e o poder de um país dependiam da sua população e de suas forças morais: a família era a fonte geradora de ambos”. (SCHAWARTZAMAN, BOMENY e Costa, 2000, p. 126).

como a análise dos Decretos-Lei e da Carta outorgada de 1937 demonstraram que a família foi considerada, cada vez mais, preocupação do Estado. Ao mesmo tempo, se percebeu que a influência de setores conservadores próximos ao poder de Estado se fez efetiva somente em casos onde sua interferência nas questões “de família” não interferiu no propósito maior do Estado Novo, ou seja, a questão do trabalho.

Prosseguindo, passaremos a abordar a concepção político-social de família. Para uma compreensão que abarque de modo complexo esta relação, entendemos ser necessário compreender, em primeiro lugar, quais as circunstâncias históricas que, conjugadas, levaram um determinado grupo social, a família, ser percebida como relevante pela Ditadura do Estado Novo.

1.1 REORGANIZAÇÃO DAS BASES DE PODER

Como nos referimos anteriormente, o contexto histórico é aquele que se refere ao signo característico de cada tempo histórico. No caso da Ditadura do Estado Novo, no Brasil, nos resta clara a percepção de que seu signo esteve referido à reorganização das bases de poder no sistema político. Desde sua ascensão ao poder através do golpe de 1930, Getúlio Vargas utilizou-se do argumento da necessária remoção das “velhas oligarquias” que reinavam no poder a demasiado tempo. Segundo ele, seriam tempos de renovação.

Em discurso proferido ainda em outubro de 1930, em plena campanha presidencial, Vargas dissertou sobre os males e vícios do “caciquismo político”, ao mesmo tempo em desenhou o panorama brasileiro como estando em:

Um infinito Saara moral, privado de sensibilidade e sem acústica. O povo oprimido e faminto. O regime representativo golpeado pela morte, pela subversão do sufrágio popular. O predomínio das oligarquias e do profissionalismo político. As Forças Armadas, guardas incorruptíveis da dignidade nacional, constringidas ao serviço de guarda-costas do caciquismo político. A brutalidade, a violência, o suborno, o malbarato dos dinheiros públicos, o relaxamento dos costumes e, coroando este cenário desolador, a advocacia administrativa a campear em todos os ramos da governação pública.²⁰ (VARGAS, 2004, p. 42).

Nota-se que o processo deflagrado sete anos depois já vinha sendo gestado há bastante tempo. Getúlio traçou uma linha direta entre as dificuldades que o país vinha sofrendo à má gestão daqueles que ele denomina como “caciques políticos” e ao predomínio das oligarquias.

²⁰Fonte: Discurso “Rio Grande de Pelo Brasil”, de 04 de Outubro de 1930, Porto Alegre. In VARGAS, Getúlio. **O Pensamento Político de Getúlio Vargas**. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Júlio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre/RS, 2004.

Ao mesmo tempo denunciou o Estado como tendo sido sequestrado para servir aos interesses pessoais dos grupos de poder, do mesmo modo que os acusou pela “subversão do sufrágio popular”. Ironicamente ou não o autointitulado Estado Novo exibiria, em 1937, o argumento central da necessidade urgente e histórica de um reordenamento do *status quo*. Algo que poria o Brasil em consonância com as possibilidades de suas forças produtivas. O curioso é que Getúlio Vargas pôs isto a cabo justamente abolindo as condições democráticas do sufrágio popular.

Porém, aquém de uma revolução, no sentido de alguma mudança ou transformação abrupta na organização política de poder, o que houve em 1937 foi um reordenamento das frações de classe que detinham o poder político. Ora, o que se percebeu foi a troca pelo alto de frações políticas que anteriormente estiveram alijadas do poder nacional, mas que já o exerciam regionalmente. Lembremos que o próprio Getúlio foi componente de um tradicional grupo político das classes dominantes no seu Estado de origem, o Rio Grande do Sul.²¹

O que se deve denotar é o modo como o novo grupo político assumiu as questões. Em relação a este ponto, de fato, houve uma transformação relevante, pois a Ditadura do Estado Novo realizou genuína transformação burocrático institucional, dentro daquilo que Sérgio Miceli (1979, p. 73) denominou de um verdadeiro “trabalho de construção institucional”. Este elemento não pode ser menosprezado, pois indicou o modo como certo grupo de poder, ao atingir o poder de Estado, avaliou que deveria agir em determinada conjuntura.

No caso do Estado Novo, a avaliação foi que o Estado, indo de encontro aos pressupostos do liberalismo, deveria assumir as rédeas da economia ao mesmo tempo em que deveria ser o proponente de políticas de auxílio aos setores da formação social que contribuíssem para o engrandecimento material da nação. Para isso, poderia inclusive abdicar dos aspectos democráticos que causassem impedimentos à plena transformação, dentro daquilo que intelectuais como Oliveira Vianna denominaram de “democracia autoritária” (ABREU, 2014, p.49). Com esta finalidade, outorgou a Constituição de 1937, revestindo de ares legais suas ações arbitrárias e concentrando praticamente todo o poder em suas mãos, transformando o Poder Legislativo em componente sujeito a suas determinações²².

21Diorge A. Konrad (2004, p. 503) expõe de maneira oportuna este cenário ao demonstrar as disputas políticas no Estado do Rio Grande do Sul às vésperas do Golpe de 1937. Ocasão em que as cisões representadas pelos grupos políticos ligados, por um lado, a Getúlio Vargas e, por outro, a Flores da Cunha, ambos representantes da oligarquia gaúcha, levaram à intervenção federal no Rio Grande do Sul no ano de 1936.

22Como expresso na Constituição de 1937 no capítulo que trata sobre o Poder Legislativo: “Art. 39 – O Parlamento reunir-se-á na Capital federal, independentemente de convocação, a 3 de maio de cada ano, se a lei não designar outro dia, e funcionará durante quatro meses a partir da data da instalação, podendo somente ser prorrogado, adiado ou convocado extraordinariamente, por iniciativa do Presidente da República.” Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm> Acesso em: 28 de maio. 2016.

Essa escalada autoritária também serviu como instrumento útil de combate a qualquer dissidência política. Os anos da década 1930 foram emblemáticos no que diz respeito a torturas, perseguições e prisões. Contexto amplamente trabalhado por Konrad (2004, p. 461) que demonstra que a violência e arbitrariedades dos aparelhos repressivos do Estado se construíram de acordo com um discurso de “proteção à democracia”, principalmente a partir da constante “ameaça comunista”. Desfecho que teve a criação, por parte do Governo Vargas, em setembro de 1937, de um falso plano de uma suposta invasão por forças comunistas no País, que ficou conhecido por “Plano Cohen”. Getúlio foi enfático em relação aos seus opositores, não hesitando em perseguir e prender políticos que demonstrassem insatisfação com suas atitudes.

Lembremos que a Ditadura do Estado Novo invocou para si os anseios nacionais e se denominou representante legítima do povo brasileiro. Característica disto se percebe já nos primeiros dispositivos da Carta de 1937 que foi inaugurada com os termos “atendendo”, ou seja, dando a impressão de que os atos ali cometidos foram solicitados e, também, e esta uma expressão que se tornará recorrente em dispositivos oficiais e discursos políticos, “legítimas aspirações do povo brasileiro”. Expressão que investiu as aspirações de um grupo de poder particular como se fossem as aspirações da população.

Deste modo, o recurso à família veio justamente no sentido de realizar a união das forças nacionais. O golpe que instaurou a Ditadura do Estado Novo trouxe consigo sérias implicações. Uma delas, e neste ponto atendendo a complexidade das articulações políticas, foi o descontentamento de parcelas dos grupos de poder das classes dominantes alijadas a partir da ascensão autoritária de Getúlio ao poder.

Neste ponto Gláucia Konrad (2006, p. 34) complementa este cenário ao demonstrar que se por um lado o Golpe de 1937 significou a oposição e o descontentamento de frações da classe dominante, por outro houve uma intensa movimentação de setores que convergiram para o estado das coisas a partir da instauração da Ditadura do Estado Novo, inclusive por parcela dos trabalhadores. Neste sentido, Konrad defende que a apreensão desta questão deve ser entendida com a perspectiva de “desafiar dicotomias cristalizadas”.

Entendemos, da mesma forma, que esta perspectiva de convergência pode nos auxiliar a entender o papel da família, pois ela poderia ser, a partir da retórica política, um elo de conjunção entre grupos de poder com interesses distintos, mas não irreconciliáveis²³.

23A perspectiva de poder por parte de grupos que apoiaram Vargas também trouxe consigo diversas tensões que teriam seus desdobramentos posteriores. O caso da Ação Integralista Brasileira (A.I.B.) é emblemático. Em um primeiro momento Getúlio – que muito bem entendia da composição de forças políticas e suas nuances – não

Nestas circunstâncias é que a polissemia da família ganhou relevo, afinal, o Estado Novo soube utilizá-la de modo perspicaz, atribuindo-a significados diversos de acordo com o contexto. Analogias ligadas a ideias de coesão, união e principalmente pacificação, foram algumas das mais utilizadas. Esta, aliás, foi uma prática eficaz, pois trabalhou com duas noções conjuntas, uma particular e outra geral. Ao ligar a ideia de família a de Estado, como já demonstramos acima, a política do Estado Novo trabalhou para que se percebessem as ações de Estado como se estas fossem da nação, propriamente.

Neste sentido é que se utilizou a ideia de “família brasileira”. Ou seja, concorrer contra qualquer ação que a Ditadura do Estado Novo propunha, seria atuar contra a própria nação. Este foi um argumento extremamente caro a todos os que se dispuseram a contrariar as arbitrariedades do Estado Novo, pois aqueles que agissem contra a nação atentariam contra a segurança nacional, tão bem-disposta nos dispositivos de segurança²⁴.

Isto esteve voltado para opositores políticos e movimentos sociais, principalmente no que se referiu às demandas ligadas às forças produtivas, como podemos perceber neste momento em que Vargas, no ano de 1938, realizou uma série de entrevistas à imprensa nacional:

É natural e explicável o saudosismo dos beneficiários da máquina política que desmontamos, por custosa e inútil, em 10 de novembro. Ela funcionava a golpes de artifício e por conta desse liberalismo anacrônico e demagógico, caldo de cultura onde se desenvolviam o regionalismo, o caciquismo, o caudilhismo e os extremismos da esquerda e da direita, cujas atividades subversivas foram, há pouco, surpreendidas, evidenciando a persistente intromissão de elementos estranhos, empenhados em fomentar a desordem no país, com o sacrifício do sangue e da tranquilidade da família brasileira²⁵. (VARGAS, 1938 p. 187).

Getúlio denominou aqueles que se contrapunham às novas proposições políticas de “saudosistas”, “caciques” e “caudilhos”. Da mesma forma, acusou-os de terem se utilizado da máquina pública para benefício pessoal. Em estratégia típica de governos autoritários denominou oligarcas e setores da esquerda de um mesmo modo, como “subversivos”, ou seja,

prescindiu do apoio das forças da A. I. B., porém passado o Golpe Plínio Salgado, uma das maiores expressões do movimento, percebeu a posição de Vargas, que não contemplou os integralistas na composição de seu governo. Este fato implicou em sérios desdobramentos, inclusive com atentados à própria vida de Getúlio Vargas. Sobre a construção do Integralismo no Brasil: CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**. Ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: Ed. da USC, 1999.

²⁴Em 20 de dezembro de 1937 foi outorgado o Decreto-Lei nº 88, que deu continuidade ao funcionamento do Tribunal de Segurança Nacional, modificando a Lei nº 244, de 11 de setembro de 1936. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei8820dezembro1937350832publicacaooriginal-1-pe.html>>.

²⁵Fonte: Discurso “Problema e realizações do Estado Novo”, de 19 de fev. 1938. Petrópolis. In VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**: O Estado Novo [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. 5.

um inimigo comum a ser combatido e sob o qual se deveria ter precaução.

Vargas deixou claro, ao se referir à “família brasileira”, que qualquer atentado ao seu governo, aquele que representaria os anseios nacionais, seria um atentado à “tranquilidade da família brasileira”. Dentro desta compreensão se pode avaliar o alcance deste discurso e, ao mesmo tempo, a construção retórica de seu governo acerca da “família brasileira”, que pode ter concorrido para a percepção de uma suposta união nacional.

1.2 OS INTELECTUAIS, O DIAGNÓSTICO DA NAÇÃO E O CAMINHO AUTORITÁRIO

Aspecto notável no contexto o qual estamos trabalhando, foi o propósito de relevante parte dos intelectuais do período em realizarem proposições práticas para a solução dos problemas brasileiros. Ao mesmo tempo, isto contribuiu para prosseguirmos no entendimento das conjunções que levaram a família a ter sido uma instituição importante para a Ditadura do Estado Novo.

Quando nos referimos ao apelo simbólico e ao apelo material, aquele que se refere às políticas de auxílio à família, dispostos desde a Carta Outorgada de 1937 até os Decretos-leis específicos, avaliamos que estes são o produto final de um entendimento anterior, que foi estimulado pelos intelectuais e suas ideias das necessidades do Brasil e os caminhos para seu saneamento. Isto porque, no entendimento destes intelectuais, as políticas de governo deveriam voltar-se à realidade da formação social, ou seja, grupos sociais específicos que ao serem considerados como vulneráveis, começariam a receber atenção por parte das políticas públicas. Foi neste sentido que a família tornou-se inteligível, pois a partir dela a Ditadura do Estado Novo buscou atingir o trabalhador nacional, de um modo mais amplo, mas também as mulheres, as crianças, os idosos.

Neste sentido, os intelectuais do período, trouxeram para si a responsabilidade de intervir na formação social, e isso nos traz elementos importantes. Ao contrário de outros momentos, eles invocaram a necessidade de diagnosticarem, mas também proporem alternativas de desenvolvimento e superação das mazelas nacionais. O “conhecer o Brasil profundo”, o de se reinventar absorvendo determinadas características nacionais. Para estes intelectuais seria preciso conhecer o Brasil em suas raízes para, a partir de então, proporem soluções originais, distantes das cópias de modelos exteriores²⁶.

Daniel Pécaut (1990) ao esclarecer as questões que envolveram a intelectualidade

²⁶No plano cultural, exibindo esta mesma lógica, podemos pensar nos artistas representados na Semana de Arte Moderna de 1922 de São Paulo.

brasileira, a qual denomina de “geração de 1920”²⁷, nos apresenta entendimento do contexto ao indicar que estes intelectuais “mostram-se preocupados, sobretudo com o problema da identidade nacional e das instituições”. Isto se demonstrou verdadeiro analisarmos a produção de intelectuais que tiveram influência direta nos assuntos do Estado Novo, como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral²⁸.

Outro aspecto a se considerar é que estes intelectuais, ao mesmo tempo em que se revestiram do dever de compreenderem o seu próprio país, por muitas vezes consideraram que não seria necessária a participação de amplos setores na reconstrução nacional. Ou seja, prescindiram de mecanismos democráticos na vida política.

O autoritarismo, como percebemos, foi compreendido como instrumento legítimo a ser utilizado por um grupo restrito que, ao assumir o poder de Estado, teve como função impor seus pressupostos ao contingente populacional. De acordo com estes, devido a falta de consenso e esclarecimento na formação social, seria necessária a intervenção de um grupo dotado de capacidade para levar à população as transformações que ela necessitava. Como bem observa Daniel Pécaut (1990, p.15), ao retratar os intelectuais do período:

Muitos simpatizam com os diversos movimentos autoritários surgidos após 1930 ou mais tarde aderem ao Estado Novo instaurado em 1937(...) em sua grande maioria, contudo, mostram-se de acordo quanto à rejeição da democracia representativa e ao fortalecimento das funções do Estado. Acatam também a prioridade do imperativo nacional e aderem, explicitamente ou não, a uma visão hierárquica da ordem social.

Este entendimento de Pécaut vai ao encontro das práticas que Estado Novo, ao assumir, em 1937, demonstrou ao eximir qualquer participação política democrática, ao passo em que submeteu as decisões do Legislativo aos seus arbítrios.

A lógica política e administrativa adotada pelo Estado Novo foi a de realizar suas ações através de um pequeno núcleo de elementos esclarecidos, que a partir da ampla estrutura institucional e burocrática, se ramificaria para os Estados. Isto é curioso, visto que algo recorrente nos discursos de Getúlio foi justamente o apelo à “união nacional” ou a necessidade de todos trabalharem unidos em prol do desenvolvimento da nação.

Desta forma, esta suposta ideia de união nacional e de trabalho conjunto, compreendeu que os trabalhadores deveriam realizar sua parcela no projeto de desenvolvimento do país

²⁷Daniel Pécaut (1990) denomina a “geração de 1920/1945” aquela que teria atingido sua maioria intelectual nos anos de 1930 a 1945, basicamente.

²⁸Como se percebe no teor de suas obras: AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. E também: VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. V. 1. Ou, VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

como cumpridores das determinações pensadas em um restrito núcleo do executivo. A própria configuração dos poderes a partir de 1937 deixou claro isto. Como Eli Diniz se refere a essa nova configuração institucional que:

Resultou na subordinação ao comando do governo central dos executivos estaduais mediante sua inserção numa complexa engrenagem, envolvendo as interventorias, as elites locais e os representantes do governo federal. Em segundo lugar, desarticulou os mecanismos de influência das elites tradicionais, em virtude da expansão da capacidade decisória do Executivo federal, deslocando para essa instância as decisões estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do país. (DINIZ, 1999, p.26).

É neste sentido que o autoritarismo deve ser buscado durante a Ditadura do Estado Novo. Ele esteve presente em atos de repressão e de censura aos contrários, e também na própria gênese da burocracia institucional, que minou a capacidade decisória descentralizada desde os municípios chegando à capital federal. Ao mesmo tempo bloqueou, em grande medida, a possibilidade de participação popular, seja através de mecanismos como a representação no Legislativo, vedada, ou de manifestações de caráter espontâneo, propriamente²⁹.

Sintomática desta questão foi a denominação particular que Oliveira Vianna, intelectual de prestígio e proximidade aos círculos de poder estado-novistas³⁰, caracterizou a Ditadura do Estado Novo: “democracia autoritária”. Como ressalta Abreu (2013, p. 104) ao discorrer sobre o pensamento autoritário de Vianna e sua influência na Ditadura do Estado Novo:

Mais adiante, sobre o regime instituído no país a partir de 1937, de características autoritárias e inspiração corporativista, Oliveira Vianna definiria o Estado Novo como um governo democrático e representativo, baseado na soberania do povo, sendo este uma reação à antiga preponderância do parlamento e seu espírito faccioso, pela esterilidade de sua ação legislativa e pela ausência de preocupação com os interesses coletivos pelos partidos (1939, p.49). Essa democracia, no entanto, não seria mais de tipo liberal, mas uma “Democracia Autoritária”, isto é, “a democracia fundada na autoridade e não mais na liberdade, como princípio essencial”. (VIANNA, 1939, p. 149).

Este recurso a subterfúgios e malabarismos semânticos foi algo recorrente nas manifestações oficiais do Estado Novo. Vargas, em discurso no ano de 1934, disse que “sem

29O objetivo do Estado Novo, principalmente através da Legislação Trabalhista, foi estabelecer os sindicatos e os canais oficiais como recursos de participação dos trabalhadores.

30Para fins de escrita utilizaremos o neologismo “estado-novista” ao nos referirmos a ideias ou ações relativas ao Estado Novo.

dúvida, a liberdade ampla de crítica constitui direito patrimonial das democracias. Mas essa liberdade não pode ultrapassar os limites que se definem, sem grave prejuízo para o Estado, que a regula em proveito dos interesses coletivos” (VARGAS, 1934, p. 344)³¹. Percebe-se, a partir deste extrato, que para a política do Estado Novo a liberdade esteve vinculada a um interesse maior do Estado, e que as manifestações seriam toleradas até onde não prejudicassem os seus interesses.

Como se pode perceber em outro exemplo, no ano de 1936, quando Vargas disse que:

A democracia é o regime adequado à índole do nosso povo e aos imperativos do seu progresso moral e material. Mas a democracia, no sentido que lhe emprestamos, não pode estratificar-se em fórmulas rígidas e imutáveis, fechadas à ação renovadora do tempo e à influência das realidades ambientes³². (VARGAS, 1934, p. 345).

A democracia nota-se, não se constituiria nem ao menos enquanto uma ideia genérica de democracia burguesa, ancorada em pressupostos universais, mas sim sujeita às intemperes de determinado governo político, enfim, prescindível.

E por fim, nos idos dos anos de 1940, ao justificar a necessidade histórica da Ditadura do Estado Novo, Vargas realizou severas críticas ao liberalismo, que teria sido o culpado por estimular o caminho da discórdia e do individualismo no lugar de certo espírito de solidariedade. Neste sentido, proclamava que “à democracia política substitui a democracia econômica, em que o poder, emanado diretamente do povo e instituído para a defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio e caminho de fortunas privadas”. (VARGAS, 1940, p. 399)³³.

Este discurso é representativo da influência que determinados intelectuais exerceram no meio político em questão. Cássio A. A. Albernaz (2014, p.79), expondo o pensamento de Azevedo Amaral no que se refere à organização do Estado nos diz que “segundo Azevedo Amaral, um dos entraves ao desenvolvimento nacional é o “Estado Político” que deveria ser superado pelo “Estado Econômico”, no qual as ações estatais seriam desvinculadas dos embates e interesses políticos ordinários, visando a um melhor aproveitamento econômico dos recursos estatais”. Resta claro, então, que a democracia novamente poderia ser tangenciada.

Getúlio, em franca alusão ao pensamento de Azevedo Amaral dividiu a democracia

31Fonte: Discurso de julho de 1934. Rio de Janeiro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

32Fonte: Discurso de julho de 193. Rio de Janeiro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

33Fonte: Discurso de 11 de junho de 1940. Rio de Janeiro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

em “democracia política” e “democracia econômica”. Sendo assim, outra vez se percebe que a supressão dos direitos políticos da população se justificou pelo progresso material da nação. A produção ganhou um espectro relevante, ao ser a catalisadora e, por muitas vezes, a justificadora das medidas autoritárias.

Desta forma, tentamos traçar um cenário onde se pôde perceber que a conjunção entre o autoritarismo e a influência dos intelectuais fez com que as práticas autoritárias se justificassem. Passemos, agora, a compreender como se deram as ações efetivas do Estado em relação à família. Como vimos, a Ditadura do Estado Novo julgou necessária a intervenção efetiva na formação social, o que de fato fez, utilizando-se de um discurso conservador sobre a família e estabelecendo padrões de comportamento.

Sendo assim, as linhas abaixo demonstrarão algumas questões de conformação em relação à família. Desde a Constituição de 1934, a família tornou-se uma instituição social com tutela oficial do Estado, fato este ratificado na Carta Outorgada de 1937. Durante o Estado Novo ela foi alvo de diversas políticas públicas. A nosso ver com algumas questões de fundo, tais como, a normatização de hábitos, a consolidação das condições propícias para o trabalhador nacional, ao mesmo tempo em que a formação dos novos braços trabalhadores e, por último, e não menos relevante, a conservação de certos aspectos morais que auxiliaram na manutenção de hierarquias socioculturais³⁴.

1.3 REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, BUROCRACIA E UNIÃO NACIONAL: A DÉCADA DO TRABALHO

Como vimos demonstrando, a Ditadura do Estado Novo esteve compreendida em uma conjunção de elementos que deram o teor de sua historicidade. O autoritarismo, desde sua composição burocrático institucional até suas ações repressivas, os intelectuais que orbitaram próximos ao poder de Estado, e que delinearão concepções teóricas as quais valores democráticos poderiam ser prescindíveis. O intervencionismo de Estado, ao minar as ações do Legislativo³⁵ e a perseguição aos opositores políticos. Enfim, elementos que se

³⁴Confluência a isto se encontra em Cynthia Pereira de Sousa Vilhena (1992) a qual demonstra o papel da doutrina social da Igreja Católica no período, através de representantes do Clero, como o padre jesuíta Leonel Franca, bem como a influência de personalidades com forte proximidade em relação à doutrina católica, como Alceu Amoroso Lima, nas questões que se referiram à família, à mulher e as crianças durante a Ditadura do Estado Novo.

³⁵Neste sentido o Artigo 178 da Constituição Outorgada de 1937 dispunha que “são dissolvidos nesta data a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembleias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais. As eleições ao Parlamento nacional serão marcadas pelo Presidente da República, depois de realizado o plebiscito a

compreendidos de maneira interligada, podem nos levar ao entendimento do *modus operandi* da Ditadura do Estado Novo e, além disso, revelar uma concepção político-social para a família neste contexto.

Da mesma forma em que sistematizamos elementos que nos deram um contexto histórico amplo para Ditadura do Estado Novo, demonstramos as utilizações diversas em que a família teve significado. Polissêmica, foi utilizada como retórica de união nacional, ao passo que ligada aos termos católicos de “Deus, Pátria e Família”, pôde ser utilizada como forte argumento conservador. Ao mesmo tempo, teve sua significação ligada, através do discurso conservador da doutrina católica, ao combate ao comunismo. Isto, pois constou na retórica política do Estado como elemento a ser preservado em relação à “propagação dissolvente” das obras comunistas, e também como justificativa para perseguição política a setores que arbitrariamente foram considerados adeptos de tal concepção³⁶.

A Ditadura imposta em 1937 se construiu com o intuito maior de, por um lado, afastar frações da classe dominante que vinham detendo o poder nacional até então e, por outro, de reorganizar as bases produtivas, com vistas ao desenvolvimento econômico.

Para Vargas, este grupo que havia governado o Brasil até então dispusera de seu poder para interesses individuais. Como sinalizou em seu primeiro discurso após o Golpe de 1937 ao dizer que “resulta daí não ser a economia nacional organizada que influi ou prepondera nas decisões governamentais, mas as forças econômicas de caráter privado, insinuadas no poder e dele se servindo em prejuízo dos legítimos interesses da comunidade”. (VARGAS, 1937, p. 360)³⁷.

Desta forma, percebemos que a nova estruturação institucional pretendida pelo Estado Novo esteve assentada sobre dois pilares essenciais. Em primeiro lugar, na preponderância do Estado como agente direto das políticas econômicas³⁸. Em segundo, que o trabalho conjunto da pátria, constituidor da união nacional, fosse o propulsor das mudanças pretendidas. Mudanças estas que passariam por além de termos materiais, tendo em vista que o novo Estado criado pretendeu também construir um “novo homem” dentro dos pressupostos da

que se refere o art. 187”. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm> Acesso em: 13 de fev. 2017.

³⁶Justificativa, aliás, através do “Plano Cohen”, responsável pelo próprio Golpe de 1937. Neste sentido Gláucia V. R. Konrad (2006, p. 35) nos diz que: “por sua vez, o anticomunismo foi o grande tema mobilizador do período, responsável pela coesão de diferentes setores e instituições. Para enfrentar esse “inimigo”, é que a ordem social necessitou ser preservada, a sociedade sanada e os poderes resguardados”.

³⁷Fonte: Discurso de 10 de novembro de 1937, Rio de Janeiro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

³⁸Em sua lógica corporativista, a Ditadura do Estado Novo pretendia reunir os interesses classistas e a partir de então ser o conciliador destes interesses e avaliador dos melhores rumos ao desenvolvimento.

ordem e do trabalho (GOMES, 1999, p. 57).

É nesta lógica de reconstrução que pretendemos entender a família. Neste cenário de reconstrução nacional, foi ela a depositária de grandes esforços do Estado. Neste sentido, coincidimos nosso entendimento com Gomes (1999, p.63) que entende que: “era pela família que o Estado chegava ao homem e este chegava ao Estado”. Ela era a “célula política primária, o *leitmotiv* do esforço produtivo dos indivíduos”. Ao mesmo tempo, é esta questão que nos possibilita ir em direção ao elemento propriamente material, por assim dizer, da influência do Estado na família.

Desta forma, a apreensão das políticas públicas de auxílio à família vem com o intuito de demonstrar a pertinência econômica da família inserida em uma lógica maior do discurso de trabalho. Do mesmo modo, há que se perceber que este “movimento” do Estado foi resultante de uma mudança notável em relação à Primeira República: a capacidade institucional do Estado.

Para isso, desde 1930 Getúlio estimulou a criação de órgãos e institutos técnicos que auxiliaram na leitura dos problemas nacionais, ao mesmo tempo em que se tornaram mecanismos de interlocução com os setores sociais, notadamente do setor produtivo. Sérgio Miceli nos demonstra claramente este movimento de expansão ocorrido durante toda a década de 1930, em especial após 1937:

Entre 1930 e 1945, o processo de centralização autoritária, bem como a redefinição dos canais de acesso e influência para expressão dos interesses econômicos regionais junto ao poder central, esteve ancorado na constituição de um aparato burocrático que prestou contribuição própria ao sistema então vigente de poder. Este trabalho de “construção institucional” determinou a abertura de ministérios (...), de uma série de organismos vinculados à Presidência da República (...) e de uma rede de autarquias, conselhos, departamentos e comissões especiais. (MICELI, 1979, p. 133).

Este movimento de expansão foi acompanhado pela criação de inúmeros órgãos e conselhos técnicos. Estes tiveram a missão de mapear setores da economia com o intuito de auxiliar determinados setores da produção, como demonstra Diniz (1999, p. 28), quando nos diz que “a criação dos conselhos técnicos foi uma peça importante nessa engrenagem que viabilizou um sistema decisório mais aberto aos interesses econômicos, sem subverter a primazia da elite técnica”. Já para Sérgio Miceli (1982, p. 402) “em suma, os conselhos não são senão arenas abertas à negociação de interesses, num momento de transição entre as formas de dominação oligárquica vigentes na república velha e a consolidação de uma dominação burocrática de perfil autoritário”.

Ao que tange os trabalhadores o Estado Novo deteve atenção especial, afinal, seriam eles os próprios braços desta transformação. Neste sentido, um meio especial de chegar aos trabalhadores, foi encontrado através da família, pois a partir dela se poderia intervir em diversas questões tais como moradia, alimentação, questões de higiene, saúde, cuidado com as crianças, etc.

Lembremos que este contexto se caracterizou por intensa aglomeração urbana de trabalhadores. Ao mesmo tempo, as cidades não dispunham de estrutura suficiente para tamanha demanda, ao ponto que regiões localizadas no interior do país ainda sofriam com o pouco acesso aos serviços. Resultado disso foram as inúmeras epidemias causadas por condições de insalubridade³⁹.

Dessa forma, a saúde pública⁴⁰ foi um componente importante dentro deste panorama de construção nacional através do trabalho. Afinal, somente se poderia alcançar o estágio pretendido pela Ditadura, caso o grande contingente da classe trabalhadora dispusesse de condições para isso.

A educação, deste modo, revelou-se intensa parceira do Estado neste sentido, pois através desta se vislumbrou a possibilidade de instruir, mas também conformar segmentos da população de acordo com os novos pressupostos civilizatórios pretendidos. No sentido em que Gustamara Freitas (2003, p, 24) menciona ao se referir a esta relação através da qual o "discurso disciplinar, presente na prática educativo-sanitária, almeja produzir uma nova família, capaz de formar cidadãos (...) civilizados e trabalhadores e com condições de acompanharem as transformações econômico-político-sociais do Brasil".

Esta normatização ou conformação da formação social foi algo desenvolvido durante o Estado Novo. De acordo com os ideais propostos pelo Estado, estabeleceu-se padrões de comportamento que deveriam estar conjugados com a condição restrita de desenvolvimento do sistema político. Ou seja, um projeto político que delineou a sua proposta como caminho próprio, unitário, e que o impôs à formação social como se este fosse a única possibilidade de progresso.

Neste sentido é que se tornou inteligível o processo autoritário das práticas do Estado Novo. Como auxilia em nossa compreensão o argumento de Clarice Nunes, que ao refletir

39Em plenos anos trinta, o cenário da saúde pública em relação aos primeiros anos de República não tinha mudado consideravelmente. Segundo Gilberto Hochman (2001, p. 131) "mesmo com os avanços do poder público e do conhecimento biomédico, continuava sendo dramático. A febre amarela seguia ameaçando a capital, a malária grassava pelo interior do país, e a tuberculose era tida como o mais grave problema sanitário das cidades".

40Sugestivo desta intenção em aliar a educação e saúde como elementos que ao fundo detém um mesmo propósito "educativo" mais amplo, ou seja, de disciplinar parcela da formação social é sua própria denominação oficial "Ministério da Educação e Saúde Pública".

sobre a educação neste período nos diz que:

Pode-se afirmar que a política de intervenção operada na escola visava alterar profundamente o habitus pedagógico, combinando a renovação da formação docente com uma séria tentativa de reformar os costumes das famílias. Por trás das modificações produzidas na organização escolar, o que estava em jogo era uma reforma do espírito público. (NUNES, 2001, p. 105).

Algo que se expressou na própria manifestação de Getúlio Vargas. Em discurso proferido no 1º de Maio de 1940, ou seja, data significativa para a Ditadura⁴¹, Vargas dissertou sobre a importância do trabalhador nacional, bem como da necessidade de seu amparo. Como de costume, no 1º de Maio se anunciavam as grandes novidades do “presidente Vargas” aos trabalhadores. Geralmente nesta data, habilmente, eram anunciadas medidas importantes relativas ao mundo do trabalho.

Em pronunciamento, no ano de 1941, Vargas abordou a questão do salário-mínimo, ressaltando que sua instituição traria condições do trabalhador e sua família de se desenvolverem adequadamente e corresponderem, a altura, aos seus deveres perante a nação:

Procuramos, por esse meio, assegurar ao trabalhador remuneração equitativa, capaz de proporcionar-lhe o indispensável para o sustento próprio e da família. O estabelecimento de um padrão mínimo de vida para a grande maioria da população, aumentando, no decorrer do tempo, os índices de saúde e produtividade, auxiliará a solução de importantes problemas que retardam a marcha do nosso progresso⁴². (VARGAS, 1941, p. 395).

Esta passagem é emblemática no sentido de demonstrar a concepção abrangente em que o trabalho era encarado durante a Ditadura do Estado Novo, bem como o lugar da família nesta concepção político-social. Ao se referir ao salário-mínimo, Getúlio Vargas não mencionou somente o caráter econômico de sua medida, mas foi além, dimensionando que a importância da instituição do salário-mínimo residiria no fato de que contribuiria para a “marcha do progresso” nacional.

Para a Ditadura do Estado Novo, seria preciso elevar o trabalhador nacional às condições de propulsor de uma nova nação pretendida. Aumentar os seus índices de saúde,

41A título de interesse, mas que não será abordado neste trabalho é interessante perceber como a data do 1º de Maio foi progressivamente sendo deslocada de um sentido classista durante a Primeira República até a década de 1930, onde virou um evento majoritariamente do Estado para os trabalhadores. Assunto abordado por: BATALHA, Claudio. *Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira Da. FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, pp. 95-120.

42Fonte: Discurso de 1 de maio 1940. Rio de Janeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

conjuntamente com seus índices de produtividade, para que não se interrompesse aquilo que Vargas denominou de “marcha do nosso progresso”. Ressaltamos que, este discurso político, aborda algo característico, uma utopia, um único caminho a seguir, o caminho do progresso, que levaria a nação brasileira ao desenvolvimento. Esta dimensão utópica do discurso político resultou em importantes desdobramentos, como veremos posteriormente.

Em grande medida isto justificou a preocupação do Estado em relação à família, afinal, para se pensar o futuro seria preciso cuidar do presente. E o presente que se transformaria em futuro seriam as crianças. Desta forma é que a política do Estado Novo preocupou-se em relação à família, pois o processo de caminhada da denominada “marcha do nosso progresso” de Getúlio necessitaria de cooperação constante e, acima, de tudo, futura.

Neste sentido, políticas de assistência⁴³ foram desenvolvidas com a intenção de resguardar a família de maiores intemperes. Não somente resguardar, como também estimular sua proliferação, como ressaltou Vargas ao anunciar atividades de seu governo em 1939:

Já foi autorizado o plano de construção e instalação de cerca de cinquenta maternidades e lactários, distribuídos por todos os Estados; a lei de proteção às famílias numerosas será decretada em breve; o fundo especial do auxílio familiar, por meio de uma taxa cobrada aos solteiros e casais sem filhos, constituirá, sem dúvida, uma experiência proveitosa e digna de apoio⁴⁴. (VARGAS, 1939 p. 158).

Neste sentido, completou seu manifesto dizendo que “a legislação em vigor e as instituições de previdência coletiva, em promissor desenvolvimento, se completam nos resultados e mostram o acerto da nossa política de valorização do homem de trabalho”. (VARGAS 1939 p. 158)⁴⁵.

Por fim, tentamos demonstrar aquilo que denominamos de concepção político-social do Estado Novo em relação à família. Sistematizando elementos, demonstrando particularidades históricas, tentamos trazer a luz o contexto histórico da Ditadura do Estado Novo no Brasil.

Somente através da apreensão conjunta dos elementos aqui destacados separadamente,

43Em 10 de novembro de 1939 é instituído o Decreto-Lei nº 1.764. Este decreto diz respeito à criação da “Comissão Nacional de Proteção à Família”. Esta Comissão teria a missão de basicamente elaborar projetos de Lei que viessem em conformidade com os preceitos constitucionais de amparo a família. Desde abonos, gratuidades, instituição de benefícios até mesmo na definição de crimes contra a família.

44Fonte: Discurso “O bem-estar e a saúde das mães e das crianças”, de 24 de dez. 1939. Palácio Guanabara. VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: No limiar de uma nova era** [de] 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. V. 7.

45Fonte: Discurso “O bem-estar e a saúde das mães e das crianças”, de 24 de dez. 1939. Palácio Guanabara. VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: No limiar de uma nova era** [de] 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. V. 7.

é que se pode entender o papel da família durante este período. Voltamo-nos a uma abordagem histórica a partir de uma relação eminentemente política entre um Estado, através de suas instituições, e determinada instituição social. Como destacado ao início de nosso trabalho, mais do que apresentar respostas objetivas, nos propusemos a lançar luz sobre determinada relação. A concepção político-social de família para o Estado Novo veio, neste sentido, com esta intenção. De certa forma, pode abrir espaço a novas interpretações sobre o modo como a família foi abordada durante o período. Ao mesmo tempo, se a família esteve presente em manifestações diversas, desde o exercício retórico até mesmo ao arcabouço jurídico do período, é porque demonstrou determinada importância política e social.

Entender a família através do discurso de trabalho das décadas de 1930 e 1940 pode significar uma compreensão um pouco mais ampla sobre o modo como a classe trabalhadora, de modo geral, foi abordada pelas políticas de Estado durante a Ditadura do Estado Novo.

2 FAMÍLIA E AUTORITARISMO

Como estamos nos referindo, o processo de transformações pretendidas pela composição política do Estado Novo esteve de acordo com certa reorganização burocrática e também com o tolhimento de expressões sociais e políticas destoantes. Conjuntamente, houve o objetivo de conduzir o Brasil a um novo patamar de desenvolvimento econômico, através de uma pretendida conciliação de classes sociais⁴⁶.

Buscou-se, como estamos compreendendo, certa ideia de saneamento de modos e hábitos da população brasileira isto, muito em parte, a determinados diagnósticos elaborados por intelectuais influentes da época, como Oliveira Vianna⁴⁷ e Azevedo Amaral⁴⁸ e que foram absorvidos pela categoria política. Estes intelectuais desenvolveram teses nas quais se identificou uma junção entre a inadequação das propostas de organização política até então, com certas deficiências na constituição própria da população brasileira, o que

46Ao modo em que Pedro Cezar Dutra Fonseca (1989, P. 257) explicita ao sublinhar que “o desenvolvimento apresentou-se não só como ideia norteadora da ação governamental, mas principalmente como sua fonte de legitimidade”.

47Francisco José de Oliveira Viana nasceu em Saquarema (RJ), em 1883. Historiador, sociólogo e bacharel em direito, foi consultor jurídico do Ministério do Trabalho e ministro do Tribunal de Contas, além de membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. In. CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (site).

48Antônio José Azevedo do Amaral foi um escritor, jornalista e tradutor brasileiro. Nasceu no Rio de Janeiro em 1881. Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. In. CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (site).

desenvolveremos adiante. No sentido em que Luciano Aronne de Abreu expôs ao dizer que a:

Produção de bens simbólicos será justamente a principal contribuição de Oliveira Viana e Azevedo Amaral para a legitimação do Estado Novo, o primeiro ao justificar histórica, social e culturalmente a inadequação do liberalismo político às condições brasileiras, e o segundo ao propor um novo modelo de desenvolvimento industrial para o país, com base no planejamento econômico coordenado por um Estado forte. (ABREU, 2010, P. 120).

Estes diagnósticos confluíram para a necessidade premente de se intervir no âmago de questões que supostamente afligiriam o povo brasileiro desde séculos e que seriam as responsáveis pelo desenvolvimento parco do país até então. Ao mesmo tempo, de acordo com estes intelectuais, a busca por soluções deveria lançar mão de uma contundente intervenção do Estado, como demonstra Cássio A. A. Albernaz (2014, p. 66), ao salientar que “é importante destacar a relevância do “pensamento autoritário” e sua correspondente análise, principalmente no que diz respeito às sugestões de opções políticas e institucionais para a organização do poder político no país”.

A família, diante disso, ocupou uma posição significativa neste panorama construído pelas forças políticas do Estado Novo. Ela era entendida na qualidade de instituição que carregaria em si determinados valores tradicionais, ao mesmo tempo poderia representar uma espécie de núcleo a partir do qual poderiam ser efetivadas ações diversas, tendo em vista as operações almeçadas de intervenção social, em particular, e a busca por desenvolvimento econômico, de modo geral.

Assim, a Constituição Outorgada de 1937 reservou um Capítulo específico ao tema da família, contendo quatro artigos que trataram diretamente desta questão, bem como um capítulo dedicado à educação e a cultura, que conteve sete artigos os quais estiveram paralelamente ligados à família, ao tratarem da infância e da juventude. A Constituição dispunha em seu Art. 124 que “a família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do estado. Às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção dos seus encargos”⁴⁹. A família, deste modo, esteve sob a égide do Estado, sendo responsabilidade deste elaborar medidas de amparo principalmente às famílias que apresentavam carência econômica.

⁴⁹PORTO, Walter Costa. 1937. 3. Ed. — Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de edições Técnicas, 2012. (Coleção Constituições brasileiras; v. 4).

Iniciamos esta apreciação com dispositivos inscritos na Constituição de 1937, pois a ditadura do Estado Novo notabilizou-se pela construção de um aparato jurídico que lhe proporcionou legalidade jurídica⁵⁰, ao mesmo tempo em circunscreveu a família enquanto uma preocupação oficial do Estado.

Sendo assim, nos cabe ressaltar que o autoritarismo manifesto durante os anos de vigência do Estado Novo pôde ser percebido nas mais variadas esferas, desde o âmbito particular até o público. Da arquitetura política e burocrática do Estado até as normativas que buscaram delinear hábitos pessoais e coletivos em harmonia com os novos padrões esperados e estabelecidos. Na forma em que Antonio Gramsci estabeleceu ao dizer que a:

Missão educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre criar novos e mais elevados tipos de civilização, adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades de desenvolvimento continuado do aparelho econômico de produção, portanto, elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. (GRAMSCI, 1991, p. 91).

No sentido em que Getúlio Vargas (1940, p. 293) se expressou ao afirmar que o “estabelecimento de um padrão mínimo de vida para a grande maioria da população, aumentando, no decorrer do tempo, os índices de saúde e produtividade, auxiliará a solução de importantes problemas que retardam a marcha do nosso progresso⁵¹”.

Este citado “estabelecimento de um padrão mínimo de vida” esteve ligado ao propósito de remodelação das forças produtivas no Brasil. Certa concepção ampla de trabalho foi a grande guia das transformações pretendidas durante este período, e foi dentro deste contexto em que se percebeu a utilização da família na qualidade de instituição a serviço da retórica e das intenções políticas, da mesma forma que o autoritarismo.

Ao mesmo tempo, o trabalho com as fontes de pesquisa nos autorizou a inferir que Getúlio Vargas e seus interlocutores se utilizaram de uma ideia genérica de “família brasileira/família nacional”, enquanto um forte instrumento de coação ou advertência. Afinal, foi recorrente o discurso do trabalho em prol do progresso da nação, da família brasileira, ao mesmo tempo em que se construiu a noção de que incorrer em ações que fossem de encontro aos pressupostos estado-novistas significaria uma ação contra a própria nação.

⁵⁰Luciano Aronne de Abreu (2016) realiza uma provocativa reflexão ao denominar a Constituição Outorgada de 1937 enquanto uma “não-constituição” adotando que sua composição estrutura-se, justamente, no sentido de ceifar as possibilidades que ela mesma traria, caso abordada em plenitude.

⁵¹Fontes: Discurso “A política trabalhista do governo e seus benefícios”, de 1 de maio de 1940. Estádio do Vasco da Gama. VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: No limiar de uma nova era** [de] 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. V. 7.

A propaganda política foi enfática ao determinar quais deveriam ser as prioridades e atenções do trabalhador brasileiro, como se percebe nesta palestra de Marcondes Filho no programa “A hora do Brasil”:

Sei que não é só para o trabalho que o proletário vive, mas para o bem estar da família, a tranquilidade da velhice e o futuro dos filhos – que é o seu pensamento pelo lar – e, ao mesmo tempo, para aumentar a própria eficácia, ter consciência das suas obrigações e cumpri-las integralmente que deve ser o seu pensamento pela Nação⁵². (MARCONDES FILHO, 1943, p. 18).

Percebemos, deste modo, que se realizou certa “junção simbólica” entre aquilo que deveria ser de interesse pessoal, particular, e os interesses da coletividade, da nação. Esta foi uma constante durante os oito anos de vigência do Estado Novo, no Brasil, a tentativa de construir relações que não mais se ancorassem em particularismos, mas sim na coletividade.

Assim, a partir do momento em que se estabeleceu determinada compreensão de que o esforço válido (trabalho) seria somente aquele que estivesse voltado para a coletividade, quaisquer ações que destoassem disso seriam tratadas como uma afronta aos desígnios que se impunham ao desenvolvimento do Brasil. Dentro disto entraram desde questões políticas, propriamente, como manifestações de trabalhadores e organizações políticas, bem como hábitos sociais e culturais particulares como alimentação e higiene.

De modo geral, estas são algumas das questões principais que estarão presentes neste capítulo, tendo sempre a relação entre o autoritarismo e a família enquanto norteadora da composição. Do mesmo modo, abordaremos algumas linhas de raciocínio de autores como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, que desenvolveram obras que em seu conjunto exibiram reflexo importante na prática política das décadas de 1930 e 1940, defendendo o autoritarismo e a forte intervenção do Estado na formação social.

2.1 “OS ARQUITETOS DA ORDEM”: O PENSAMENTO AUTORITÁRIO DE OLIVEIRA VIANA E AZEVEDO AMARAL

A influência do pensamento autoritário durante as décadas de 1930 e 1945, no Brasil, foi uma questão que exibiu um campo relativamente desenvolvido na historiografia brasileira. Estudos clássicos como o de Eli Diniz (1978), trataram da relação entre o empresariado e o desenvolvimento do capitalismo industrial. Lúcia Lippi Oliveira (1982) se debruçou sobre a

⁵²Fonte: Discurso “O programa”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

relação entre os intelectuais, a cultura e o Estado. Trabalhos recentes como o de Rodrigo Patto Sá Motta e Luciano Aronne de Abreu (2013), voltaram suas atenções para a conexão entre o autoritarismo e a cultura política. Estes trabalhos contribuíram para a compreensão das inúmeras facetas sob as quais o autoritarismo pode se revelar em uma formação social determinada.

Sendo assim, nas próximas linhas pretendemos nos somar às diversas contribuições que este campo de reflexão permite trazer. Ao mesmo tempo, não pretendemos esgotar a discussão sobre o autoritarismo nos anos trinta e quarenta.

A despeito disso, buscaremos compreender de que modo as proposições autoritárias de Oliveira Vianna e Azevedo Amaral⁵³ se desenvolveram em um contexto de irradiação de ideias e absorção de práticas autoritárias pela categoria política. Dentro disto, como a instituição família pode ser percebida enquanto um instrumento que o Estado lançou mão visando a estratégia de desenvolvimento de suas práticas autoritárias.

O processo de circulação de ideias, entendemos, deve ser compreendido de modo que se permita apreendê-lo a partir de sua inscrição nas próprias relações sociais de determinado contexto histórico. Ou seja, influenciado pelas relações sociais ao mesmo tempo em que as influencia no sentido em que Roger Chartier descreve:

Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. (CHARTIER, 1991, p. 180).

Com isso, não desejamos avançar neste debate que é específico do campo da história das ideias ou da história intelectual. O que nos interessa, todavia, é compreender as referidas “condições e os processos que concretamente sustentam a operação de construção do sentido”.

⁵³Neste trabalho não tomaremos como material de pesquisa a íntegra da produção destes dois autores. Em relação a Oliveira Viana nos restringiremos diretamente à obra “O idealismo da constituição”, de 1927. Ocasionalmente poderemos nos deparar com outras elaborações suas, a partir da compreensão de terceiros. Quando nos referirmos a Azevedo Amaral utilizaremos a obra “O Estado autoritário e a realidade nacional”, de 1938 (edição de 2002). Isto, por compreendermos que estas obras apresentam amostragem satisfatória de seus pensamentos, além de comporem inúmeros trabalhos históricos os quais utilizaremos nesta elaboração. Cabe destacar que a obra “O idealismo da constituição” segundo RICUPERO (2014, p. 22) passou por quatro edições (1922, 1924, 1927 e 1939) e destaca que “é revelador que os sucessivos trabalhos aproveitam e deixam de aproveitar as edições anteriores, além de apresentarem argumentos novos ligados ao contexto em que foram produzidos”. Optamos pela opção de 1927 por ser a primeira editada em livro, de fato, e também por estar inserida antes dos desenvolvimentos políticos de 1930.

Ou seja, buscar entender quais foram as condições do desenvolvimento histórico concreto que tornaram possível a absorção e a utilização prática, a partir da própria organização do Estado, das proposições teóricas de Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. Isto, tendo como entendimento de Estado aquilo que Antonio Gramsci (1991, p. 87) definiu como “todo complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados”.

Na parte anterior, delineamos um pouco disto ao demonstrar como se estruturou um discurso onde se pleiteou a necessidade de uma readequação de hábitos ao mesmo tempo em que se justificou a intervenção de um Estado autoritário. No caso da família, como se constituiu uma retórica que conjugou ações que buscaram uma adequação da força de trabalho ao pretendido desenvolvimento econômico, como se fossem medidas de amparo pessoal, em um sentido com teor assistencialista.

Para compreender as conjunções que delinearão este contexto, podemos reavivar algumas questões desenvolvidas pelos pensadores autoritários aos quais nos referimos. Neste sentido, Oliveira Vianna foi responsável por formular uma questão latente nos anos trinta no Brasil: a busca pela nacionalidade como elemento que propiciaria a solução dos problemas nacionais e, dentro disto, o problema da representação política.

Assim dissertou Vianna (1927, p. 13) sobre o porquê da democracia no Brasil, em geral, e a república, em particular, não terem alcançado êxito, ao falar sobre a “realidade nacional”:

Busque-se, porém, a causa desse fracasso – e ver-se-á que está precisamente em que nenhuma destas construções se assentou sobre as bases argamassadas com argila da nossa realidade viva – da nossa realidade social – da nossa realidade nacional. Esta realidade nacional nos ensina muita coisa. Entre as coisas ensinadas, está esta: de que se, ontem como agora, o problema da democracia no Brasil tem sido mal posto, é porque tem sido posto à maneira inglesa, à maneira francesa, à maneira americana; mas nunca à maneira brasileira.

Esta percepção apresentou relativa penetração nos meios políticos do período. Percebe-se assimilada nas manifestações oficiais do Estado Novo enquanto uma necessidade premente. Seria a partir da compreensão das especificidades brasileiras, alheia aos estrangeirismos, que se chegaria à solução das deficiências políticas e também sociais e econômicas. Este processo de interpretação de Oliveira Vianna, Bernardo Ricupero (2014, p. 19) denominou como “a crítica da cópia”. Neste sentido, autor explica que:

A crítica da cópia é central para Vianna, seja como tema ou mote de sua obra. Nessa preocupação aproxima-se de muitos autores do pensamento político-social brasileiro. No entanto, sua maneira de entender o descompasso entre ideias e o Brasil identifica-se especialmente com certa tradição intelectual, que se inicia com o Visconde do Uruguai e vai até, pelo menos, Wanderley Guilherme dos Santos.

Sendo mais específico, Vianna estabeleceu que ao contrário do que houve nos regimes europeus e norte-americano (de cultura anglo-saxã)⁵⁴, no Brasil a deficiência estaria ligada a falta de “opinião pública” do povo. Com isso, denotou que houve certo descompasso entre as proposições dos republicanos e a capacidade de apreensão do povo em relação a suas ideias. Acusando os republicanos de viverem em uma “crença do poder transfigurador das fórmulas escritas”, afirmou que o povo, então, não exibira “condições mentais e estruturais” para a organização de um pensamento político condizente com determinado sentimento de pertencimento à pátria republicana.

Aliado a este diagnóstico, Vianna detectou ainda dois problemas: uma suposta inexistência de solidariedade de classe e da mesma forma de um sentimento de interesse coletivo. O primeiro seria motivado pela falta de organização daquilo que denominou como “classes populares” (classe agrícola, industrial, comercial e operária). De modo geral, isto teria resultado na falta de capacidade de exercerem pressão sobre os órgãos de poder, através da organização da opinião pública.

O segundo estaria ligado ao que Oliveira Vianna (1927, p. 50) denominou como um “traço característico de nossa psicologia social”, e referir-se-ia a presumida característica dos brasileiros em buscarem certas compensações particulares quando em relação com o bem público, em detrimento de certo espírito de civismo republicano. Neste ponto, novamente hierarquizou culturalmente os povos anglo-saxões, que teriam desenvolvido esta noção de coletividade republicana, devido o seu senso de coletividade e formação política.

Retomando, entendemos a circulação das ideias em concordância com Roger Chartier (1991) quando este estabeleceu que a produção de sentido se constitui enquanto um processo historicamente determinado. Desta forma, compreendemos que as concepções elaboradas por

⁵⁴Oliveira Vianna (1927, P. 46) apresenta um conteúdo que exprime uma suposta superioridade racial dos povos de cultura anglo-saxã. Neste sentido afirma que estes teriam atributos biológicos superiores, através do “temperamento da raça” bem como atributos morais, ao exibirem “formação social e política”. José Murilo de Carvalho (1981, p. 83) dirá que “o racismo e o apoio à ditadura foram pecados graves. Mas o julgamento não considerou as atenuantes. Racista era quase toda a elite de sua época, embora nem sempre se confessasse. Até mesmo a Constituição de 1934, democraticamente elaborada, pregava a eugenia”.

Oliveira Vianna estiveram circunscritas no contexto de sua própria experiência e, acima de tudo, de suas percepções acerca destas⁵⁵.

Ao mesmo tempo, isto significa que a apropriação de suas ideias por outrem esteve sujeita, do mesmo modo, à circunscrição das experiências específicas destes que as apropriaram. Com isto, queremos dizer que, ao nos dedicarmos a apreensão dos ideais autoritários deste autor, mas também de Azevedo Amaral, não buscamos sua apropriação prática *ipsis litteris*.

As condições ou o “contexto real” a partir do qual as ideias tomam forma e aplicação prática – neste sentido em que buscamos compreendê-las a partir de sua utilização nas práticas de governo – foi o que nos interessou aqui. Deste modo, percebemos que houve certa diferenciação entre as ideias originais de Vianna e aquelas expressas por Getúlio Vargas. Estabelecendo uma analogia entre os discursos do chefe estado-novista com os excertos de Vianna, percebemos que o exercício da prática política ocasionou nuances entre o original e a sua absorção.

Desta forma, entendemos que se torna plausível a afirmação da influência do pensamento organizacional autoritário de Oliveira Vianna na estruturação do Estado Novo. Todavia, é preciso que se qualifique esta afirmação indicando suas particularidades de acordo com a própria construção política que se tentou efetivar durante o período.

Assim sendo, se Vianna demonstrou em seus diagnósticos incisivo teor racial ao apontar a superioridade da cultura dos povos anglo-saxões em questões biológicas, mas também éticas e morais, esta foi uma característica atenuada nas manifestações políticas de Getúlio Vargas. Como se pôde perceber nos atributos que seu governo desejou encontrar nos imigrantes europeus que pretendiam aportar em terras brasileiras⁵⁶. Em relação a estes, disse que desejaria “homens válidos e laboriosos e repudiamos os elementos moral e fisicamente indesejáveis, os de atividade parasitária, os sem ofício, os desenraizados e incapazes de fixar-se, de constituir família brasileira, de amar a terra adotiva e por ela sacrificar-se”⁵⁷. (VARGAS, 1940, p. 244).

Com isso, não pretendemos avaliar que não houve, por parte de Getúlio Vargas, e sua composição política, qualificação étnica e ações coercitivas a determinados grupos, mas sim

55Introdução ao contexto de produção da obra de Oliveira Vianna e a influência que pensadores como Alberto Torres tiveram no desenvolvimento de suas concepções se pode encontrar em: PAIM (2008, p.13-31). Para uma retrospectiva do pensamento autoritário na América Latina ver WASSERMAN (2013, p. 179-207).

56Sobre a imigração durante o Estado Novo ver: Pandolfi (1999, p. 197-257).

57Fonte: Discurso “O devotamento do exercito e da Marinha à obra da renovação nacional, de 31 de dez. 1940. Rio de Janeiro. In: VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**: Ferro, carvão, petróleo: 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. V. 8.

denotar que a dinâmica do processo político fez com que o discurso estado-novista, principalmente o de Vargas, apostasse na exaltação de um modelo de imigrantes desejados enquanto discurso. Isto, pois como demonstra Seyferth:

A partir de 1937 foram tomadas medidas coercitivas visando a atingir as organizações comunitárias étnicas produzidas pela imigração, em nome da tradição de assimilação e mestiçagem demarcadoras da nacionalidade. Mudanças na legislação e a ação direta do Exército junto aos grupos “quistos raciais” interferiram na vida cotidiana de uma parcela significativa da população, sobretudo no Sul e em São Paulo. (SEYFERTH, 1999, p. 189).

Ao mesmo tempo, ambos compartilharam a necessidade de adequar a solução dos problemas da nação, através da compreensão das particularidades nacionais. Vargas, porém, elaborou esta questão de modo a acentuar que haveria no povo brasileiro as condições para o seu pleno desenvolvimento, o que haveria faltado até então, seria a capacidade dos governos políticos de propiciarem as condições materiais para isso. Afinal, se em “O idealismo da Constituição” Oliveira Vianna se referiu ao arranjo político das primeiras décadas de República, Vargas, já constituído enquanto governante, não poderia desenvolver a tese de que o problema seria justamente a organização política⁵⁸, mas sim o modo como esta haveria se portado até então.

Esta foi uma das formas em que se pôde conceber o acentuado discurso que propôs a urgência na melhoria das condições de vida do operariado. Outra diferença qualitativa se pôde perceber no seguinte ponto: se Vianna exprimiu certa deficiência em um espírito de coletividade da população brasileira, Getúlio acentuou que esta seria uma característica justamente da “civilização cristã brasileira”. Assim, em sua recorrente propaganda da instituição do salário-mínimo afirmou, em 1938, que:

Além de proporcionar reais benefícios ao proletariado, elevando-lhe o nível material e moral de vida, a iniciativa produzirá vantajosos efeitos para a economia geral e será revigorada com o aumento do poder aquisitivo de vultuosa massa de trabalhadores (...) O salário-mínimo representa, hoje, uma imposição da justiça social. Não seria possível deixar de instituí-lo, num país de civilização cristã, onde o sentimento de solidariedade humana entra como fator na educação individual e estrutura as próprias bases da sociedade⁵⁹. (VARGAS, 1938, p. 172).

58Edgar De Decca (1986) desenvolveu, para o contexto de 1930, com eficiência esta tese ao demonstrar como se criou o discurso do “novo” Estado em contraposição às “antigas” oligarquias políticas da República.

59Fonte: Discurso “Problemas e realizações do Estado Novo”. 19 de fev. 1938. Petrópolis In: VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**: O Estado Novo [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. 5.

Sendo assim, as particularidades ligadas ao desenvolvimento histórico foram responsáveis por estas nuances. Oliveira Vianna foi um intelectual, um advogado, um jurista – até exercer seu cargo de Conselheiro Jurídico do Estado Novo. Isto significa que suas proposições não estiveram condicionadas a qualquer aplicabilidade objetiva.

Getúlio Vargas, por outro lado, representou uma composição política que ascendeu ao poder, e isto significou que a absorção das ideias autoritárias passou por condições que lhes deram possibilidade de ação, ao tempo em que se buscou seu estabelecimento hegemônico. No sentido em que Gramsci compreendeu ao refletir que:

O político em ação é um criador, um suscitador; mas não cria do nada, nem se move no vazio turbido dos seus desejos e sonhos. Baseia-se na realidade fatural. Mas o que é esta realidade fatural? É talvez algo de estático e imóvel, ou não é antes uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? (GRAMSCI, 1991, p. 22).

Desta forma, podemos compreender a própria utilização da invocação política da “característica cristã” do povo brasileiro. A análise das manifestações nos permitiu identificar que ela se apresentou principalmente quando se buscou o apoio da população ao combate ao comunismo. Isto se deveu, supomos, a capacidade de se mapear simetrias entre os dogmas da ideologia cristã católica com a aversão ao comunismo.

Prosseguindo neste raciocínio, da mesma forma foi possível identificar certa nuance no que disse respeito às considerações tecidas à população brasileira. Enquanto Oliveira Vianna foi claro ao indicar supostas deficiências, principalmente na capacidade de formulação de uma opinião política coesa e militante, dentro daquilo que denominou “opinião pública”, Vargas, por sua vez, enfatizou a capacidade do povo brasileiro.

Neste sentido, disse que o “povo brasileiro, dotado de inteligência viva e pronta, é capaz de aprender todos os ofícios, de praticar as técnicas mais difíceis e complexas, de adaptar-se facilmente ao manejo de novas máquinas”⁶⁰ (VARGAS, 1940, p. 392). Assim afirmou que:

O homem brasileiro, dotado de inteligência viva e plástica, perfeitamente aclimado, transformar-se-á no agente dinâmico do nosso progresso quando lhe sejam prodigalizados os benefícios da civilização, sem os quais não poderá adquirir o

⁶⁰Fonte: Discurso de 5 de jan. 1940. São Paulo In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas. Brasília:** Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

domínio total do meio físico vasto e rico que lhe cumpre explorar e defender. (VARGAS, 1938, p. 127)⁶¹.

Faz-se necessário destacar que houve certa distinção entre as preocupações exibidas por Oliveira Vianna e por Getúlio Vargas. O primeiro voltou suas preocupações a entender o brasileiro e seu entendimento em relação ao sistema político, os modos e as causas que levaram a população brasileira a não se adequar aos sistemas políticos propostos até então. Vianna (1927, p. 65) entendeu que as questões sociais e econômicas seriam importantes, mas, segundo ele, as “reformas maiores, de caráter social e econômico” deveriam atuar no sentido de desenvolver possibilidades econômicas do eleitorado ao ponto destes apresentarem “independência de opinião” alheia a sua instabilidade econômica, não precisando estar sujeitos a determinações do que ele denomina de “mandões locais”.

Já a composição política do Estado Novo não exibiu como preocupação central o entendimento de como os brasileiros se relacionariam ou apreenderiam o sistema político, mas sim como a população deveria se inserir no âmbito do social, como poderia atingir sua completude patriótica, elevando-se material e moralmente, através do trabalho e do alcance de direitos sociais através do Estado. Isto porque o “Estado Novo”, enquanto construção discursiva das frações de classe que alçaram ao poder em 1937, o fez justamente para se proclamar como o que sanearia os problemas políticos do país (D’ARAÚJO, 2013). Ora, a partir disso, não caberia à população questionamentos de ordem política, mas sim buscarem seu progresso social e econômico através da ajuda e intervenção do Estado⁶².

Angela de Castro Gomes (2005, p. 201) recorreu a Wanderley Guilherme dos Santos (1979), para compreender esta questão, ao afirmar que “o cidadão desta nova democracia, identificado por seu trabalho produtivo, não mais se definia pela posse de direitos civis e políticos, mas justamente pela posse de direitos sociais”. Ao mesmo tempo, Gomes (2005, p. 201) afirmou que “o trabalho deveria ser encarado como uma atividade central na vida do homem e não como um meio de “ganhar a vida”. Isto implicou que o homem assumisse plenamente sua personalidade de trabalhador, pois ela era central para a sua realização como pessoa e sua relação com o Estado”.

61Fonte: Discurso “No liminar do ano de 1938, de 31 de dez. 1937. Palácio do Guanabara”. In: VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: O Estado Novo** [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. 5.

62Neste sentido Maria Celina D’Araújo (2003, p. 215) dirá que nos anos trinta “produziu-se, de forma hábil e convincente, uma ideologia de que a democracia política era incompatível com a resolução dos conflitos sociais e de que só o Estado estaria apto a dar soluções cabíveis”.

Continuando no entendimento que estamos construindo, deixaremos por hora as concepções de Oliveira Vianna e nos voltaremos às formulações de outro intelectual influente no período dos anos do Estado Novo: Azevedo Amaral⁶³. Isto, pois Oliveira Vianna realizou suas inquietações intelectuais acerca da temática política, em termos gerais. Sua preocupação central esteve ligada ao “idealismo” dos arranjos políticos institucionais até então e sua suposta inadequação em relação à realidade apresentada pelo país.

Deste modo, julgamos pertinente ao nosso trabalho realizarmos um contraponto, nos detendo nas ideias de Azevedo Amaral. Este desenvolveu sua obra exibindo a economia enquanto uma das linhas mestras de entendimento e da busca por soluções. Da forma em que demonstrou Luis Carlos dos Passos Martins ao afirmar que:

Chamam atenção em seus textos três pontos importantes: primeiro, o grau de sofisticação da sua análise da realidade nacional e o mesmo de sua compreensão da evolução histórica do Brasil (OLIVEIRA, 1982; PIVA, 2000), especialmente do papel da economia nessa evolução; segundo, a apologia da industrialização como necessária à modernização do país; e terceiro, a defesa da Planificação Estatal como instrumento obrigatório dessa industrialização na conjuntura dos anos 1930. (MARTINS, 2014, p, 113).

Assim, foi proveitoso o trabalho com as proposições teóricas deste autor, pois complementou o teor predominantemente político que tratamos até então. A Ditadura do Estado Novo soube realizar esta junção entre política e economia de modo perspicaz e, diríamos, instrumental, pois demonstrou a capacidade, como demonstramos, de dissimular as aspirações políticas da população dentro de sua concepção de Estado enquanto provedor de benesses sociais e econômicas.

Como demonstrou Getúlio Vargas em discurso pronunciado no arsenal da marinha, em 1938, reafirmando os postulados do advento de 1937 e atribuindo compromisso aos militares:

Os brasileiros devotados ao serviço da Pátria, que se esforçam pelo seu engrandecimento sabem que o imperativo do momento é a paz para o trabalho. Edifica-se sobre bases novas a economia nacional; preparam-se os homens do amanhã, acrescendo-lhes o patrimônio moral e material; forja-se a riqueza do país, em múltiplos empreendimentos⁶⁴. (VARGAS, 1938, p. 197).

⁶³Cabe destacar que a obra que nos referiremos foi lançada após a instauração do Estado Novo, tendo sua edição no ano de 1938.

⁶⁴Fonte: Discurso “O reaparelhamento das forças armadas é obra da vontade nacional executada pelo Governo, de 12 de mar. Arsenal da Marinha”. In: VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: O Estado Novo** [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. 5.

A economia foi um dos motes principais do argumento da política estado-novista, pois foi nesta apreensão geral de desenvolvimento econômico que se conciliaram os pressupostos do trabalho, da família, do sindicalismo e da nação. Afinal, com o advento do Estado Novo o trabalho ganhou um novo status sendo o responsável pelo engrandecimento material da nação, mas também moral da população (GOMES, 2005).

Diante disso, percebemos que o discurso econômico que percorreu o desenrolar dos anos trinta chegando ao Estado Novo, possuiu alguns incentivadores, dentre os quais Azevedo Amaral. Neste ponto, Martins (2014, p, 114) afirma que um aspecto a ser ressaltado nesta preocupação de Amaral com a economia é que para este “a esfera econômica não se reduz à condição de um simples instrumento à disposição do Estado-Nação para que este se fortaleça ou se construa. Ao contrário, a economia para ele é uma das bases – se não a principal – da constituição social e do político”.

As manifestações de Getúlio Vargas acerca da economia nos permitiram indicar certa tendência neste mesmo sentido. Ao se referir à economia enquanto a base da constituição do social e do político, Azevedo Amaral se aproximou do apelo varguista de que somente através de uma nação economicamente forte se conseguiria expurgar os males do país – reitera-se, não somente os econômicos.

Foi neste sentido que Getúlio deixou sua mensagem de ano novo, a partir do Palácio da Guanabara, em 1938, ao lembrar que “todos os problemas em equação na vida brasileira tendem ao objetivo supremo de coordenar os valores humanos e os valores econômicos, a fim de tornar a Nação cada vez mais forte e mais próspera”. (VARGAS, 1938, p. 127)⁶⁵.

Da mesma forma que Oliveira Vianna, Azevedo Amaral exibiu como perfil metodológico a característica da realização de sínteses históricas do desenvolvimento do Brasil. Assim, construiu reflexões gerais através de extensas passagens de tempo. A obra a qual nos referiremos, “O Estado autoritário e a realidade nacional”, manteve este mesmo padrão, mesmo que em período reduzido, se comparado à “Idealismo da Constituição” de Vianna.

Dividida em duas partes, na primeira realizou uma síntese das décadas anteriores através do que denominou de “dissolução da primeira República” (AMARAL, 1938, p. 41). De caráter propositivo, Azevedo Amaral (1938, p. 6) expôs logo no início da obra, suas

⁶⁵Fonte: Discurso “No liminar do ano de 1938, de 31 de dez. 1937. Palácio do Guanabara”. In: VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: O Estado Novo** [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. 5.

intenções, a qual seria representar “mais um ensaio crítico, tendo por finalidade prosseguir no encadeamento de estudos sociológicos e políticos em torno dos problemas brasileiros”.

Esta característica de grandes sínteses, foi um aspecto percebido por estudiosos dos modos e formas que os intelectuais e suas ideias estiveram inseridos no Brasil dos anos trinta. Neste sentido autores como Pécaut (1990), Miceli (1979), Abreu (2014) e Gomes (1982), entre outros, foram alguns dos que identificaram esta característica atuante de parte da intelectualidade no período, notadamente a de cunho autoritário.

Alinhando-se a estes se posiciona o estudo de Ricardo Virgolino da Silva⁶⁶. Em sua tese de doutorado, ele estudou as concepções autoritárias de Estado no contexto brasileiro, e denominou esta prática alegoricamente de “a sociologia contra o liberalismo”. A partir disso, alegou que os intelectuais de cunho autoritário, dentre eles Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, identificaram supostos obstáculos ao livre desenvolvimento das capacidades da nação brasileira.

Dentre estes supostos obstáculos Silva (1998, p. 105), destacou aquele que considerou o principal, e que consistiu “nas características constitutivas da cultura e do caráter do povo brasileiro. Os ideólogos do Estado autoritário partem do princípio de que a grande massa da população brasileira é individualista, irracional e arredia à participação política”. Esta foi, de fato, uma constante nas obras dos autores que estamos abordando neste trabalho.

Diante disso, realizando uma “síntese sociológica” do Brasil, desde antes da invasão portuguesa, elencou elementos que seriam os responsáveis por este desajustamento da população brasileira em relação à participação política. Em primeiro lugar, denotou que a classe produtora à época da subordinação à Coroa Portuguesa, se desenvolveu exibindo certo desagrado, que estaria ligado a relação puramente fiscal e orçamentária estabelecida pela Coroa. Segundo Azevedo Amaral, esta seria a causa por certa “deformação mental” na classe produtora, ao modo que isto teria resultado no fato de que:

Os homens que organizavam e dirigiam a economia nacional nascente, tanto na mineração como na lavoura e nas indústrias agrícolas a ela associadas, adquiriram o hábito de encarar o Estado como entidade adversa e a verem na autoridade pública uma força permanentemente contrária aos seus legítimos interesses. (AMARAL, 1938, p. 21).

Somando-se a esta questão o autor prosseguiu afirmando que esta referida aversão à organização estatal, esteve conformada também pelo fato de que em momentos de conflitos

⁶⁶Ver: SILVA, Ricardo Virgolino Da. **A ideologia do Estado Autoritário no Brasil**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, São Paulo, 1998.

internos ou ameaças estrangeiras foram eles, a classe produtora, os que arcaram com os dispêndios.

Ao mesmo tempo, Azevedo Amaral (1938, P. 21) abordou outra questão que, segundo ele, foi complementar, e passa a se referir ao aparecimento de “uma classe acentuadamente inadequada ao exercício de funções políticas e que, entretanto, se tornou uma espécie de nebulosa sociológica, de onde saíram elementos que exerceram enorme influência na evolução brasileira”.

Nesta ideia Amaral (1938, p. 21) aproximou-se das concepções racistas de Oliveira Vianna, estabelecendo que esta classe que denominou de “nebulosa sociológica”, “em consequência de facilidade com que ocorria a miscigenação entre colonos portugueses e mulheres ameríndias e sobretudo de origem africana, avolumou-se nas regiões do país, para onde as atividades econômicas faziam concentrar elementos das duas últimas raças, uma classe de mestiços”. Sendo assim, apresentou essa miscigenação entre europeus, portugueses, negros e ameríndios. Desta união teriam resultado elementos que acabaram ocupando cargos intermediários na administração pública, mas que devido terem ficado:

Imunes ao trabalho pesado que incidia sobre os escravos, esses elementos protegidos pelo sentimento paternal do português passaram a constituir na sociedade brasileira uma categoria especial de indivíduos que gravitavam para o exercício de funções parasitárias (AMARAL, 1938, P. 220).

Não temos a possibilidade, neste trabalho, de verificarmos estas formulações difusas que Azevedo Amaral afirmou como fatores sociológicos que supostamente levaram a estas duas “classes” a desenvolverem esta “deformação do espírito político” brasileiro. Todavia o conjunto destas construções, assim como as de Oliveira Vianna, concorreu para o estabelecimento de uma corrente de pensamento político no Brasil, das primeiras décadas do século XX, que viu na questão da origem étnica um problema a ser solucionado.

Prosseguindo em sua análise Azevedo Amaral apresentou, do mesmo modo que Oliveira Vianna, a questão da tentativa de se importar soluções políticas ao contexto brasileiro. Para isso, realizou um retrospecto das perturbações políticas na Europa e nos Estados Unidos e que levaram à Revolução Francesa, à Independência Americana, bem como à chamada Revolução Gloriosa, na Inglaterra. Neste sentido, afirmou que as experiências estrangeiras nada teriam a acrescentar, visto que estariam inseridas em um contexto diverso do brasileiro. Isso, pois naqueles casos teria havido confronto entre uma nascente burguesia urbana e os representantes do decante sistema feudal, ambiente que nunca teria se apresentado no Brasil (AMARAL, 1938, P. 26).

Desta forma, o que nos ressaltar denotar é esta tendência em Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, em demonstrar os meios que supostamente levaram a população a exibir determinadas deficiências de entendimento no que se referiu à sistemática política institucional. Ambos delimitaram, ao seu modo, dois tipos de “problemas fundamentais”: de um lado o problema na formação da população brasileira, que não haveria reunido condições sociológicas e culturais de apreender o sistema político moderno e republicano; de outro, a falta de capacidade das classes dirigentes de proporem soluções que estivessem de acordo com a realidade brasileira e também sua influência a partir de esquemas estrangeiros.

Diante disso se percebeu, mesmo havendo nuances condicionadas pela prática política, que estas concepções, em linhas gerais, foram absorvidas pelo discurso político do Estado Novo. A compreensão, por parte da categoria política estado-novista, de que seria preciso um Estado forte e interventor como solução única dos problemas nacionais, pode ser entendida como tendo raízes nestas construções.

Ajudou-nos a entender esta questão Ricardo da Silva (1998, p. 106), que analisando o pensamento político dos ideólogos autoritários em relação à estruturação do Estado⁶⁷ autoritário, compreendeu que se pode estabelecer “um “fim prático” do programa político subjacente a ideologia autoritária: a hipertrofia do Poder Executivo estatal, sob a gerência de uma elite científica, que disponha de uma ampla liberdade de movimentos para moldar, disciplinar e organizar a sociedade, o povo e a nação”. Não ao acaso Getúlio Vargas, em improviso no Palácio dos Campos Elíseos, disse que sua principal missão seria a de “organizar a opinião civil, para que ela seja de corpo e alma, um só pensamento brasileiro”. (VARGAS, 1938, p. 303)⁶⁸.

Recordamo-nos, com isso, as proposições de Oliveira Vianna acerca da organização ou formatação de uma “opinião pública”. Do mesmo modo, nos parece razoável afirmar que esta foi uma das pretensões do Estado Novo e, do modo em que estamos trabalhando, a família foi, também um dos instrumentos visados enquanto núcleos possíveis de irradiação dessa ideologia.

Ao mesmo tempo, recorremos a Martins (2014, p. 115), quando se referiu aos pressupostos de Azevedo Amaral, ao sublinhar que “por toda a sua obra, perpassa a ideia de que só é possível a constituição de uma civilização consistente através da adoção de uma

67Em sua tese de doutorado SILVA (1998, p. 104) se debruça sobre os elementos temáticos contidos nas elaborações de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, que organizam a estrutura argumentativa da ideologia do Estado autoritário no que denomina de primeira fase (anos vinte e trinta)

68Fonte: Discurso “No palácio dos Campos Elíseos”, de 22 de jul. 1938. Palácio do Governo. In: VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**: O Estado Novo [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. 5.

capacidade produtora ou de uma organização produtiva incorporadora da técnica moderna, o que só seria possível mediante a industrialização”.

Esta supracitada capacidade de organização produtiva, segundo Azevedo Amaral, teria seu desenvolvimento pleno através de um executivo forte e centralizado. Neste sentido, perpassou em “O Estado autoritário e a realidade nacional” a crítica ao Poder Legislativo, principalmente nos anos trinta, no sentido de não terem exibido a capacidade política de enfrentarem os problemas, notadamente o econômico e a “ameaça comunista” em sincronia com o judiciário e o executivo⁶⁹.

Sendo assim, este foi o ensejo que Amaral encontrou para a crítica da democracia liberal no Brasil. Neste sentido apontou que:

A democracia liberal cuja experiência fora feita nas circunstâncias mais favoráveis para eliminar todas as causas que pudessem embaraçar o seu êxito, aparecia diante da consciência nacional com os traços inconfundíveis de uma forma de organização estatal inadaptável ao meio brasileiro (...). Incapaz de desempenhar as funções mais simples e essenciais de toda a organização política não conseguiria nunca enfrentar e resolver satisfatoriamente os problemas que se acumulavam no plano econômico e dos quais dependia o progresso material da nacionalidade e indiretamente a estabilidade da organização política e social do país. (AMARAL, 1938, p. 125-126).

Esta passagem é ilustrativa do pensamento autoritário da década de 1930, nela está o núcleo das proposições estado-novistas de intervenção econômica, de modo geral, e sociais, especificamente. Criou-se, neste sentido, uma noção que estabeleceu que somente a centralização do poder no executivo resultaria em êxito da capacidade administrativa.

Ao que parece, estas proposições foram absorvidas pela política do Estado Novo, afinal, em 1937, o ministro do trabalho Marcondes Filho realizou um balanço das atividades do “presidente Getúlio Vargas” na última década (de trinta) e disse que:

Se o direito é a ciência dos fatos, a ciência da realidade, nenhum ramo dessa ciência espelhou de maneira mais perfeita a realidade social de um povo que o direito trabalhista brasileiro (...) foi uma verdadeira medicina social preventiva que o Presidente Vargas realizou no Brasil, tratando do complexo capital-trabalho. (...) Multifforme, atingindo todos os setores e prevendo as principais situações, fatos ou problemas a serem tutelados pelo Estado. (MARCONDES FILHO, 1943, p 251).

⁶⁹Ao se referir à Constituição de 1934 Azevedo Amaral (1938, p. 120) diz que “o regime instituído em 1934 evidentemente não podia subsistir. Do caos ideológico reinante na assembleia que o elaborara e da falta de contato dos membros desta com a realidade dos problemas nacionais resultara uma organização, por tal forma desarticulada, que esse sistema ineficiente e claudicante não poderia funcionar sequer a título de experiência”. Neste mesmo sentido expressava-se Oliveira Vianna (1927 p. 68-69) ao afirmar que “o nosso futuro legislador constituinte tem que possuir uma mentalidade mais ampla e mais iluminada, uma inteligência mais realista e objetiva, uma consciência mais humana da relatividade dos sistemas políticos. E, sobretudo, um conhecimento mais perfeito e completo da nossa realidade nacional, das nossas idiosincrasias, das nossas falhas, das nossas insuficiências, da nossa condição de povo em formação”.

Desta forma, se para Azevedo Amaral e Oliveira Vianna a “realidade social” se referiu ao descobrimento de modos em que o sistema político brasileiro deveria assumir sua responsabilidade de ação, para o Estado Novo, já instaurado, “realidade social” significou a harmonia na relação capital-trabalho. Sendo assim, suas ações deveriam se impor no sentido de criar condições para que ambas as partes desenvolvessem o seu pretendido papel na construção da harmonia social.

Em linhas gerais a intenção de colaboração entre classes sociais, e a proposição da formação destas como partícipes de um “organismo social”, denominou-se de corporativismo⁷⁰. Pode ser entendida ao modo em que Maria Celina D’Araújo (2013, p. 220) expôs ao denotar que o “corporativismo, por essa razão é caracterizado por ser forma vertical de organização. Esta se faz de cima para baixo e, lá na base, cada indivíduo é concebido como parte do Estado, posto que pertence a uma única organização que é parte da máquina estatal”. E prossegue ao complementar que “esse corporativismo estatal prega não haver lugar para interesses particulares, disputas políticas e onde se impôs, o fez de forma autoritária” D’Araújo (2013, p. 220).

Foi neste âmbito que nossa preocupação residiu, afinal, se houve uma expressa determinação de mudança em determinadas expressões socioeconômicas e culturais impostas pelo Estado em nome da nação, isto se deu de forma a não permitir ações destoantes. Desse modo, o Estado Novo estabeleceu um projeto de desenvolvimento econômico que visou conformar a ampla diversidade social em relação ao seu projeto. Da forma em que Pedro Cezar Dutra Fonseca analisou a estruturação econômica do período, sublinhando que:

Na percepção de Vargas da época a presença do Estado poderia e deveria abarcar as mais variadas instâncias da sociedade, além da economia e da política propriamente ditas: educação, artes, desportos, saúde, organização sindical, meios de comunicação, etc. Tratava-se, pois, de um intervencionismo defendido enquanto concepção de administrar a sociedade, e que, *ipso facto*, pretendia abrangê-la em sua totalidade e não tão-somente em algumas áreas ou esferas. (FONSECA, 1989, p. 264-265).

Obviamente esta intenção de abarcar a totalidade da sociedade é algo que transcende a capacidade de qualquer sistema de organização política. Ora, inúmeros foram os exemplos de

70A questão do corporativismo nos anos trinta do Brasil é algo bastante explorado por historiadores e cientistas sociais. Em linhas gerais, se apresenta do modo em que nos apresenta Vanda Maria Ribeiro Costa (1991, p. 1) ao expôr que “o corporativismo pensado, no Brasil dos anos trinta, (foi tido) como fórmula para disciplinar os interesses privados e estabelecer as condições organizacionais mínimas para o confronto entre as classes, reservadas ao Estado as funções de arbítrio”. Outras acepções podemos encontrar em Oliveira (1982, p. 59) e também Abreu (2016, p. 472).

insubordinação da classe trabalhadora no que disse respeito à discordância em relação ao que era seu por direito, bem como quando se referiu à imposição de hábitos sociais ou culturais⁷¹. Todavia, o que ressaltamos aqui foi um determinado *propósito totalizante* do Estado que buscou abarcar diversas áreas, como expressou Gomes ao referir que:

Seus objetivos eram mais complexos, pois visavam impedir a perda de saúde e estimular a capacidade de trabalho, através de melhores condições de vida (...) atingindo as causas mais profundas da pobreza e promovendo a satisfação das necessidades básicas do homem: alimentação, habitação e educação. (GOMES, 2005, p. 243).

A compreensão do processo autoritário ocorrido durante o Estado Novo exige que se tenha consciência desta dimensão que extrapolou os conceitos habituais de política e economia. Aqui não se faz o caso de entendermos que *houve* esta pretendida intervenção nas esferas diversas da formação social do período, mas antes buscar compreender *o porquê* se delineou este panorama.

As manifestações oficiais do Estado Novo sugeriram, objetivamente, um Estado altruísta, generoso, visionário e doador. Antes de tudo, um Estado com feições materializadas, objetivas, palpáveis, afinal, este Estado se refletia na figura de Getúlio Vargas “o pai da nação”, este ser próximo do povo e atuante no combate às suas necessidades. Foi esta a imagem criada pelas palestras semanais na “Hora do Brasil”, a cargo do Ministro do Trabalho Marcondes Filho, por exemplo.

Antes disso, nos coube buscar as entrelinhas do discurso, as conexões que, mesmo presentes, não se constituíram enquanto nexos evidentes. Foi neste sentido que pudemos entender as manifestações de Getúlio Vargas colocando a economia em primeiro lugar em relação à política. Esta esfera deveria ser deixada de lado pelos trabalhadores, em nome da busca pelos direitos sociais ligados a uma rotina de produção conjugada, principalmente, à ordem.

Ao mesmo tempo, dentro desta lógica estabelecida, pudemos entender a retórica de Vargas em 1939, na inauguração da Conferência Nacional de Economia, onde realizou um amplo e profundo apanhado das atividades que estavam sendo realizadas no âmbito da produção, ao mesmo tempo que apresentou diagnósticos para a economia. Nestes

⁷¹Lembremos o caso, em 1904, dos conflitos entre o poder público e a população nos acontecimentos da Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro. Pensando em questões culturais, em uma acepção tradicional, lembremos o próprio cerco a questão do samba, no mesmo Rio de Janeiro, das primeiras décadas de República.

diagnósticos, uma das questões a serem combatidas pelo poder público se apresentou justamente na questão da saúde do trabalhador. Deste modo Vargas disse que:

O Estado Novo quer destruir o conceito pejorativo, invocado, frequentemente, para nos diminuir, segundo o qual o Brasil é um vasto hospital. Para consegui-lo, não medirá esforços, conforme o tem demonstrado com as medidas postas em prática, visando elevar o índice sanitário das populações e completar o aparelhamento de combate aos males endêmicos, do Norte ao Sul do país⁷². (VARGAS, 1941, p.84).

Prosseguindo, demonstrou algumas ações que estiveram sendo desenvolvidas, como a preparação da rede nacional de higiene pública e da rede de assistência médico sanitária. Conjuntamente, destacou o problema da proteção à maternidade e à infância, além dos problemas de alimentação e habitação a que estiveram submetidos à população brasileira. De certo modo, isto corrobora a compreensão que estamos construindo, afinal, é deste modo que se podem entender temáticas como maternidade e infância, inseridas em uma exposição com propostas de teor eminentemente econômicas, em um sentido restrito.

Desta forma, foi neste campo de entendimento que tentamos discorrer sobre a influência do autoritarismo na prática política da Ditadura do Estado Novo. Ao certo, estas páginas se compuseram enquanto uma moderada construção diante das infinitas possibilidades de conexões.

Na primeira parte do capítulo, demonstramos exemplos em que o autoritarismo exerceu influência na regulação e conformação de questões que atravessaram a vida de integrantes da classe trabalhadora. Mulheres, crianças, jovens, estiveram inseridas nessa compreensão.

De certo modo, invertemos o habitual ao circunscrevermos as ações práticas anteriormente à própria reflexão sobre o autoritarismo. Todavia, acreditamos que as ações práticas estão separadas das ideais, ou da ideologia, somente em fins teóricos, visto que na realidade se apresentam imbricadas. A influência de intelectuais como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, se deu no conjunto de suas obras, dentro de uma tendência autoritária que perpassou a primeira metade do século e que, na compreensão de autores como Silva (1998), se manteve até a atualidade. Dessa forma, trazemos a compreensão de Antonio Gramsci que nos disse que:

⁷²Fonte: Discurso “O destino brasileiro do Amazonas”, de 9 de out. 1940. Manaus. In: VARGAS. Getúlio. **A nova política do Brasil**: Ferro, carvão, petróleo: 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. V. 8.

As ideias, as opiniões não “nascem” espontaneamente no cérebro de cada indivíduo; tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, um grupo de homens ou inclusive uma individualidade que as elaborou e apresentou sob a forma política de atualidade. (GRAMSCI, 1991, p. 88).

Ora, não se fez ao acaso que este autoritarismo proposto por Vianna e Amaral se constituiu enquanto um verdadeiro protetor das relações de produção que se ergueram na consolidação do capitalismo industrial no Brasil. A família, como demonstramos, serviu enquanto um verdadeiro núcleo de irradiação de inúmeras ações, que visaram à conformação da classe trabalhadora em relação aos novos pressupostos de desenvolvimento. Neste sentido, Gramsci foi novamente perspicaz ao denotar que:

Se cada Estado tende a criar e a manter certo tipo de civilização e de cidadão (...) tende a fazer desaparecer certos costumes e hábitos e a difundir outros, o direito será o instrumento para este fim (...). O Estado deve ser concebido como “educador” desde que tende a criar um novo tipo ou nível de civilização (...). O Estado, neste campo, é um instrumento de “racionalização”, de aceleração, e de taylorização, atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita, e “pune”, pois criadas as condições em que um determinado modo de vida é “possível”, a “ação ou omissão criminosas” deve receber uma sanção punitiva de alcance moral e não apenas um juízo de periculosidade genérica. (GRAMSCI, 1991, p. 90).

Esta provocação teórica estabelecida por Gramsci nos ajudou a apreender o contexto do Estado Novo, no Brasil. Ao mesmo tempo, nos auxiliou a entender o modo como este buscou conformar a família diante de um conjunto de normativas explícitas. Diante disso, nos resta a interrogação de que se o conjunto das manifestações oficiais do Estado Novo não representou, justamente, uma grande advertência moral aos “trabalhadores do Brasil”.

2.2 A FORMAÇÃO DO NOVO TRABALHADOR BRASILEIRO: “LEIS QUE ATUAM NO TEMPO E NO ESPAÇO”

Entendemos, em concordância com certo número de pesquisadores que se ocupam do Estado Novo, no Brasil, que este foi um contexto onde determinada ideia da necessidade de mudanças nos modos e hábitos da população brasileira persistiu.

Isso, tendo em vista uma presumida necessidade de elevação da capacidade de produção do trabalhador nacional, afinal, o “novo” Brasil seria reconstruído, justamente, através de uma nova concepção de trabalho e trabalhadores, que o fizessem em nome da coletividade da nação⁷³.

⁷³Ver Gomes (2005), Fonseca (1989), Pontes Jr e Pereira (2008), Pandolfi (1999).

Para atingir tais objetivos, as forças políticas de sustentação do Estado Novo foram claras ao afirmar a necessidade do trabalho e do esforço conjunto e, o mesmo tempo, de atacar os “males” que infligiam a população em diversas frentes. Não ao acaso se percebe, no Brasil dos anos trinta, a proliferação de institutos e departamentos que detiveram, em sua funcionalidade, a missão de realizar estudos sobre questões de produção e de condições de vida dos trabalhadores. Como demonstra Fonseca (1989), ao denotar que em 1938 foi criado o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1940 a Comissão de Defesa da Economia Nacional. Em 1942 o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Em 1943 a Coordenação de Mobilização Econômica (CME) e o Serviço Social da Indústria (SESI) e em 1944 o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, entre outros.

Nas palavras de Fonseca (1989, p. 259), o “aparecimento destes diversos órgãos e comissões vem atestar a mudança qualitativa das relações entre Governo Federal e economia que teve lugar a partir do Estado Novo (...) em que o governo trouxe a si a responsabilidade de coordenar, disciplinar e fomentar as atividades produtivas”.

Foi neste contexto, de desenvolvimento do capitalismo brasileiro nas décadas de 1920 e 1930, que Decca (1987)⁷⁴ delimitou sua pesquisa. Nesta, demonstrou o modo como se desenvolveu na cidade de São Paulo, o maior centro industrial do país no período, uma sistemática de ações no sentido de mapear as condições de vida dos operários paulistas, com o intuito de subsidiar intervenções por parte do poder público.

Mesmo que Decca tenha voltado suas preocupações de pesquisa tendo como limite o ano de 1934, julgamos pertinente o seu auxílio por compreendermos que esta tendência de acompanhamento dos padrões da classe trabalhadora se manteve por todas as décadas de 1930 e 1940. Da mesma forma, mesmo que se constituindo enquanto um estudo de caso na cidade de São Paulo, se pode generalizar esta percepção para, ao menos, os grandes centros urbanos e industriais da época. Em 1940 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realiza um recenseamento geral do Brasil, que passa por um recenseamento demográfico e econômico e que abarca as questões demográficas, agrícolas, industrial, comercial, de transportes e comunicações, serviços e social. Interessante assinalar que no próprio documento se encontra a percepção das dificuldades em executar as pesquisas devido à falta de material, de profissionais e de recursos. Algumas questões não foram publicadas “em virtude dos

⁷⁴DECCA, Maria A. G. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo. 1920-1934.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História, v. 3).

instrumentos de coleta apresentarem deficiências de dados essenciais que tornaram a apuração impraticável”. (Censo demográfico, 1940, p. 16).

Deste modo, Decca (1987, p. 50) esclarece que, durante a década de 1930, “realizam-se estudos e inquéritos sobre as condições de vida da classe trabalhadora em São Paulo, cujo objetivo explícito é estabelecer padrões de vida da família operária para o estudo e possível solução “racional” de problemas relativos à produção e ao custo de viveres”.

Este objetivo, de estabelecer padrões e investigar as condições de vida da família operária, se coadunou com a percepção do próprio Getúlio Vargas e sua composição política para o contexto posterior, de 1937 em diante. Houve a percepção de que seria necessária a busca por soluções “racionais” para o problema da falta de condições do trabalhador brasileiro.

Esta foi uma questão ilustrativa de que não se pode desprender economia e política, pois ao se referir a esta busca por soluções racionais por parte do Estado, se faz necessária a compreensão de que este Estado representou interesses que se alinharam com determinada parcela do setor industrial brasileiro. Eli Diniz (1978, p. 163) nos auxilia na compreensão deste xadrez político ao salientar que:

A posição dos industriais com relação ao regime político mais adequado ao país variou, como vimos, ao longo do período 19390/1945. Na revolução de 30 e posteriormente na Revolução Constitucionalista de 32, a oposição dos industriais era clara. Durante a Constituinte de 1934 e ao longo do período de funcionamento do Congresso até 1937, a bandeira política da burguesia, principalmente paulista, seria a descentralização. Não obstante, de 1935 a 1937, a efervescência política com a radicalização dos movimentos de esquerda e de direita conduziria a uma progressiva adesão do setor industrial ao modelo autoritário centralizador.

Como entende Fonseca (1989), ao analisar o contexto dos anos trinta e também no aspecto teórico que Antonio Gramsci (1991, p. 33) delinea quando diz que “se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”.

Diante disso, uma destas soluções elaboradas foi a questão da alimentação popular, entendida como deficitária nas camadas com menor acesso à renda da população. Neste sentido, Marcondes Filho propagandeava as intenções do Estado Novo nesse quesito, ao profetizar que “em futuro que breve chegará, não mais veremos homens mal alimentados, mulheres enfraquecidas, crianças subnutridas, anêmicas e predispostas à tuberculose tudo

resultante de uma alimentação deficiente ou mal orientada”. (MARCONDES FILHO, 1943, p. 270)⁷⁵.

Esta preocupação, ressalte-se, se estabeleceu na forma de políticas públicas pelo antecessor de Marcondes Filho no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Waldemar Falcão que, em 1940, instituiu a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.). Este serviço visou, conforme definido em seu Artigo 1º, “assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões subordinados ao respectivo Ministério”.

Por mais que esta iniciativa tenha se restringido aos trabalhadores com maior organização, exibiu certa ramificação pelos Estados brasileiros. Ela veio no sentido de fornecer alimentação, que se adequasse aos trabalhadores, incluindo também a redução do preço de determinados gêneros alimentícios. Da mesma forma, estabeleceu-se a construção de refeitórios públicos e estipulou-se, para empresas que contassem com mais de 300 empregados, a obrigatoriedade da construção dos mesmos.

Do mesmo modo houve, a partir de 1944, a publicação dos Boletins Mensais do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Distribuídos de forma gratuita aos trabalhadores, foram compostos por artigos assinados por técnicos de alimentação do S.A.P.S., que discorriam sobre questões voltadas a alimentação e nutrição dos trabalhadores.

Incluído nos boletins havia as “Seções Permanentes”, que estiveram voltadas a propaganda de construção do Estado Novo, como se percebe nas seções “Para a mulher do lar”, que trazia “dicas” de como as mulheres deveriam comportar-se e organizar de modo racional a sua casa e a alimentação da família, e também a seção “História e nacionalidade”, com alto teor nacionalista e de instrução cultural.

Não obstante, Maria A. G. Decca foi perspicaz ao perceber, por outro ângulo, este interesse das composições políticas pelas condições da vida operária, ao dizer que:

A preocupação com o estabelecimento de uma fronteira mínima de subsistência está implícita nas tentativas difusas de estabelecimento de níveis salariais e condições de “reprodução da força de trabalho”. Embora nem sempre explicitada, há nesses inquéritos a defesa do estudo e pesquisa da vida operária para configuração de estratégias de controle e amenização das tensões sociais. (DECCA, 1987, P. 52)

⁷⁵Fonte: Discurso “O serviço de alimentação”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

Deste modo, se percebe que a “preocupação” dispendida neste período, e aqui a autora se referiu ao contexto específico da cidade de São Paulo, mas se pode atribuir o mesmo para um contexto mais amplo, deve ser compreendida como um instrumento utilizado justamente para arrefecer certo descontentamento e, acima tudo, como instrumento de determinada melhora nas condições dos sujeitos componentes da força de trabalho.

Estas ações, então, podem ser analisadas a partir de dois aspectos. Por um lado, há a intenção clara e objetiva da melhoria dos índices de produtividade do trabalhador brasileiro. Afinal, o Estado Novo caracterizou-se pela tentativa de estabelecer um novo padrão de desenvolvimento econômico nacional. Por outro, se percebe a busca por certo saneamento de modos e hábitos de parcela da população e também de seu controle.

Não ao acaso, o Recenseamento Geral de 1940, ao realizar questionamentos sobre os mais variados aspectos da população brasileira, incluindo desde questões sanitárias, passando por aspectos culturais e chegando a questões técnico-científicas, causou certa apreensão nos populares⁷⁶. Afinal, como destaca Konrad (2006, p. 73), estas se constituíram em um “grande número de informações que teriam que ser fornecidas por uma população que acabara de entrar numa Ditadura, aliada ao clima de animosidade existente contra os descendentes de alemães e italianos, principalmente”. Este clima de animosidade, deste modo, é característico da intromissão do Estado em questões particulares da população. O recenseamento geral de 1940 representou uma das diversas formas em que o Estado procurou mapear as condições da população brasileira.

Foi recorrente, nos discursos do Estado Novo, a noção de que parcelas da formação social exibiam certo deficit ou atraso civilizatório. Foi assim que Getúlio Vargas se expressou, afirmando a suposta falta de atenção por parte dos governos anteriores com a vida e o sustento dos trabalhadores:

Não posso deixar de pensar como os nossos governantes permaneceram, durante tanto tempo, indiferentes à cooperação construtiva das classes trabalhadoras. Relegados à existência vegetativa, privados de direitos e afastados dos benefícios da civilização, da cultura e do conforto, os trabalhadores brasileiros nunca obtiveram, sob os governos eleitorais, a menor proteção, o mais elementar amparo⁷⁷. (VARGAS, 1940, p. 394).

⁷⁶Konrad (2006, p. 73) ressalta que as reações foram incisivas ao ponto do governo outorgar o Decreto-Lei n.º. 969/38 que “regulamentou o recenseamento no país e estabeleceu as “severas sanções penais para punir as “falsas declarações”, ao mesmo tempo em que dizia garantir o sigilo das informações”.

⁷⁷Fonte: Discurso de 1 de Maio 1940. Rio de Janeiro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

Ao certo se necessita cautela ao avaliar os discursos proferidos por Getúlio, pois no intuito de realizar a contraposição entre os “antigos” ou “velhos” modos de governar da Primeira República e o seu “novo” Estado, por vezes, a propaganda poderia se sobrepor aos fatos. Todavia, o que se pode avaliar é que a ofensiva em questões que se referem ao modo de vida dos trabalhadores se realizou de forma intensa entre as décadas de 1930 e 1940, ao menos nos maiores centros econômicos.

O diagnóstico da necessidade de amparo aos trabalhadores e a propaganda do estabelecimento de ações concretas nesse sentido foi recorrente. Como prosseguiu Vargas, ao se referir que “a ação tutelar e previdente do Estado se patenteia, de modo constante, na solicitude com que cria os serviços de proteção ao lar operário, de assistência à infância, de alimentação saudável e barata, de postos de saúde, de creches e maternidades”. (VARGAS, 1940, p. 395)⁷⁸.

Neste sentido, se pôde entender a instituição do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Ele surgiu com um propósito que transcendeu a alimentação dos trabalhadores, pois conteve em si um teor eminentemente político de construção da nação. Como se percebeu em artigo na edição de estreia dos Boletins do S.A.P.S. em novembro de 1944, onde o autor (a) identificado como “J.B.” defendeu que:

Tem assistência social o fim de evitar o desajustamento das peças da engrenagem delicada, que é a sociedade, ou de reajustá-la quando determinadas contingências de condição, de espírito, de sentido, de saúde, de economia, de amparo, de conduta, impedem o seu funcionamento normal⁷⁹.

Ou seja, é possível perceber que o sentido de construção coletiva esteve impresso no tema da alimentação dos trabalhadores. De acordo com a compreensão demonstrada nos artigos dos boletins do S.A.P.S. a alimentação adequada estaria ligada a condição essencial de manutenção da coletividade. Bem alimentados, os trabalhadores estariam aptos a exercer seu papel como força de trabalho de modo propício, além de não estarem suscetíveis a endemias.

Da mesma forma, Vargas foi claro aos seus propósitos em defender que o “estabelecimento de um padrão mínimo de vida para a grande maioria da população, aumentando no decorrer do tempo, os índices de saúde e produtividade, auxiliará a solução de

⁷⁸Fonte: Discurso de 1 de Maio 1940. Rio de Janeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

⁷⁹Boletim mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Ano 1; nº 1; Novembro de 1944, p. 17.

importantes problemas que retardam a marcha do nosso progresso”. (VARGAS, 1940, p. 395)
80.

Com este entendimento, o pseudônimo “J.S.”, na edição de fevereiro de 1945, construiu seus argumentos em artigo no Boletim do S.A.P.S. ao dizer que:

A fim de que possam as células sociais reproduzir-se e funcionar harmonicamente necessário se torna fazê-las fortes, de espírito e de corpo. Nunca foi desmentido o aforismo “mens sana in corpore sano” e no grande programa de educação social do Governo figura em primeiro plano – o problema alimentar, pois só homens bem alimentados terão o corpo forte e o espírito esclarecido, para a cooperação e o desempenho das funções que lhe são atribuídas como membros de uma sociedade, cujo objetivo deve ser o progresso e o bem-estar social⁸¹.

Este excerto é representativo das ideias que foram postuladas nos Boletins mensais do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Em tom funcionalista⁸², os homens foram entendidos como “células sociais” de um suposto organismo maior – a coletividade da nação – cujo objetivo seria o progresso social. Ao mesmo tempo, esta percepção foi ao encontro dos postulados do Estado Novo, que compreendeu urgente a necessidade de se melhorar a alimentação, a saúde e a higiene da população, obtendo como resultado sua participação plena na reconstrução nacional e também a melhora nos índices de natalidade. Como se expressou Vargas ao afirmar que:

Quando o governo se erige em árbitro dos conflitos da vida social e harmoniza os direitos e obrigações do trabalho e do capital, quando vem em auxílio das forças econômicas e as impulsiona de forma adequada, está realizando, sem dúvida, as exigências do próprio organismo nacional, que precisa manter-se em equilíbrio, para progredir segura e rapidamente⁸³. (VARGAS, 1938, p. 260).

Seria interessante apurar que estes conflitos da vida social os quais Vargas se referiu estiveram além da luta de classes, em um sentido político restrito, mas também significaram questões cotidianas como a própria alimentação, as enfermidades, o saneamento básico, a insalubridade das habitações, entre outras questões. Foi justamente por isto que a intervenção da política estado-novista em âmbitos particulares se demonstrou efetiva. Sendo assim,

80Fonte: Discurso de 1 de Maio 1940. Rio de Janeiro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

81Boletim mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Ano 1; Nº 4; Fevereiro de 1945, p. 14.

82Funcionalismo trata-se de um conjunto de ideias trabalhadas pela Ciência Social e Antropologia. Émile Durkheim, entre outros, está dentre os quais se enquadram nesta perspectiva filosófica.

83Fonte: Discurso “Perante as cinzas dos inconfidentes”. 15 de jul. 1938. Ouro Preto. In: VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: O Estado Novo [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho 1938**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. 5.

entendemos que houve uma posição determinada por parte do Estado Novo no que se referiu ao controle da classe trabalhadora. A frequente retórica do amparo à família, por exemplo, se diluiu nas mais variadas formas e intensidades abordando a questão do trabalho e da produção de modo em que se associassem as intenções eminentemente econômicas e políticas a um genérico propósito de amparo particular ao trabalhador.

Dessa forma, o discurso de amparo à família foi percebido desde os recém-nascidos, passando pelos jovens, chegando às mães e aos “chefes de família”. Isto, pois o Estado Novo transcendeu a intervenção pontual na economia e na formação social atuando, por exemplo, na expansão imediata do mercado de trabalho e da produção. Além disso, atuou no sentido da formação de um novo “tipo ideal”, o “trabalhador brasileiro”, que estaria inserido dentro da lógica de supressão da luta de classes, em um ambiente de “harmonia” entre as classes (GOMES, 2005). Assim, se fez pertinente a elaboração de Decca quando nos disse que:

A “estratégia capitalista de dominação” do cotidiano operário fora das fábricas, dos locais de trabalho, foi extremamente complexa e pode ser vista sob inúmeros aspectos e múltiplos ângulos. Foram múltiplas, por exemplo, as estratégias de poder e controle sobre o operariado, sendo levadas a cabo por agentes históricos concretos nem sempre ligados ao capital, pertencentes a diferentes grupos sociais, localizados em instituições de natureza, âmbito e alcance diversos, em agências vinculadas ou não ao poder público, etc. Essas múltiplas estratégias de poder e controle emergiam pontual e “inconscientemente” no interior da sociedade capitalista visando conformar o operariado à ordem burguesa. (DECCA, 1987, p.49-50).

Inserimo-nos nesta compreensão que estabelece que as estratégias capitalistas de controle da classe trabalhadora devem ser analisadas sob “inúmeros aspectos e múltiplos ângulos”. Ao abordarmos a questão da família relacionada ao trabalho e, neste capítulo, ao autoritarismo, estamos buscando a compreensão do modo sob qual determinada parcela da formação social, no caso a família, foi apreendida pelo Estado.

Assim, pudemos evidenciar, por exemplo, que o discurso de “amparo à família” e toda a sistemática de ações de intervenção se traduziu objetivamente ao amparo à família advinda do seio da classe trabalhadora, aqueles que necessitariam do trabalho para trazer o sustento dos seus. Ao mesmo tempo foi à família da classe trabalhadora que se elaborou o discurso que determinava a necessidade de mudanças em certos padrões.

Foi justamente a esta família que Vargas se referiu quando afirmou que estavam “relegados à existência vegetativa, privados de direitos e afastados dos benefícios da

civilização, da cultura e do conforto”⁸⁴. Esta concepção esteve ligada a uma ideia de necessidade de conformação em relação aos novos pressupostos de desenvolvimento econômico, pois, nas palavras de Marcondes Filho, “para beneficiar o capital é necessário tornar eficiente o trabalho, e esta eficiência só se obtém melhorando todas as condições do trabalhador. Elevar o nível do empregado, portanto, é um pensamento pelo capital”. (MARCONDES FILHO, 1943, p. 9)⁸⁵.

Esta referida preocupação em “tornar eficiente o trabalho” se expressou em formas variadas, pois houve a concepção de que seria preciso a intervenção direta do Estado em parcelas da população. Esta intervenção foi apoiada por expressivos políticos e também intelectuais significativos que:

Numa perspectiva de conjunto (...) apontavam o Estado forte, o centralismo e o intervencionismo como o modelo adequado para o desenvolvimento e a modernização do Estado brasileiro, compreendendo que o papel primordial do Estado é “disciplinar e canalizar as ações individuais para a realização dos objetivos superiores da Nação”. (ALBERNAZ, 2014, p. 66).

Diante disso, ao longo desta elaboração que estamos construindo, demonstramos as diversas formas em que a família sofreu este intervencionismo por parte do Estado ou, ao menos, as diversas formas em que se pretendeu esta intervenção. Do mesmo modo, sustentamos a ideia de que esta intervenção na família, em específico, teve a classe trabalhadora como fim primordial.

Ressaltamos como a ideia generalizada de família foi utilizada em acepções diferentes, de acordo com as ocasiões em que esteve inserida. Da mesma forma em que indicamos certa diferença nos modos de expressão de Getúlio Vargas e de seu ministro do trabalho Marcondes Filho. Este se expressou de modo mais assertivo, contundente, voltado à propaganda doutrinária da Ditadura e das benesses supostamente distribuídas por Getúlio Vargas aos trabalhadores.

Por outro lado, Vargas reservou-se ao discurso político de teor mais genérico e solícito, porém não menos resolutivo. Ao se referir à família Getúlio reiterou a disposição do Estado na questão do “amparo à família”, expondo elementos e questões da esfera particular dos trabalhadores como alimentação, saúde, moradia, salários, etc. Com isso, queremos dizer que

⁸⁴Pensamos que há espaço para problematizar esta concepção que estabelecia que determinados setores da formação social estivessem em uma situação de “descompasso civilizatório” por estarem privados dos “benefícios” da civilização e da cultura. Parece-nos que esta concepção tende a desprezar a cultura brasileira da época, de origem mestiça e popular e em plena efervescência social e cultural.

⁸⁵Fonte: Discurso “Programa”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

foi sutil esta diferença qualitativa do discurso de Vargas e Marcondes Filho. Enquanto o ministro se referiu à relação família-trabalho-produção de modo mais objetivo, Vargas a expôs como se as ações empreendidas pelo Estado em relação à família vieram com o intuito de assegurar as condições de vida e subsistência da família propriamente e, com isso, os integrantes desta teriam condições de buscar/construir melhores condições de vida, por exemplo.

Abordamos esta questão, pois ambos, o presidente e o ministro, representaram um discurso uníssono, representante do discurso ideológico do projeto político do Estado Novo. Porém, se perceberam nuances no modo em que expressaram estas ideias. Ao voltar-se especificamente aos trabalhadores, o ministro do trabalho agiu de forma mais objetiva, incisiva, ligando sua retórica especificamente à questão do trabalho. Vargas, por outro lado, ao corresponder à sua posição política de mando, se expressou de modo abrangente, tratando a questão do trabalho de modo mais amplo, ligado sempre à questão da harmonia entre as classes e da nação. Porém houve uma linha que perpassou ambas as manifestações e que se referiu àquilo que Angela de Castro Gomes (2005) tratou enquanto a tríade “dar, receber e retribuir”. Esta é uma perspectiva interessante, pois envolve uma dimensão subjetiva da retórica estabelecida pela política estado-novista.

Neste sentido, Gomes analisou os discursos de Marcondes Filho bem como artigos da revista “Cultura Política”⁸⁶, demonstrando o modo como se construiu a ideia de que ao mesmo tempo em que os trabalhadores foram agraciados com inúmeras medidas, deveriam retribuir ao Estado estas ações de benesses. Assim estabeleceu que:

A outorga, quando pressupõe o dar e o receber, pressupõe também o termo que fecha e dá o real sentido ao círculo: retribuir. Quem dá cria sempre uma relação de ascendência sobre o beneficiário, não só porque dá. Mas principalmente porque esperta o retorno. Esta perspectiva não se esgota em uma possibilidade; ela é um sagrado dever. (GOMES, 2005, p. 228).

Ora, este “sagrado dever” se referiu precisamente à questão do trabalho em prol da coletividade e da obediência às leis. Marcondes Filho corroborou esta tese ao se referir a “consolidação” dos ideais do Estado Novo entre os trabalhadores, homenageando-os por terem tido “a capacidade construtiva, a força da obediência e o espírito de ordem com que o proletariado soubera entender o bem que lhe fora outorgado e cumprir os deveres que a lei lhe

⁸⁶“Cultura política” constitui-se em uma das principais revistas que discorriam sobre os propósitos do Estado Novo. Publicaram em suas páginas diversos intelectuais e políticos influentes no período como Gilberto Freyre, Azevedo Amaral, Francisco Campos, entre outros. Ligada ao Departamento de Imprensa e Propaganda esteve atuante entre os anos de 1941 e 1945. Disponível no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (site), item “Dossiês”.

impusera⁸⁷“. (MARCONDES FILHO, 1943, p. 255). Ou, da mesma forma, quando o próprio Getúlio, crente em suas transformações, realizou um balanço de seu governo ao perceber que “a autoridade baseada nas leis e a segurança no trabalho vêm acelerando o nosso crescimento econômico e fortalecendo os laços da comunidade” (VARGAS, 1942, p. 455)⁸⁸.

O Estado Novo exibiu um processo de continuidade em muitas questões que, se pode perceber, adveio desde inícios dos anos trinta. A urgência de uma nova “reestruturação” nacional que teve o Estado como arquiteto burocrático principal, e que abarcou a economia até a cultura, foi uma delas⁸⁹.

Para este intento, seria necessária a cooperação de todos os brasileiros, em especial aqueles que estariam inseridos no mundo da produção. Não se fez à toa a elaboração em relação às leis trabalhistas que vemos no período. Ao mesmo tempo, a ideia de que o trabalho útil seria em prol da coletividade da nação, foi do mesmo modo enfática.

Conjuntamente à questão política, o tema do desenvolvimento econômico nacional foi algo imperativo. Seria a conjunção de uma nova atitude da população brasileira em relação aos seus hábitos, aliada a capacidade produtiva de “todas as classes”, que seria a responsável por elevar o país aos patamares das nações “civilizadas”.

Pedro Cezar Dutra Fonseca, ao abordar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, durante os seus primeiros cinquenta anos, exibiu um entendimento a esse respeito ao referir que:

Vargas difundia o ingresso do Brasil em nova etapa histórica, de construção, a qual exigia novo homem, nova mentalidade e novas leis; não obstante, todo compromisso do presente com o futuro não dispensava, antes se alicerçava, nas lições do passado. Assim propunha resgatar os valores morais e cívicos na nacionalidade, cultivar os heróis da história e redescobrir o sentimento de brasilidade. (FONSECA, 1989, p. 252).

Esta proclamada “nova etapa histórica”, de acordo com a categoria política e intelectual, exigiu uma nova formatação do Estado em sua organização burocrática, e também uma nova atitude da população. Do modo que Angela de Castro Gomes (2005, p. 209) se referiu ao dizer que “o povo do Estado Novo era um corpo político hierarquizado pelo trabalho. Assim se constituía um novo ator social, definido como o cidadão de um novo tipo

87Fonte: Discurso “A consolidação”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

88Fonte: Discurso de 10 nov. 1942. Rio de Janeiro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

89As primeiras décadas do século XX, no Brasil, exibiram diversos movimentos, à esquerda e à direita do espectro político, que visaram intervenções sociais radicais. Guardando suas peculiaridades como, por exemplo, o papel do Estado nesta intervenção ou até mesmo sua extinção, estes movimentos representaram o signo de instabilidade social, econômica e política do país neste período.

de democracia. O trabalhador brasileiro era o cidadão da democracia social e o homem da nova comunidade nacional”⁹⁰.

A família esteve inserida neste processo no sentido de representar determinada “unidade simbólica”. Ora, o trabalho pela “família brasileira” serviu como notável retórica de união nacional. Ao se referirem a uma ideia genérica de família, as forças políticas do Estado Novo elaboraram, na verdade, um processo de dissolução das diferenças e dos conflitos.

Como observamos nesta manifestação de Getúlio Vargas aos trabalhadores, em solenidade de inauguração do edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no ano de 1938, quando disse que “foi sempre elevado o meu juízo sobre vossas reservas de energia patriótica, inteireza moral e devotamento ao bem público, dentro da ordem, para maior bem da família brasileira e tranquilidade do trabalho, criador de fartura e propulsor de aperfeiçoamento cultural”⁹¹ (VARGAS, 1938, p.387). Ao final disso cabe o questionamento: quem trabalharia em detrimento dos seus?⁹²

Desta forma, os registros apontaram para dois momentos básicos, nos quais o elemento “família” foi invocado como um fator de unidade. Em primeiro lugar, e este demonstramos no capítulo anterior, foi no combate ao comunismo. As falas no sentido de se manter a “guarda contra o perigo bolchevista” foram constantes durante o golpe de 1937 e também posteriormente. Os comunistas viriam com o intuito de desagregar a tradicional tríade “deus, pátria e família”. Esta seria uma forma de acepção com ênfase no campo do político, propriamente.

Por outro lado, houve um processo de construção de um novo patamar de desenvolvimento no país. Deste modo, trabalhar em função da nação, da “família brasileira”, ou também para a sua própria família, foi um dos principais argumentos, mesmo tempo em que houve certa comunhão entre a família brasileira, de modo geral, e a família, de modo íntimo.

Pode-se ter um exemplo desta junção no momento em que Getúlio Vargas se expressou em relação às atitudes tomadas pelo seu governo em favor da família. Percebe-se

90Complementando, Gomes (2005, p. 229) define que “ser cidadão – integrar o mundo definido como da política – era pertencer a uma totalidade econômica (trabalhar = produzir riquezas); jurídica (possuir carteira de trabalho) e moral (compreender o trabalho como um dever/direito)”.

91Fonte: Discurso de 10 de nov. 1934, Rio de Janeiro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

92Para se compreender esta concepção de “família brasileira” é necessário ampliar o seu escopo de entendimento. Isso, porque termos ou temáticas como moradia, habitação, filhos, crianças, esposas e até mesmo futuro podem trabalhar analogamente ao termo específico “família” por serem noções que estão interligadas nas relações sociais. Ao mesmo tempo, se percebe na análise dos discursos, que são estes os temas que aparecem correlatos sempre que se aborda o tema da família.

que houve uma unidade que ligou o bem da família do trabalhador, de modo específico, e o bem do próprio desenvolvimento do país, afinal se os trabalhadores não exibissem precariedades econômicas e de saúde, poderiam voltar-se ao trabalho com todas suas forças e atenções:

A ação tutelar e previdente do Estado patenteia-se, de modo constante, na solicitude com que cria os serviços de proteção ao lar operário, de assistência à infância, de alimentação saudável e barata, de postos de saúde, de creches e maternidades, instituindo o ensino profissional junto as fábricas e, ultimamente, voltando suas vistas para a construção de vilas operárias e casas populares (...). Procuramos, por este meio, assegurar ao trabalhador remuneração equitativa, capaz de proporcionar-lhe o indispensável para o sustento próprio e da família (...). A elevação do nível de vida eleva, igualmente, a capacidade aquisitiva das populações e incrementa, por conseguinte, as indústrias, a agricultura, o comércio, que verão crescer o consumo geral e o volume da produção⁹³. (VARGAS, 1940, p. 395).

De certo modo isto vai ao encontro do raciocínio estabelecido por Angela de Castro Gomes (2005) quando se referiu à tríade “dar, receber e retribuir”. Entendemos que esta “imbricação” entre o particular e o geral pode ter criado uma ideia da necessidade de retribuição ao Estado⁹⁴. Afinal, este esteve atuando de forma incisiva, segundo suas palavras, para auxiliar a família do trabalhador. Ao certo, neste trabalho, não dispomos de condições para dimensionar a abrangência de um discurso como este, mas cremos ser plausível sua interrogação.

Prosseguindo neste entendimento, se faz interessante ressaltar que existiu uma “junção” entre a particularidade e a generalidade, ou seja, entre uma ideia particular de família e uma geral, como também certa dissolução das intenções puramente econômicas. Com isto, queremos dizer que a ideologia do Estado Novo soube, de certo modo, realizar a dissolução de seus propósitos econômicos, ou ideológicos, em um sentido de comunidade.

A família funcionou, neste sentido, como um “instrumento” que tornou isto possível. Como demonstramos com os excertos das manifestações de Vargas, foi recorrente o apelo ao “amparo à família” e estas manifestações, ao tempo em que trataram de intenções abertamente econômicas, foram tratadas como questões sociais. Neste aspecto é importante destacar o raciocínio estabelecido por Marcondes Filho ao tratar deste assunto:

93Fonte: Discurso de 1 de maio 1940. Rio de Janeiro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

94Mesmo que julgemos pertinente a elaboração teórica de Angela de Castro Gomes ao estabelecer a tríade “dar, receber e retribuir”, achamos necessário matizar a questão de que esta retribuição exibia certo teor “apaixonado”, que talvez fugisse de certa racionalidade.

O direito social objetiva amparar a segurança, o conforto, a saúde, a educação, a previdência do trabalhador. Sendo, porém, esse amparo, caracteristicamente econômico, o direito social, no fundo, é uma lei de meios. E como o progresso industrial significa aumento de riqueza, é claro que haverá mais Direito Social lá onde houver mais Indústria e Comércio⁹⁵. (MARCONDES FILHO, 1943, p. 11).

Diante disso, buscamos a compreensão de como se construiu um discurso político de apoio a Ditadura e ao mesmo tempo às transformações econômicas – que exibiram reflexos nas relações sociais sem dúvida – tendo como ênfase uma suposta preocupação por parte do Estado que seria eminentemente social e antes de tudo, nacional. Neste sentido, se fez útil a acepção de Fonseca ao dizer que:

Enquanto ao nível de discurso fala-se em nome do conjunto da nação e afirmam-se os benefícios futuros de todas as classes (...) nota-se que a proposta imediata, objeto em si da ação governamental, deveria ser o desenvolvimento industrial, do qual o desenvolvimento econômico e social decorreriam. (FONSECA, 1989, p. 276).

Este sentido de universalização de questões particulares de classe, ou de uma fração desta, foi abordado por Antonio Gramsci, ao se referir a constituição dos Estados Modernos. Gramsci foi perspicaz ao desnudar o íntimo das engrenagens da dominação social por um determinado grupo, naquilo que se referiu como construção de hegemonia. Neste sentido, compreendeu que:

O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo. Mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”. (GRAMSCI, 1991, p. 50).

Este foi um importante recurso utilizado pela composição política do Estado Novo. A ênfase no trabalho em prol da coletividade em detrimento de particularismos se construiu fazendo parte de uma sistemática que encobriu proposições políticas e econômicas, como se estas fossem desígnios de uma abstração chamada “nação”. É desta forma que o ministro do trabalho se expressou, quando alertou os trabalhadores de que “quaisquer que sejam os nossos serviços, as nossas funções, os nossos objetivos, o pensamento pela Nação deve estar presente em nosso dia, como se fora um instinto, como se fora um sexto sentido”. (MARCONDES FILHO, 1943, p. 28)⁹⁶.

⁹⁵Fonte: Discurso “Programa”. In: FILHO, Alexandre Marcondes. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

⁹⁶Fonte: Discurso “O pensamento dos interesses da Nação”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

Sendo assim, procuramos demonstrar através da manifestação dos representantes políticos da Ditadura do Estado Novo, no Brasil, o modo articulado em que se construiu um ambiente propício para o desenvolvimento de uma ideologia autoritária.

O fortalecimento de determinado ambiente onde o coletivo existiu em detrimento do individual, fez com que possíveis objeções e discrepâncias – e neste ponto atentamos que estas poderiam ser tanto de ordem política, quanto de teor comportamental – fossem combatidas com afinco, afinal concorreriam para o atraso do desenvolvimento pretendido. Para, além disso, incorreriam em um próprio crime contra a “nação”. Assim, Getúlio Vargas, expôs seu pensamento ao denotar que seria preciso que:

O proletário participe de todas as atividades públicas, como elemento indispensável de colaboração social. A ordem criada pelas circunstâncias novas que dirigem as nações é incompatível com o individualismo, pelo menos quando este colida com o interesse coletivo. Ela não admite direitos que se sobreponham aos deveres para com a pátria⁹⁷. (VARGAS, 1940, p. 399).

Sendo assim, no próximo capítulo trabalharemos uma questão que tornou possível, em grande medida, a aplicação destas diversas transformações. O discurso de trabalho em prol da construção da nação, a sobreposição da coletividade no lugar do individualismo, assim como o expurgo de todo e qualquer movimento que trabalhasse em desfavor da Ditadura Vargasista, encontraram no autoritarismo um pano de fundo propício para seu desenvolvimento.

3 “CONTINUEMOS A TRABALHAR CONFIANTES NO FUTURO”: FAMÍLIA, POLÍTICA E TRABALHO

O propósito deste capítulo se apresenta no sentido de trabalhar histórica e especificamente a partir de enunciados políticos. Ao nos referirmos a isso, estamos denotando um movimento de exposição, podemos dizer, de determinado governo. No caso em específico, nos referimos à ditadura do Estado Novo, no Brasil, que se estendeu entre 1937 e 1945.

Exposição, pois ao enunciar suas proposições um governo se expõe, de certa forma, àqueles para os quais deseja se comunicar. Obviamente que este movimento de exposição apresenta determinados limites, e obedece a imposições mais gerais de ordem política que o

⁹⁷Fonte: Discurso de 11 julho de 1940, Rio de Janeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

próprio governo, em um contexto mais amplo de relação com a formação social, estabelece. Não nos referimos, por conseguinte, a abertura política de qualquer gênero.

Estas imposições estão ligadas ao modo como se configura a estruturação política, e aqui podemos pensar desde a arquitetura política de mando, passando pela organização repressiva do Estado, e também ao conteúdo ideológico que o discurso contém.

Em nosso caso, por tratarmos de um período de fechamento político onde as manifestações eram rigidamente controladas, tanto a exposição quanto as possíveis reações a isto, obedeceram a uma delimitação restrita. Concomitantemente, este é um momento onde o governo busca estabelecer um movimento de convencimento. Ou seja, tanto os discursos do chefe político maior, no caso Getúlio Vargas, ou mesmo de seus subordinados como os ministros representam, de certa forma, um apelo ao convencimento. Deste modo, se faz necessária a construção de determinados argumentos que dialoguem com elementos percebidos e ou vivenciados pela população ou, ao menos, por considerável parte dela.

Construímos este raciocínio em concordância com Pedro Cezar Dutra Fonseca⁹⁸, que em seu trabalho denominado “Vargas: o capitalismo em construção: 1906 – 1954” defende a pertinência da apreensão dos discursos como fontes de pesquisa válidas para a Economia e para a História ao considerar que:

A validade do estudo do discurso passa, necessariamente, pela afirmação da ideologia e dos fatos políticos. Pressupõe que em cada momento histórico específico os homens, diferenciados por interesses concretos, têm diferentes interpretações e propostas para conservar ou alterar a realidade. Defrontam-se, pois, com vários possíveis futuros. Suas ações e percepções são, conseqüentemente, fundamentais para compreender o processo histórico e os resultados. (FONSECA, 1989, P. 21).

Neste sentido, as fontes abordadas nos indicaram que a composição política do Estado Novo utilizou-se de sistemático apelo à retórica de propaganda de seu governo, através de discursos de Getúlio Vargas e também, a partir de 1938, do programa de rádio “A hora do Brasil⁹⁹”, entre outros meios. Estes discursos transmitiram não somente um futuro que seria

⁹⁸É válida a discussão que o autor estabelece, neste sentido, ao referir-se sobre os discursos políticos. Ao defender sua validade como instrumento de apreensão do passado, mesmo que para um estudo de economia, o autor demonstra que o discurso não se apresenta como mera ideologia distorcida ou reflexo simples de uma superestrutura. Por outro lado, afirma que o discurso precisa ser pensado como partícipe dialético da realidade social, pois é justamente um produto das relações sociais estabelecidas. Pertinente discussão acerca das significâncias do conceito de ideologia se pode encontrar em John B. Thompson no livro “Ideología e y cultura moderna – Teoría crítica social em la era de lacomunicación de masas” (2002).

⁹⁹Ligado ao Departamento de Imprensa e Propaganda o programa radiofônico “A hora do Brasil” teve sua estreia no ano de 1938. A partir de 1942 recebeu palestras semanais do Ministro do Trabalho Marcondes Filho, onde este dissertava sobre as ações do Estado Novo, principalmente referidas a Legislação Trabalhista.

possível, o do “novo Brasil”, mas também um presente que necessitaria ser modificado através de um ideal de trabalho.

Obviamente que a retórica política de propaganda é utilizada como instrumento usual de qualquer governo que se pretende estabelecer, o que nos leva ao cuidado de não interpretá-la apenas como espelho da realidade. Por outro lado, o que nos importou como movimento qualitativo de apreensão, foram as características que estes discursos apresentaram, condizentes que foram da própria historicidade do Estado Novo. Neste sentido, podemos trazer a discussão teórico-metodológica que Edgar De Decca construiu ao analisar a “Revolução de 1930”¹⁰⁰. Nesta construção estabelece que:

Como discurso do exercício de poder, revolução de trinta oculta o percurso das classes sociais em conflito não apenas anulando a existência de determinados agentes, mas, principalmente, definindo enfaticamente o lugar da história para todos os agentes sociais. (DE DECCA, 1986, p. 75).

Ou seja, a apreensão dos discursos deve exibir a capacidade de percebê-los em consonância com a própria estruturação maior da formação social e seu processo de desenvolvimento¹⁰¹. No sentido abordado por Fonseca (1989), representativo da composição hegemônica que conquistou o Estado. Ao mesmo tempo os discursos são, segundo De Decca (1986), representações de um próprio signo de instabilidade, pois afinal representam proposições que partem de um ideal de futuro a ser concretizado, de um passado homogeneizado, mas também de visões deliberadamente construídas acerca do desenvolvimento presente dos acontecimentos.

Da mesma forma, seguindo a compreensão de De Decca (1986), julgamos que os discursos refletem as pretensões e as avaliações acerca da realidade de determinada composição política. A partir disso, suas proposições fazem parte de um constructo amplo que reflete suas concepções gerais. Neste sentido é que entra a perspectiva do historiador, pois cabe a ele o esforço em evidenciar elementos que podem passar despercebidos pelo conjunto das proposições, ao momento em que o discurso funciona, de certo modo, como elemento de ocultamento de determinadas questões, em favor de certa homogeneidade.

3.1 A FAMÍLIA NOS DISCURSOS

100DE DECCA, Edgar. 1930. O Silêncio dos Vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1986.

101Ou seja, buscar interpretar os discursos através da compreensão de que estão inseridos em uma dinâmica maior onde a economia, a cultura, o desenvolvimento social e os planos políticos estão circunscritos.

A pesquisa documental traduzida nos discursos mencionados nos permitiu organizá-los a partir de certa sistemática de termos ou assuntos. A sua apreensão conjunta possibilitou compreender de que modo a família, objeto que aqui nos interessa, esteve presente nas proposições políticas do governo de Getúlio Vargas. Na verdade, para além de termos ou assuntos, se possibilitou a percepção de ideias acerca da família inseridas dentro de um pressuposto de reconstrução nacional através do trabalho.

Por meio dos discursos¹⁰² proferidos por Getúlio Vargas, e também por seu Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Machado Filho¹⁰³, se pôde estabelecer uma noção ampla e sistemática sobre o modo como a família foi abordada pelo Estado durante o Estado Novo.

Através da conjunção de questões referidas ao trabalho e ao autoritarismo, que se manifestaram em formas variadas, demonstramos o modo como a família foi apreendida durante o período, ou seja, a concepção político-social sob a qual foi abordada. Esta elaboração foi construída com o intuito de ressaltar certo sentido para a família, a partir do Estado. Desse modo, as considerações em relação à família que se seguem estão ligadas a um aprofundamento no que diz respeito particularmente aos discursos políticos.

Dessa forma, desenvolveremos algumas questões que se fizeram presentes ao trabalharmos em conjunto com as fontes e a historiografia. Isto, porque o trabalho específico com as fontes nos permitiu construir argumentos limitados por sua própria constituição. Ou seja, não supusemos que o trabalho com as fontes específicas nos traria a completude de compreensão em relação à família. Dessa forma, o auxílio à historiografia do período foi importante como recurso que possibilitou uma construção um tanto quanto mais aproximada de um panorama plausível.

Não cremos demasiado ressaltar que o estudo da relação histórica entre o Estado Novo e a família carece de abordagens mais recorrentes em nossa área de pesquisa. De acordo com isso, o esforço se mostrou no sentido de lançar luz sobre aspectos que anteriormente não foram objeto de atenção necessária. Dessa forma, ao construir este trabalho, caminhamos ao mesmo tempo em que abrimos a estrada. Algo que nos apreende, mas, ao mesmo tempo, estimula.

102Os discursos específicos de Getúlio Vargas que foram abordados estão dispersos por todo o período de vigência do Estado Novo (1937-1945). Já os discursos do ministro do Trabalho Marcondes Filho, concentram-se a partir do ano de 1942 até o ano de 1945.

103Assumiu o cargo em janeiro de 1942 e figurou no posto até o fim do Estado Novo, em 1945. “Durante praticamente todo o seu período ministerial – de janeiro de 1942 a julho de 1945 – Marcondes Filho falou semanalmente pelo rádio, realizando mais de duzentas palestras. No dia seguinte ao seu pronunciamento, portanto todas as sextas-feiras, o jornal oficial do Estado Novo – A manhã-publicava o texto, que assim poderia ser mais bem fixado pelo público”. (GOMES, 2005, p. 211).

Ao que se refere a aspectos metodológicos, se faz significativo ressaltar que em nenhum momento buscamos uma abordagem quantitativa. A família, por obviedade, não se constituiu em um elemento preponderante nos enunciados políticos, aparecendo aquém em relação à questão do trabalho. Orbitou, todavia, conjuntamente a esta.

Diante disso, o tema “família” apareceu de dois modos. Por um lado, a temática da família surgiu quando esteve se referindo de modo direto, específico, materializado no sentido de agrupamento de pessoas que viviam sob um mesmo teto, ou ao menos sob a influência de um “chefe de família”- termo recorrente utilizado tanto por Getúlio Vargas quanto por Marcondes Filho¹⁰⁴. Neste sentido, questões como alimentação, saúde, higiene, infância, maternidade, moradia, apareceram em um escopo de sentido, podemos dizer. Do mesmo modo, foram neste sentido que estiveram dispostas as políticas públicas em relação à família, através dos Decretos-Lei e da própria Constituição outorgada.

Por outro lado, a temática da família surgiu em momentos de invocação política. Ou seja, em momentos em que não se esteve tratando da família materialmente, como por exemplo, das crianças e das mulheres, do desenvolvimento e situação objetiva de suas vidas, de sua condição de saúde, alimentação e higiene, etc.

Estes foram momentos, percebemos, onde houve certa generalização, certa ampliação do sentido restrito de família. Foi justamente nestes momentos em que apareceram temas como “família brasileira”, “família nacional”, “uma só família” ou também “família cristã”.

Consideramos pertinente somar à nossa elaboração a compreensão que o historiador francês Raoul Girardet desenvolveu em sua obra “Mitos e Mitologias Políticas”¹⁰⁵ ao tentar compreender como se desenvolvem os mitos ou as mitologias políticas e como isso se operou no imaginário popular. De modo geral, Girardet buscou entender de que forma a combinação entre elementos da realidade e da construção simbólica, propriamente, se perfizeram em determinados contextos históricos em momentos de certa instabilidade social e política. Para, além disso, como momentos de crise institucional se demonstraram terrenos férteis para o aparecimento do mito político.

Nesta perspectiva, e elaborando um paralelo com a questão da família, percebemos que há razoabilidade em supor essa dualidade de significados. Um material, ligado ao cotidiano relacionado a um grupo de pessoas que vivem sob uma mesma influência ou moradia. E outro abstrato, genérico, ligado a tentativa de unificação social através de um ideal

104De modo geral é este o sentido empregado ao termo família no Censo Demográfico de 1940. Ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Recenseamento Geral do Brasil**. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. P. 29.

105GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

homogeneizador e, sobretudo, ideológico de família, buscando abordar de forma homogênea um contingente heterogêneo, através da “família brasileira”. Não entraremos, neste momento, na questão da tentativa de conciliação de classes. Todavia, esta construção está circunscrita na mesma lógica.

O que se pode incorporar da elaboração teórica de Raoul Girardet, em relação à construção do mito político, é justamente sua capacidade de explicar como determinada construção política pode se valer da múltipla significação de elementos dispostos em determinado contexto. No caso do Brasil, a família deteve importância social no período, principalmente através da ideologia católica que possuiu influência considerável. Em outras palavras, a instituição família esteve circunscrita no âmbito geral de entendimento da cultura brasileira. Agora, se através de um teor conservador ou não, não nos interessa avaliar no momento.

O que nos interessa ressaltar é que de fato a família foi absorvida pelo discurso estadonovista como algo que pôde colaborar na construção e manutenção da ditadura através da tentativa de absorção de contingente considerável da população. Neste sentido, o recurso às palavras de Girardet pode nos auxiliar:

O mito político aparece assim, do ponto de vista da observação sociológica, como tão determinante quanto determinado: saído da realidade social, é igualmente criador da realidade social. Surgido ali onde a trama do tecido social se rompe ou se desfaz, ele pode ser considerado como um dos elementos mais eficazes de sua reconstituição. Testemunho de uma crise que afeta o grupo inteiro ao mesmo tempo que cada um dos indivíduos que o compõem, é nos dois planos, o da reinserção social do indivíduo “atomizado” e o da reestruturação do grupo, que ele tende a trazer-lhe um certo tipo de resposta. (GIRARDET, 1987, p. 184).

Pode-se perceber, e é neste ponto que pensamos a família inserida na perspectiva teórica de Raoul Girardet, que a mitologia política busca se estabelecer através da comunhão de elementos inteligíveis no contexto de determinada organização social¹⁰⁶. Ou seja, o Estado Novo buscou a construção de uma narrativa que conteve elementos familiares a esta organização social, e que ao mesmo tempo teve a força de causar certa reestruturação do grupo, nas palavras do autor francês. No contexto que trabalhamos a pretensa reestruturação nacional, ou a construção do “novo”.

A família, consideramos, pode ser avaliada neste sentido. Os discursos nos evidenciaram que ela foi utilizada justamente com este propósito de união, de reorganização

¹⁰⁶Entendemos que o conceito de “mito”, contido em Girardet permite que este seja compreendido do mesmo modo, sem perda de significado, que narrativa, crença, metáfora ou utopia. Estas são acepções as quais nos utilizamos neste estudo.

da base social, sempre aliada à questão mais ampla de reconstrução nacional através do trabalho.

Este sentido de reconstrução, elaborado por Girardet, se demonstrou, para o contexto do Estado Novo, numa acepção de construção, ou coesão. Afinal, inúmeras foram as medidas através das quais a família sofreu intervenções que visaram seu fortalecimento e sua conformação. Entendemos que a família representou no âmbito particular o conjunto dos trabalhadores, dos jovens e das mulheres. Afinal, ao fortalecer e vigiar a família, a política estado-novista atingiu, na verdade, um amplo contingente social, e foi neste sentido que o Estado Novo preocupou-se realmente.

Da mesma forma, inserida nesta lógica que nossa argumentação buscou entender como a propaganda do Estado Novo se utilizou da família para construir a necessidade de combate ao comunismo perante a população em geral e, principalmente, entre os trabalhadores.

Ao mesmo tempo, apreender a relação entre a igreja católica e o Estado se faz pertinente, pois pode tornar inteligível uma relação importante na construção de argumentos em relação ao combate ao comunismo, visto que a igreja católica possuiu incursão social considerável neste contexto. Ou seja, buscando o que Girardet (1987, p. 184) denominou de “reinscrição social do indivíduo atomizado” o Estado Novo procurou enquadrar contingentes da população. Por um lado perseguindo aqueles que poderiam se demonstrar contrários à sua política e, por outro, unindo pelo temor através de intensa propaganda, aqueles que poderiam se demonstrar contrários aos ideais comunistas, elegidos um dos maiores inimigos do Estado.

3.2 COMUNISTAS: “OS INIMIGOS DA PÁTRIA, DA FAMÍLIA DE DA RELIGIÃO”

O estabelecimento dos comunistas como uma força política a ser combatida é um componente que não se pode omitir ao se tratar do contexto do Estado Novo, no Brasil. Nas palavras de Pandolfi (1999, p. 10) “Vargas cercou-se de poderes excepcionais. As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos. O comunismo transformou-se no inimigo público número um do regime, e a repressão policial instalou-se por toda parte”.

Todavia, o combate a “ameaça comunista” não se constituiu como expressão específica do governo implantado em 1937, mas esteve presente antes e persistiu posteriormente ao Estado Novo. Pesquisador do assunto, Rodrigo Patto Sá Motta (2000, p. 121), se debruçou em sua tese de doutorado sobre as organizações anticomunistas no Brasil e

identifica os períodos de 1935 a 1937 bem como 1961 a 1964, enquanto “marcos das duas grandes ondas anticomunistas ocorridas no Brasil”.

De acordo como seu trabalho, se percebe que nestes períodos houve ações específicas de combate e utilização política do “perigo vermelho” pelo aparato repressivo e propagandista do Estado, mas também a constituição de grupos exclusivamente anticomunistas advindos da sociedade civil¹⁰⁷.

A família, circunscrita neste contexto, apareceu como um dos componentes “tradicionais” que poderiam estar ameaçados pela eventual tomada de poder pelos comunistas. Não nos esqueçamos de que os acontecimentos relativos aos Levantes de 1935¹⁰⁸ foram instrumentalizados a exaustão pelo governo estado-novista, criando justificativa para repressão aos trabalhadores, prisões, censuras, e também a própria instituição do Estado Novo enquanto governo político. Neste sentido, Marly Vianna esclarece que:

Os comunistas foram responsabilizados ainda pela implantação do Estado Novo. Responsabilidade póstuma, pois em 1937 o Partido Comunista do Brasil (PCB) estava esfacelado (...). O PCB não podia ameaçar a “segurança nacional” e o governo sabia disso melhor do que ninguém; e sabia também que podia usar outra vez o anticomunismo para evitar as eleições marcadas para o início de 1938. (VIANNA, 2001, p. 3)

Tratada pela retórica política como um dos pilares da nação, formando a tríade “deus, pátria e família”,¹⁰⁹ a família esteve presente em inúmeras manifestações que se propuseram impor um sentimento de vigília, de mobilização, enfim, de alerta contra possíveis infiltrações dos comunistas, aqueles que levariam à desintegração dos valores tradicionais justamente de deus, da pátria e da família¹¹⁰. Isto se mostrou anterior à implementação do Estado Novo, como defende Vianna, ao nos apresentar o contexto dos Levantes de 1935:

¹⁰⁷Em seu trabalho Rodrigo Patto Sá Motta denota que a igreja católica e também da Ação Integralista Brasileira (AIB) continham entre suas ações o combate à ideologia comunista, mas nunca exerceram o combate ao comunismo como atividade exclusiva e essencial. Ao mesmo tempo atenta para o fato de que se se podem destacar os períodos 1935/37 e 1961/64 como “ondas anticomunistas” o segundo período é o que apresenta, de fato, maior expressão ao que se refere a organizações exclusivamente anticomunistas.

¹⁰⁸Não é consenso entre a historiografia alguma terminologia para se referir aos acontecimentos que levaram os comunistas realizar ações armadas por todo o país em 1935. Por exemplo, CARVALHO (1999) utiliza o conceito de “revolta comunista”. Já CARONE (1991) lança mão do conceito de “insurreição de 1935”, SODRÉ (1986) “intentona”. Por fim PRESTES (2005) se utiliza do termo “levantes de 1935”, termo o qual utilizaremos aqui neste trabalho.

¹⁰⁹É possível perceber que esta “tríade” foi habilmente utilizada pela composição política do Estado Novo ao absorver o ponto de vista da igreja católica em momentos de busca de mobilização e talvez relativizá-lo em momentos em que a questão do trabalho, de modo geral, se impunha em detrimento de questões da doutrina católica.

¹¹⁰Konrad (2006, p. 70) ressalta que “mesmo que o alvo do controle e da repressão, no discurso oficial, estivesse concentrado principalmente, nos subversivos comunistas, a sociedade como um todo passou a ser vigiada. Em 1940, há a criação no Rio Grande do Sul, do Correio Ambulante, com a função de “separar a

Desde o início as rebeliões foram depreciativamente chamadas de “intentona” e, além de “intentona”, “intentona comunista”. O “comunista”, para dar aos levantes todas as terríveis conotações que se atribuíam ao comunismo: ser contra Deus, contra a pátria e contra a família, querendo instalar o inferno soviético no Brasil¹¹¹. (VIANNA, 2001, p. 4).

Como se percebe nesta manifestação na qual Getúlio Vargas propagou a necessidade de que houvesse um esforço nacional para o combate ao comunismo no Brasil:

Mas, se aos comunistas mobilizados além fronteiras para demolir-nos por todos os meios e modos só podemos opor o protesto dos nossos sentimentos de altivez e de patriótica repulsa ,aos que nos afrontam e atacam dentro da nossa própria casa devemos dispensar tratamento bem diverso. Contra os inimigos de portas adentro, beneficiados, às vezes, pelo regime que procuram solapar ,a luta precisa ser dura, decidida e constante. Para combatê-los, é indispensável a união dos brasileiros de todas as camadas sociais e de todos os matizes políticos, antepondo uma muralha intransponível lá onda dissolvente que pretende destruir os nossos lares e aniquilar, como patrimônio material e espiritual dos nossos maiores, o próprio futuro dos nossos filhos¹¹². (VARGAS, 1936, p. 68).

Percebe-se que Getúlio invocou analogias que lembravam a casa, o lar, enfim, o íntimo e conhecido da população. Nesse sentido, apelou para que se combatessem os comunistas de modo duro, decidido e constante, deixando claro que, como não se poderiam combater aqueles que estavam no exterior, as energias deveriam estar voltadas para os que estivessem no Brasil ou perto, que poderiam até mesmo agir “dentro de nossa própria casa” colocando em perigo o “próprio futuro dos nossos filhos”.

Ou seja, em nosso trabalho para além de entender o termo família, especificamente, se fez necessário ampliar o escopo de sentido e perceber sentidos que orbitaram analogamente à concepção de família. Situações e sentimentos que estiveram presentes na apreensão cotidiana das pessoas e que puderam resultar em mobilização política.

Por outro lado, o medo do perigo comunista foi utilizado como fator de justificativa para a repressão a todo e qualquer opositor político, em grande medida da classe trabalhadora. Foi neste sentido que Elizabeth Cancelli (1991, p. 165) abordou em sua tese aquilo que

correspondência ainda nos carros da estrada de ferro” para que chegando ao seu destino, já estivesse “completamente manipulada””.

111Fonte: VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição**. Rio de Janeiro: Ed. Terra de Sol, 1927.

112Fonte: Discurso “Necessidade e dever de repressão ao comunismo, resposta à manifestação popular recebida no Rio de Janeiro”, de 10 de Maio de 1936. Rio de Janeiro. In VARGAS, Getúlio. **O Pensamento Político de Getúlio Vargas**. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre/RS, 2004.

denominou de violência do Estado Policial¹¹³ durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

Todavia, aqui não nos interessa sua caracterização do Estado enquanto um “Estado Policial”, mas sim sua consideração sobre a generalização do comunismo para o conjunto da classe trabalhadora construída, no período, pelas forças repressivas e que foi responsável pela criação de um clima ampliado de suspeição.

Em suas palavras disse que “dentre todos os inimigos construídos pelo Estado, os comunistas foram os que mais impulsionaram a ação da polícia”. E seguiu ao dizer que “serão os comunistas o alvo mais constante, embora não o único, da investida policial ao tratar do combate ideológico e social. Seus militantes e simpatizantes serão igualmente priorizados como inimigo em potencial”¹¹⁴.

Elizabeth Canceli inseriu-se na mesma linha que Gláucia Vieira Ramos Konrad (2006) ao sublinhar que o governo estado-novista estabeleceu o comunismo como o “fantasma” a ser combatido (nas palavras da autora).

Porém Konrad trabalhou com o estabelecimento do Estado Novo no Rio Grande do Sul, especificamente. Sendo assim, ao tratar sobre a questão dos trabalhadores, Konrad demonstrou o modo como a propaganda estado-novista elegeu o “fantasma” a ser temido e, acima de tudo, mantido presente como forma de mobilização e busca por apoio político (KONRAD, 2006, p. 46). Por conseguinte, entendemos que este “fantasma” construído pela propaganda política foi, ao seu modo, útil aos propósitos da repressão, no sentido em que viabilizou certa justificativa aos atos arbitrários e repressivos ao mesmo tempo em que possibilitou determinada mobilização. Nas palavras de Vargas, o combate ao comunismo deveria transformar-se em uma “corrente poderosa de opinião nacional”, capaz de:

Recompor e estruturar solidamente os princípios básicos da nacionalidade. E isto só será possível mediante uma articulação completa e estreita de esforços, solidarizando vontades e consciências, reforçando os vínculos da família, da religião e do Estado, empenhando todos os nossos valores morais num movimento profundo e convergente de disciplina e educação, capaz de sobrepor-se aos particularismos e dissensões estéreis e de transformar-se numa corrente poderosa de opinião nacional¹¹⁵. (VARGAS, 1936, p. 69).

113CANCELI, Elizabeth. **O mundo da violência: Repressão e Estado Policial na Era Vargas (1930-1945)**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 1991.

114Canceli esclarece que “não se deve deixar de observar que o Estado pós-30 fez questão de cunhar todas as formas de resistência operária como sendo obra dos comunistas e de sua ideologia exótica”.

115Fonte: Discurso “Necessidade e dever de repressão ao comunismo, resposta à manifestação popular recebida no Rio de Janeiro”, de 10 de Maio de 1936. Rio de Janeiro. In VARGAS, Getúlio. **O Pensamento Político de Getúlio Vargas**. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre/RS, 2004.

Mesmo que tenha se empenhado em diversas frentes para a repressão aos comunistas, em particular, e aos trabalhadores que contestavam suas arbitrariedades, em geral, o Estado Novo jamais logrou êxito na total submissão dos trabalhadores aos seus intentos, como esclarece Konrad (2006). Todavia, o aparato propagandístico utilizado para o combate ao “perigo vermelho” demonstrou-se intenso, sendo centralizado pelos Departamentos de Propaganda¹¹⁶ e posto em prática pelos aparatos policiais do Estado.

Somado a isso, os discursos de Getúlio Vargas apresentaram feições alarmistas e graves, buscando construir certo clima de eminência sempre que se referiram ao comunismo. O alvo, de acordo com as proposições estado-novistas, seria sempre a nação, os valores morais, as tradições. Foi recorrente a utilização de termos análogos a destruição, dissolução, desintegração. A construção foi no sentido de consolidar a imagem dos comunistas como aqueles que agiriam para a dissolução do estado das coisas, como se pôde perceber nesta manifestação realizada em novembro de 1936, justamente no dia da pátria. Aqui, Getúlio realizou um verdadeiro “apelo ao patriotismo dos brasileiros” convocando os trabalhadores para a luta contra o comunismo:

É da tática comunista a dissimulação e o embuste. Precisamos, portanto, estar em guarda contra a investida bolchevista, anarquizadora e maléfica e alertar aqueles a quem se dirige, com insistência, a propaganda sinuosa e tôrva. O trabalhador desprevenido, votado aos problemas do seu ofício, e a mocidade, aberta a todos os entusiasmos nobres, são alvos preferidos dessa ofensiva dos inimigos da Pátria, da família e da religião¹¹⁷. (VARGAS, 1936, p. 187/188).

Algo a ressaltar foi a significativa recorrência da junção entre família e religião, notadamente a religião católica. Instituição com considerável difusão doutrinária no Brasil nas décadas de 1930 e 1940, a Igreja Católica dispôs, além do mais, de influência considerável a partir de determinados intelectuais e também de políticos com trânsito pelo governo Vargas.

116O primeiro governo Vargas contou a reestruturação contínua de seus departamentos de propaganda. Em 1931 é criado o Departamento Oficial de Publicidade, sucedido em 1934 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Em 1938, em inícios do Estado Novo, é criado o Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Por fim, em 1939, é criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) tendo durado até o fim do Estado Novo.

Ver: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/EducacaoCulturaPropaganda/DIP> >. Acesso em: 13 de fev. 2017.

117Fonte: Discurso “Apêlo ai patriotismo dos brasileiros no Dia da Pátria” de 7 de set. 1936. Esplanada do Castelo. In: VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: Retorno à terra natal: Confraternização sul-americana: A Revolução Comunista: Novembro de 1934 a Julho de 1937**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. 4.

Nesta perspectiva Sérgio Miceli (1979, p. 51) trata sobre a questão dos intelectuais e a classe dirigente no Brasil, entre 1920 e 1945, e refere-se à expansão da igreja católica no Brasil enquanto um “rearmamento institucional”. Prossegue ao dizer que “desde o início dos anos 20, a Igreja Católica aferra-se ao projeto de ampliar suas esferas de influência política através da criação de uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica e geridas por intelectuais leigos”. Ao mesmo tempo, é possível perceber a aproximação do Estado em relação à própria Igreja Católica. Ou seja, se estabeleceu certo caminho recíproco nesta relação. Recorrendo mais uma vez às considerações de Miceli (1979, p. 51) percebemos, de um modo um pouco mais claro, esta relação quando explicita que:

Ao mesmo tempo em que procuravam reformar as obras tradicionais de caridade, as associações leigas, as ligas destinadas ao culto e à oração, os círculos e congregações votados ao recrutamento de “vocações”, os altos dignitários do clero se empenharam em preservar e expandir a presença da Igreja em áreas estratégicas como o sistema de ensino, a produção cultural, o enquadramento institucional dos intelectuais, etc. Em troca da manutenção de seus interesses em setores onde a intervenção do Estado se fazia sentir de modo crescente (o sistema educacional, o controle dos sindicatos, etc.), a Igreja assumiu o trabalho de encenar grandes cerimônias religiosas das quais os dirigentes políticos podiam extrair amplos dividendos em termos de popularidade.

Quando nos referimos a um caminho recíproco, entendemos que o Estado soube usufruir desta aproximação com a igreja católica. Ao mesmo tempo, é preciso que se balize aquilo que Sérgio Miceli qualifica de “rearmamento institucional”. Demonstramos, através da discussão do projeto de lei do Estatuto da Família, que o Estado Novo permitiu a intervenção das considerações católicas até o limite onde os seus pressupostos centrais não fossem afetados.

Tomando como exemplo a regulamentação do trabalho feminino se percebe, da mesma forma, a queda de braço entre a doutrina católica e seus pressupostos morais e a ideologia desenvolvimentista do Estado Novo. No limite que Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa (2000, p. 131) delinearam, ao demonstrarem que o “governo Vargas preferia sempre a legislação pragmática e casuística à legislação doutrinária e ideológica”, referindo-se, justamente, ao debate aberto pela tentativa de aprovação do “Estatuto da Família” por parte do Ministro Gustavo Capanema.

Prosseguindo, Rodrigo Patto Sá Motta (2000, p. 37) elegeu três elementos os quais considera como as “matrizes do anticomunismo” no Brasil. Eles são o liberalismo, o nacionalismo e, por fim, o catolicismo. Em relação a este último, Sá Motta delineou um retrospecto histórico da posição da Igreja Católica em relação ao comunismo.

Neste sentido, destacou três documentos publicados pelo Vaticano, responsáveis, na visão do autor, por congregarem os católicos em torno do combate ao comunismo, que são as Encíclicas “Quod Apostolici Muneris”, redigida por Leão XIII em 1878, “Rerum Novarum”, escrita pelo Papa Leão XIII em 1891 e “Divinis Redemptoris”, construída pelo Papa Pio XI em 1937. Do mesmo modo, sublinhou a década de 1930 como o “ápice do anticomunismo católico”, tanto na Europa quanto no Brasil, muito em parte pelo contexto da Guerra Civil Espanhola de 1935 e pela ascensão progressiva da União Soviética em nível internacional. Ao se referir ao contexto brasileiro, Sá Motta (2000, p. 45) observa que:

O compromisso dos religiosos para com o anticomunismo não se restringiu ao espaço interno da igreja, ou seja, às possibilidades de doutrinação oferecidas pelas missas. Nos momentos críticos os líderes religiosos usaram seu prestígio e força política para atingir a população através de outros meios, ocupando espaços sociais externos à igreja. Nos anos 30, a campanha anticomunista se inseriu numa estratégia perdida com a implantação da República. O clero católico brasileiro, sob a liderança do Cardeal Dom Sebastião Leme, empenhou-se num esforço de “recristianizar” a população do país, que no seu entender estaria se afastando cada vez mais do caminho traçado pela religião.

Entendimento que vai ao encontro do considerado por Sérgio Miceli (1979), ao demonstrar um esforço de expansão da Igreja para além de seus domínios institucionais. Se para a Igreja foi necessário a “recristianização” da população do país e isto viria, muito em parte, com o afastamento de doutrinas concorrentes como o liberalismo e o comunismo, o discurso do Estado viria em conjunto ao potencializar a necessidade de combate ao comunismo, se utilizando justamente de aspectos das considerações católicas em relação ao comunismo.

Neste sentido, Getúlio deixou claro que a proteção da Nação através do combate ao comunismo estaria acima até mesmo de “amizades” e “afeto pessoal”:

Tenho deveres a cumprir — deveres amargos ou gratos, que desempenharei com alegria ou doloroso pesar, mas imprescritíveis perante a Nação. Não os sacrificarei jamais aos imperativos da amizade ou do afeto pessoal, porque amigos serão todos os que me seguirem na defesa do Brasil e parentes todos os que pertencem à grande família cristã que o comunismo pretende destruir.¹¹⁸ (VARGAS, 1936, p. 67).

118Fonte: Discurso “Necessidade e dever de repressão ao comunismo, resposta à manifestação popular recebida no Rio de Janeiro”, de 10 de Maio de 1936. Rio de Janeiro. In VARGAS, Getúlio. **O Pensamento Político de Getúlio Vargas**. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre/RS, 2004.

Diante das considerações apresentadas, pressupomos ser plausível estabelecer a família como um dos elementos que foram utilizados para combater o comunismo no Brasil. Se não se constituiu no principal argumento, ao menos colaborou em conjunto para a tentativa de estabelecimento de um clima de tensão e ameaça a determinados valores tradicionais. Ao mesmo tempo, é nesse sentido que pensamos o escopo de significação que pode ser apreendido em relação à família. Ou seja, formas como determinado governo se utilizou de ideias ou percepções que estiveram assentadas em determinada realidade enquanto um recurso da retórica política.

Por fim, recorreremos novamente à construção teórica de Raoul Girardet, em relação ao mito político quando afirma que este é:

(...) fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e acontecimentos. É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização (...). (GIRARDET, 1987, p. 13).

Entendemos que o combate ao comunismo exigiu uma “ordenação do caos” por parte do Estado Novo. Ou seja, deliberadamente se buscou construir um clima de conspiração e perigo eminente com o intuito de justificar determinadas intervenções por parte do aparelho repressivo de Estado, como o propósito primordial de defesa da nação. Para isso, foi necessária a elaboração do “perigo comunista” ou do “fantasma do comunismo”, nas palavras da historiadora Glaucia Konrad.

O suposto eminente perigo de destruição da tríade “deus, pátria e família” foi utilizado como um dos fortes argumentos do Estado Novo. Coube-nos aqui, mesmo que não esgotando o assunto, demonstrar de que modo a família, especificamente, esteve inserida nesta construção ideológica do combate ao comunismo no Brasil.

3.3 “MULHER OPERÁRIA, DEVOTADA COMPANHEIRA DO TRABALHADOR E SENHORA DO LAR PROLETÁRIO”

Prosseguindo em nossa elaboração sobre a concepção político-social sob a qual a família foi abordada durante o Estado Novo, entramos em uma questão que não poderia ser perdida de vista: a questão das mulheres.

Entender o modo como a família foi tratada neste período, exigiu um esforço no sentido de reunir elementos variados, mas não desconexos, que estiveram circunscritos nas

relações sociais vigentes e que puderam demonstrar a concepção político-social de família para o Estado Novo. Neste sentido, pensar a família significa, entre outras coisas, apreender o modo como a política estado-novista abordou as mulheres.

Deste modo, partir da compreensão da situação das mulheres para a compreensão da família exigiu que realizássemos a conexão, do mesmo modo que nos itens anteriores, com a questão abrangente do trabalho. Ele foi o fio condutor que interligou os argumentos de nossa pesquisa e, da mesma forma, pressuposto central do discurso do Estado Novo.

Ao mesmo tempo, abordar as mulheres durante o Estado Novo requereu que refletíssemos sobre a questão da divisão sexual do trabalho no transcorrer dos anos de 1930 no Brasil. O projeto varguista de desenvolvimento demonstrou, desde o início, que contaria com o apoio de todos os brasileiros dispostos ao trabalho. Seus discursos foram trabalhados neste sentido. Todavia, se fez necessário compreender os modos com que os brasileiros, dependendo de sexo e idade, estiveram inseridos nesta pretensa reconstrução nacional.

Apreender a questão do trabalho durante os anos trinta requereu o entendimento de que a divisão sexual do trabalho se fez essencial para o entendimento da dinâmica proposta pelo Estado. Às mulheres foi pretendido um tipo específico de colaboração no processo de reconstrução nacional, descrito a partir das manifestações tanto de Getúlio Vargas quanto de seu ministro do trabalho, Marcondes Filho.

Neste sentido, obras que podemos considerar como significativas contribuições historiográficas para o período, como “Estado Novo: ideologia e poder” (1982) e “Repensando o Estado Novo” (1999), passaram ao largo da inserção das mulheres no mundo do trabalho durante o Estado Novo, por mais que abordem a temática do trabalho de modo amplo.

Existem, inegavelmente, trabalhos que abordaram a relação mulheres e trabalho, todavia escassos são os trabalhos históricos que estabeleceram uma relação entre a inserção das mulheres no mercado de trabalho e as consequências disto para própria questão da organização do trabalho no período.

Voltemos, entretanto, a questão do modo como a retórica política do Estado Novo enquadrou as mulheres. Este, em geral, encarou a mulher como aquela responsável por manter o equilíbrio “da casa”. Ou seja, desempenhar uma função que se restringiria às funções domésticas, à criação dos filhos, à manutenção do “lar” e, principalmente, à sustentação do elemento principal da casa, o “chefe” da família.

Ao certo esta não foi a única ênfase, porém se pode considerar como a tônica principal do discurso do Estado Novo. O homem, desta forma, foi o elemento pensado para

desempenhar o papel central no processo de reconstrução nacional. Ao pai ou ao chefe de família caberia desenvolver sua vida através do trabalho que engrandeceria a si (material e moralmente) e também a nação, e à mulher caberia o papel de sustentação da família.

Em palestras transmitidas pelo programa de rádio “A hora do Brasil”, entre 1942 e 1945, o ministro do trabalho Marcondes Filho expôs as principais diretrizes do Ministério que estava sob seu comando. Em inserções semanais dissertou sobre questões ligadas ao trabalho, aos trabalhadores e trabalhadoras, ao mesmo tempo em que impôs orientações aos trabalhadores e suas famílias em relação às leis trabalhistas. Nas palavras de Getúlio Vargas o ministro realizou uma verdadeira “interpretação das leis trabalhistas” ao explaná-las à população.

As mulheres não passaram ao largo das considerações do ministro em relação ao trabalho. Em uma de suas intervenções semanais, Marcondes Filho iniciou sua palestra alertando que, desta vez, não se dirigiria aos homens, mas sim a “mulher operária, à devotada companheira do trabalhador, à senhora do lar proletário”. (MARCONDES FILHO, 1943, p.56)¹¹⁹. Na palestra, promoveu a legislação trabalhista como uma doação de Getúlio Vargas, e destacou sua capacidade de “antever” as necessidades dos trabalhadores, realizando uma retrospectiva das condições a que estavam submetidas às mulheres operárias.

Em tom emotivo, apresentou um panorama das difíceis condições a que as mulheres estariam submetidas antes da promulgação da legislação trabalhista. Para isto, citou um “quadro emocionante”, que seria representativo da condição da mulher operária antes do advento das leis trabalhistas onde “não raro à porta da fábrica, uma ambulância estacionava. Vinha retirar do meio dos teares, em pleno trabalho, a mulher que ia ser mãe e que não pudera preparar-se no remanso do lar para o ponto sublime.” (MARCONDES FILHO, 1943, p. 58).

120

Faz-se interessante sublinhar o modo como o ministro do trabalho realizou, conjuntamente, a propaganda das supostas benfeitorias de Getúlio Vargas e alertou para a necessidade das mulheres, as “mães operárias” e “senhoras do lar operário” reconhecerem isto, pois:

Cabe às mães, que foram operárias antes e depois, e cuja memória se alimenta de antigas dores inesquecíveis, assinalar aos filhos e aos maridos o bem que hoje possuímos, e que somente a união espiritual, o labor ininterrupto, a obediência à lei, o respeito à autoridade, a dedicação ao grande benfeitor dos lares operários e o amor

119Fonte: Discurso “A senhora do lar proletário”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

120Fonte: Discurso “A senhora do lar proletário”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

ao Brasil sobre todas as coisas, poderão assegurar em tempos tão maus a continuidade do bem que hoje possuímos. (MARCONDES FILHO, 1943, p.56)¹²¹

Diante disso, se faz pertinente perceber certo padrão na retórica política que perpassou os discursos de Marcondes Filho e de Getúlio Vargas. Ao abordarmos especificamente as manifestações do Ministro do Trabalho, através da “Hora do Brasil”, percebemos a evidente supremacia da questão do trabalho como temática. Já os discursos de Getúlio, e neste ponto se faz evidente devido a sua posição na composição política, apresentaram uma ampla variedade de temáticas sempre, porém, tendo as ideias gerais de trabalho enquanto norteadoras dos enunciados.

Porém, algo que une ambos é a finalidade a que se submetem os discursos. Se nos ativermos especificamente ao ponto das mulheres, percebemos que à mulher é definido um papel específico creditado ao modo como deveria estar inserida na formação social. Ou seja, igualmente ao homem, o Estado Novo definiu à mulher um papel de cumpridora das leis, de respeito às autoridades, de disciplina no trabalho, etc. Não passemos ao largo do fato de que os discursos são construídos tendo em vista justamente a sua exposição pública. Diferentemente de outros mecanismos da política de governo, os discursos servem tanto como instrumentos de propaganda como para a busca de apoio político.

Porém, de acordo com o Estado novo, a mulher deteria um papel de difusora dos pressupostos estado-novistas no interior da família. Afinal, se ao homem seria reservado o posto de “chefe da família”, à mulher seria reservado o posto de “senhora do lar proletário”. A ela caberia a missão de reforçar os pressupostos estado-novistas aos maridos e, também, apresentar estes aos futuros trabalhadores, os filhos. Pressupostos que iriam além da ideologia política restrita, alcançando normas e modos de atuar no cotidiano familiar. Como afirmou Marcondes Filho, ao se referir sobre o significado do termo proletariado em discurso voltado às “mulheres operárias”:

Começo lembrando que o termo “proletariado” – cuja etimologia vem de prole e significa “classe que tem muitos filhos” – o termo proletariado constitui uma consagração à esposa, assinala a glória da maternidade, evoca a música dos berços; e, povoando de imagens de crianças o nosso pensamento, logo o remete às gerações porvindouras, aos problemas do futuro, à continuidade da vida nacional¹²². (MARCONDES FILHO, 1943, p.56).

121Fonte: Discurso “A senhora do lar proletário”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

122Fonte: Discurso “A senhora do lar proletário”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

De certo modo, as mulheres foram consideradas como um “elo” entre o presente e o futuro, pois seriam as responsáveis pelo surgimento dos novos trabalhadores, os responsáveis pela “continuidade da vida nacional” e pela “glória da maternidade”. Neste sentido, vemos como a política estado-novista dispendeu atenção a questões como maternidade, alimentação das crianças, etc.

Todavia, se percebe que na maioria das manifestações em relação às mulheres foi sobre e para as mulheres da classe trabalhadora que as diretrizes estiveram voltadas. Afinal, ao mesmo tempo em que estariam inseridas no mundo do trabalho, poderiam assumir um papel dentro da “família operária”.

Enfim, um dos aspectos sob os quais o Estado Novo buscou delimitar as mulheres foi o de representante dos seus ideais dentro do lar operário, da família. Foi neste sentido que o ministro do trabalho se referiu às mulheres, àquelas responsáveis pelo equilíbrio do lar, pela manutenção dos pressupostos do Estado Novo. As mulheres, desta forma, saberiam como guiar a família, pois “para saber a verdade, para perceber onde fica o interesse da família, as mulheres têm uma força de inteligência que os homens não possuem. Uma força que não precisa de escola, não precisa de livros, nem de artigos de jornal: é a força poderosa da intuição”. (MARCONDES FILHO, 1943, p.61)¹²³.

Não concluiríamos, entretanto, que as mulheres cumpriram este papel a que lhes foi pensado pela ideologia estado-novista. A autonomia das mulheres se demonstrou, historicamente, de formas variadas. Delimitamos nossa argumentação em relação às intenções políticas do governo Vargas nunca, contudo, buscamos estabelecer como resultado o acato das mulheres em relação a estas proposições, o que fugiria às nossas possibilidades de pesquisa. Adiante, demonstraremos através da historiografia, os modos diversos sob os quais as mulheres se contrapuseram a estas determinações construindo, sempre que possível, sua autonomia.

Não obstante, continuamos nossa argumentação em relação ao modo como as mulheres, de modo específico, e a família, de modo geral, foram abordadas naquilo que definimos como concepção político-social do Estado Novo em relação à família. Para isso, recorreremos à compreensão que os pesquisadores Simon Schwartzman, Helena Maria

¹²³Fonte: Discurso “A senhora do lar proletário”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa elaboraram a partir da obra “Tempos de Capanema”¹²⁴, onde apresentaram uma perspectiva em relação à educação no Brasil.

Notoriamente a educação serviu, durante o Estado Novo, como instrumento ou aparelho ideológico de Estado¹²⁵ através do sistema escolar. Sem reservar receios à propaganda educacional patentemente ideológica, o grupo que ascendeu ao poder com o golpe de 1937 idealizou uma educação nacionalista, moralmente conservadora e disciplinadora, acima de tudo.

Na acepção de Angela de Castro Gomes (1982) “a intervenção do Estado Novo, fixando os postulados pedagógicos fundamentais à educação dos brasileiros, tinha em vista uma série de valores dentre os quais o culto à nacionalidade, à disciplina, à moral e também ao trabalho”. A família veio neste conjunto de valores estabelecidos, como uma das instituições que deveriam representar e reproduzir estes valores. Da mesma forma, as mulheres deveriam ser as responsáveis pela consolidação destes pressupostos no ambiente familiar.

Neste sentido e retomando a discussão que Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) estabeleceram a partir da educação no período, se pode realizar um paralelo entre a educação, as mulheres e a família. Os autores são objetivos em determinar uma das atribuições da educação durante o Estado Novo: conter as mulheres e mobilizar os jovens. Como se pode perceber em um extrato que os autores trazem a partir de um discurso de Gustavo Capanema, em uma Conferência no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em dezembro de 1937:

Os poderes públicos devem ter em mira que a educação, tendo por finalidade preparar o indivíduo para a vida moral, política e econômica da nação, precisa considerar diversamente o homem e a mulher. Cumpre reconhecer que no mundo moderno um e outro são chamados à mesma quantidade de esforço pela obra comum, pois a mulher mostrou-se capaz de tarefas as mais difíceis e penosas, outrora retiradas de sua participação. A educação a ser dada aos dois há, porém, de diferir na medida em que diferem os destinos que a Providência lhes deu. Assim, se o homem deve ser preparado com têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade que é o preparo para a vida do lar. A família constituída pelo casamento indissolúvel é a base de nossa organização social e por isto colocada sob proteção especial do Estado. Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói. Ao Estado, pois, compete, na educação que lhe ministra prepará-la conscientemente para esta grave missão. (SCHWARTZMAN, BOMENY E COSTA, 2000, p. 123).

124SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Maria Helena Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

125 Em linhas gerais no sentido que estabelece Louis Althusser no livro: ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado** – Notas para uma investigação. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1970.

Percebe-se que Capanema, em pleno exercício de sua função de Ministro da Educação e Saúde, não hesitou em expressar a necessidade de diferenciação entre a educação voltada aos homens e as mulheres. Se por um lado expressou o valor do trabalho feminino, reconhecendo que as exigências do “mundo moderno” fizeram com que homens e mulheres desempenhassem a “mesma quantidade de esforço” evidenciou que este trabalho seria desenvolvido de um modo diverso qualitativamente.

Afinal, mesmo que homens e mulheres desempenhassem seus papéis no “esforço pela obra comum” seria à mulher reservado o espaço do lar, da família, dos afazeres domésticos. Além disso, ao mesmo tempo em que o discurso oficial do ministro da educação reduziu a mulher ao trabalho doméstico, implicou uma severa apreciação moral, ao importar o fato de que seria através das mulheres que a família poderia ser destruída.

Ao mesmo tempo, a hipótese de que a política do Estado Novo pensou a educação com um viés ideologicamente comprometido e, da mesma forma, a família como um meio importante de consolidação disto, pôde ser verificada. Às mulheres, por conseguinte, seria necessária uma educação que lhes imporia a missão de manter a conservação não somente da família, mas, acima de tudo, dos valores conservadores apregoados.

Como já mencionamos, torna-se imprescindível conjugar esta questão a partir da divisão sexual do trabalho. A “questão do trabalho”, neste sentido, se demonstrou diversa para os homens e para as mulheres, mesmo que desde a Constituição de 1934 se perceba a legislação em relação ao trabalho feminino.

Deste modo, se por um lado foi factível a questão da normatização do trabalho feminino durante a vigência do Estado Novo, por outro também é plausível observar o reduzido estímulo ao trabalho feminino por parte das políticas públicas que regulamentaram o trabalho, de modo geral. Da forma em que Gláucia Konrad, recorrendo à compreensão de Maria Valério Junho Pena, expõe que:

(...) no momento do Estado Novo o Brasil vivia o período em que estava se consubstanciando a sua incorporação maciça no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que em “resposta a pressões da classe trabalhadora”, foi produzida uma extensa legislação trabalhista que “procurou não somente disciplinar as relações capital/trabalho”, mas também, “através de medidas que se diziam protetoras ao trabalho feminino, defender o espaço masculino na produção e garantir a mulher como trabalhadora reserva. (KONRAD, 2006, p. 127).

Ou seja, mesmo que presentes nas legislações relativas ao trabalho, inseridas efetivamente no mercado de trabalho, buscando o que lhes era de direito dentro da esfera das leis trabalhistas, as mulheres ocuparam um lugar “auxiliar” em relação ao trabalhador

masculino na preocupação oficial de Estado. Isto, muito em parte devido a uma ideologia conservadora em relação ao gênero e também influenciada pela doutrina católica, presente em políticos importantes como Gustavo Capanema, que estimulou a mulher aos afazeres e ao cuidado do lar e da família, como percebemos em seu discurso citado anteriormente¹²⁶.

O censo de 1940, por exemplo, apesar das deficiências estatísticas, apresenta o Brasil com uma população composta de 50,01% de homens e 49,9% de mulheres (p.1). Ao mesmo tempo no item “atividade principal” se observa a presença das mulheres em todos os ramos. Denota-se que no item “atividades domésticas, escolares” há a proporção de 2.918.337 milhões de mulheres para 64.444 mil de homens compondo-se na maior diferença quantitativa, ao passo que no item “Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada” há a proporção de 22.141 mil de homens e 14.595 mil de mulheres, o que demonstra a forte presença destas neste ramo de iniciativa, (p.6).

Coincidindo com estas ideias que levantamos, Joel Wolfe¹²⁷ realizou uma reflexão sobre a questão dos industriários e as construções de classe e sexo durante os anos de 1930 e 1954, na cidade de São Paulo, maior centro industrial do país até então. Ao abordar o período do Estado Novo trouxe pertinente consideração em relação ao modo como as mulheres foram abordadas em relação à questão do trabalho e a família ao dizer que:

Embora o Estado Novo encorajasse mudanças no sistema de relações industriais, ele buscava reforçar os “tradicionalis” papéis para homens e mulheres neste período de grande ansiedade sobre a participação de ambos os sexos no mercado de trabalho. Neste caso, quando se fala em tradicionais, está-se referindo a um ponto de vista nostálgico sobre a família burguesa, no qual o papel das mulheres era servir como mães ou manufatureiras domésticas, fora do sistema assalariado. Dentro da camada trabalhadora do Brasil, poucos haviam experimentado tal divisão do trabalho, mas essa realidade não impediu que o pensamento oficial continuasse insistindo na volta de um passado idealizado, em que os homens recebessem salários e as mulheres cuidassem de seus lares e crianças. (WOLFE, 1994, P. 35).

Wolfe realizou uma ponderação importante ao destacar que esta tentativa de reforçar supostos papéis “tradicionalis” para homens e mulheres no mercado de trabalho não condiria inteiramente com a realidade apresentada. Confluem, neste sentido, trabalhos de pesquisa que reafirmaram a inserção efetiva das mulheres no mercado de trabalho, mesmo que alheias às condições de salário, de trabalho e, também, de certa pressão exercida por setores, que se

¹²⁶Caminha neste sentido a interpretação de Ana Maria Medeiros da Fonseca (1992, pp. 304-308) ao demonstrar que mesmo internamente no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio não se construiu um consenso sobre o trabalho feminino, através de análise dos Boletins do Ministério. Disponível em FONSECA, Ana M.M. **Das Raças à família**: um debate sobre a construção da nação. Dissertação de mestrado. Campinas/Unicamp, 1992.

¹²⁷WOLFE, Joel. “Pai dos pobres” ou “mãe dos ricos”? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In: Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH: Marco Zero, vol. 14, n.º. 17, 1994, p.36.

utilizaram de uma concepção conservadora e moralista de família burguesa, nos utilizando da expressão de Joel Wolfe.

Neste sentido, trabalhos como o de Gláucia Konrad (2006, p. 123-127) foram eficientes em demonstrar formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho, bem como a sua autonomia ao buscarem e defenderem seus interesses. Partindo de reivindicações por direitos, em categorias profissionais variadas como, por exemplo, a “Associação Feminina dos Comerciários” Konrad (2006, p. 125-128) conseguiu estabelecer uma reflexão ampla sobre a relação entre as mulheres e o trabalho durante a Ditadura do Estado Novo, no Rio Grande do Sul¹²⁸.

Ao mesmo tempo, o trabalho de Cecília M. B. Sardenberg (1998)¹²⁹ demonstrou a partir da realidade do estado da Bahia, como se desenvolveram as questões do operariado feminino baiano, envolvendo temas como maternidade, família e a dificuldade que tais questões operaram nas mulheres a partir de um estudo de caso envolvendo a indústria têxtil São Braz.

Da mesma forma, Margareth Rago (1985, p. 62)¹³⁰ realizou instigantes e pertinentes questionamentos sobre modelo de feminilidade imposto para as mulheres, as exigências morais específicas, e a construção de uma “exigência burguesa de que a mulher operária correspondesse ao novo ideal feminino da mãe, “vigilante do lar””.

Ao lado disso, construções teóricas como as de Helena Hirata e Daniele Kergoat (1994),¹³¹ afirmaram que “a classe operária tem dois sexos” ao tecerem críticas incisivas aos estudos que relacionaram gênero, trabalho e classe social, e operaram no sentido de homogeneizarem a experiência de classe a partir de um viés puramente classista. Esta dinâmica, de acordo com as pesquisadoras, foi responsável pelo apagamento da questão de gênero no âmbito das relações sociais. Da mesma forma, questionaram parcelas do próprio operariado que, ao passo que se apresentaram como lutadores pelas melhorias nas condições de trabalho, exibiram posturas que desqualificaram o “ser mulher” dentro das relações sociais e de trabalho.

128WOLFE, Joel. “**Pai dos pobres**” ou “**Mãe dos ricos**”? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In: Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH: Marco Zero, vol. 14, n.º. 17, 1994, p. 36.

129SARDENBERG, Cecília M. B. Mães e filhas: etapas do ciclo de vida, trabalho e família entre o antigo operariado baiano. In: **CADERNO CRH**, Salvador, n. 29, p. 21-47, jul. /dez. 1998.

130RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890 – 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

131HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **A classe operária tem dois sexos**. In. Revista Estudos Feministas; Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. Disponível em: <<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16291/14832>>>. Acesso em: 13 de nov. 2016.

Ao realizarmos esta concisa investigação, tivemos a intenção de corroborar a hipótese de que as mulheres estiveram atuantes no período, por mais que os discursos oficiais do Estado, através de alguns ministros, tencionaram ao contrário. Estes concorreram para que se consolidasse uma ideia, nas palavras de Margareth Rago (1985), da mulher enquanto mãe e vigilante do lar.

Diante disso, o trabalho com as fontes de pesquisa apontou para a tendência de que as manifestações do Ministro do Trabalho Marcondes Filho e também do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, foram expostas e influenciadas, em grande parte, pela doutrina católica. Isto, no sentido da expressão “tradicional” utilizada por Joel Wolfe.

Getúlio Vargas, por outro lado, ao se referir às mulheres as considerou como elementos importantes para a construção nacional. Algo que não é contraditório, visto que Getúlio apenas recorreu e se utilizou do seu próprio argumento de união nacional e da necessidade do auxílio de todos os dispostos ao trabalho. Porém, não podemos passar ao largo de que o fato de Vargas se referir às mulheres e ao trabalho de modo genérico, fez com que se reforçasse justamente o discurso que reservou às mulheres um papel de trabalho, sem dúvida, mas de trabalho doméstico e familiar.

3.4 AS CRIANÇAS E A CONTINUIDADE DA VIDA NACIONAL

Ao mesmo tempo, é plausível destacar que a imagem da mulher foi apresentada, pela política do Estado Novo, recorrentemente a temas que se referiram às crianças, a higiene, a alimentação, a habitação, etc. Ou seja, o governante Getúlio, reservou uma inserção ideológica restritiva mais contundente para os seus ministros, enquanto ele seguia sua retórica de união nacional, de esforços conjuntos, transmitindo a ideia de que todos os brasileiros trabalhadores estariam inseridos no processo de reconstrução nacional. Enfim, manifestou a questão das mulheres inseridas em um contexto genérico de trabalho.

Da mesma forma, as temáticas que orbitaram conjuntas ao tema das mulheres, podem ser interpretadas no sentido da intenção de consolidar a mulher como “senhora do lar proletário” ou a responsável pela continuidade da família. Ao mesmo tempo, responsabilizando-a, mesmo que subjetivamente, pela incumbência de assegurar as pretensas modificações nos modos de vida dos trabalhadores.

Cumprindo às incumbências propostas para si as mulheres estariam, também, auxiliando em outras questões, já que inseridas no âmbito da família. Este foi o caso do cuidado das crianças, por exemplo, que exploraremos de modo mais proveitoso adiante. Ou

seja, ao ser a responsável pelo lar, a mulher seria a responsável pelas crianças, suas condições de higiene, de alimentação, enfim, a mulher como “senhora do lar” seria uma espécie de condutora que asseguraria no âmbito particular e restrito da família as mudanças pretendidas.

Foi desta forma que, em muitos aspectos, a educação funcionou como elemento de “esclarecimento” para a classe trabalhadora e para as mulheres. Na verdade, além da educação, diversos foram os meios a partir dos quais se irradiou a ideologia do Estado Novo. Neste sentido, apontamos o trabalho de Semíramis Nahes (2007),¹³² que estudou o semanário carioca “Fon-fon”¹³³, importante revista do período, e que apontou o papel desta na circulação dos ideais estado-novistas em relação às mulheres. Desta forma, destaca que a revista possuía um:

Discurso que se estendia ao gênero feminino, quando determinava que as mulheres deviam ser ao mesmo tempo dirigidas e dirigentes, profissionais e mães espirituais, disciplinadas e disciplinadoras. A exemplo do Estado, que pretendia zelar pela nação, a mulher deveria zelar pela família. (NAHES, 2007, p. 113).

Não ignoramos o fato de que esta revista, pelas características apresentadas na pesquisa de Nahes, esteve voltada para as mulheres com maiores condições financeiras, de um estrato médio da formação social. Todavia, nos serve de exemplo o alcance do discurso estado-novista neste sentido, visto que não se restringiu apenas às mulheres da classe trabalhadora, apenas mudando a ênfase de suas proposições.

Se às mulheres da classe trabalhadora, vindas de estratos com maiores dificuldades econômicas, as cartilhas apresentaram questões como higiene, alimentação, entre outras, para as mulheres da classe burguesa, como observamos através da revista “Fon-fon”, as palavras vinham no sentido de direcionar o papel da mulher dentro do lar. Como Nahes (2007, p. 159) destaca, ao dizer que “essa ideologia manifesta-se, como apontamos, num discurso machista de doutrinação da mulher, chamada a representar seu papel no contexto do Brasil Novo: mãe de família, formadora de novas gerações e apoio dos verdadeiros protagonistas da História, os homens”.

A educação serviu como transmissora de normativas que visaram o enquadramento de contingentes da população a novos padrões de comportamento. Ao mesmo tempo, se faz necessário observar que esta implicação da mulher como “senhora do lar operário” poderia resultar em uma jornada estendida de trabalho, visto que as mulheres da classe operária não

132NAHES, Semiramis. **Revista FON-FON: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

133Revista semanal carioca, fundada no ano de 1907 e mantendo-se em circulação até o ano de 1958.

poderiam, muitas vezes, abrir mão de uma atividade produtiva em nome dos cuidados “do lar”¹³⁴.

Ao abordarmos os discursos que visaram promover as regulamentações trabalhistas e sociais, percebemos como se construiu a imagem de que estas seriam fruto da capacidade visionária e do altruísmo de Getúlio Vargas. Como por exemplo, nesta manifestação na década de 1940, quando ao apresentar Getúlio como o maior e verdadeiro amigo do povo brasileiro, Marcondes Filho (1943, p 84) disse que “ser amigo é pensar e dedicar-se, espontaneamente, aos interesses alheios, esquecer do que é seu para defender o que é dos outros, sacrificar-se pelo bem-estar do próximo¹³⁵”. Prosseguindo, afirma que por exibir esta capacidade de abnegação e compreensão das necessidades foi que vislumbrou “fundar uma nova civilização”, “instituindo um regime que outorgou ao abandonado e esquecido proletariado brasileiro uma legislação social que assegurou e enobreceu o trabalho, beneficiou homens, mulheres e crianças, protegeu os lares, defendeu a saúde e amparou a velhice” (MARCONDES FILHO, 1943, p. 84-85)¹³⁶.

Igualmente, compreendemos que a mulher deteve um papel importante no discurso de trabalho, pois a política estado-novista demonstrou acreditar que as mulheres deveriam ser fiadoras dessa ascensão (material e moral) dos brasileiros através de sua influência na família. Como deixa claro Gustavo Capanema, ao dissertar sobre a necessidade da intervenção do Estado na família como modo de assegurar as pretendidas transformações:

É necessário realizar uma grande reforma na nossa legislação, sobretudo que diz respeito ao problema da família. Esta reforma deverá consistir em modificações a serem feitas no direito civil e no direito penal, nas leis relativas à previdência e à assistência social, nas leis dos impostos e outras; há de consistir, sobretudo na introdução de inovações substanciais de grande importância como seja o abono familiar, o voto familiar, a educação familiar etc. E de notar que medidas parciais não bastam. (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p. 131).

Não nos resta dúvida que este foi um discurso radical de defesa da família. Ele esteve inserido na discussão acerca da aprovação do Estatuto da Família. Todavia, elementos como o abono salarial e a educação estiveram entre os que, de fato, sofreram intervenções do

134A compreensão era que as mulheres advindas da “classe proletária” não poderiam, muitas vezes, abdicarem do trabalho fora do âmbito familiar. É neste viés que o Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, expõe a questão da regulamentação do trabalho feminino. Esta regulamentação viria com o intuito de resguardar as próprias mulheres de situações insalubres, bem como assegurar a subsistências de sua prole.

135Fonte: Discurso “Primeiro de Maio”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

136Fonte: Discurso “Primeiro de Maio”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

Estado, como veremos em outro momento. O que nos interessa perceber, por hora, é esta relação entre a família e as mulheres e o modo como o Estado Novo soube utilizar-se dela.

Neste sentido, entendemos que a política estado-novista entendeu que a proteção às mulheres, às crianças e aos jovens seria um dos meios essenciais de proteger a família. Agora, quando nos referimos a proteção, é necessário que se diferencie isto em dois aspectos, tais sejam, da instituição social e das políticas públicas. O primeiro aspecto esteve ligado à proteção da família como instituição portadora de valores conservadores, que amplificariam pela formação social através da família. O segundo aspecto de proteção esteve ligado a questões materiais, como a intenção de que houvesse a melhoria das condições de vida e consequente de reprodução da população, por exemplo. Continuando, de um modo houve a intenção de proteção da família na qualidade de instituição social que traria consigo elementos de uma moral estabelecida pautada, muito em parte, pela doutrina conservadora católica, que possuía adeptos entre políticos do alto escalão. Foi neste sentido que se operou a proteção da família em relação ao “perigo comunista” e também a tentativa de estabelecimento de certo “padrão moral de feminilidade”, nas palavras de RAGO (1985).

Por outro lado, houve a proteção pretendida enquanto instrumento pensado pelas políticas públicas de Estado. Este foi o sentido das políticas de proteção à família, às mulheres e as crianças. Foi recorrente a ideia de que seria necessária a mudança nos padrões de alimentação, de saúde, de moradia, etc. Isto traria condições materiais aos trabalhadores de sustentarem o novo modelo de civilização proposto.

Além disso, assegurar o amparo à maternidade e a proteção às crianças e aos jovens foi uma das estratégias claras estabelecidas pelo Estado Novo, como meio de assegurar a própria sustentação do governo e a sua pretensa reconstrução nacional. Como bem se percebe, em discurso no natal de 1939, quando Vargas se referiu ao “bem-estar e a saúde das mães e das crianças”, afirmando que:

Acudindo a este apelo em favor da maternidade e da infância, feito, deliberadamente, no dia de Natal, tereis, por certo, prestado homenagem bem grata Àquele que veio ao Mundo como símbolo da bondade, amparo dos fracos e das crianças, e contribuireis de maneira decisiva para o fortalecimento da juventude, garantia futura do engrandecimento da nacionalidade brasileira.¹³⁷(VARGAS, 1940, p.160).

137Fonte: Discurso “O bem-estar e a saúde das mães e das crianças”, de 24 de dez. 1939. Palácio Guanabara. VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: No limiar de uma nova era** [de] 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. V. 7.

Dentro desta lógica, da mesma forma, criou-se a imagem de Getúlio Vargas como o “amigo das crianças”¹³⁸. Com esta alcunha que o ministro do trabalho Marcondes Filho¹³⁹ se referiu a Getúlio, realizando uma retrospectiva das legislações implantadas desde 1932 de amparo ao trabalhador, afirmando que “se a tradição brasileira propugnava pela proteção ao menor trabalhador, foi somente em 1932 que, graças ao grande amigo das crianças brasileiras – o Sr. Getúlio Vargas – tivemos uma lei cuidando real e especialmente do amparo aos pequeninos operários” (MARCONDES FILHO, 1943, p. 178)¹⁴⁰.

Neste sentido, prosseguiu ao se referir à Constituição Outorgada de 1937, que teria não somente corroborado os “avanços” de cinco anos antes, mas reservado quase dois capítulos ao tema das crianças. Então extraiu aquilo que denomina como “primores de legislação” que “por si só consagrariam qualquer legislação instituída” citando alguns artigos como o Artigo 127 que dispunha que “a infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado” e também o Artigo 129 que dispunha que “o ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado”. Por fim, encerrou mencionando o ano de 1941, data em que foi outorgado o decreto que regulamentou os dispositivos constitucionais dos anos anteriores relativos ao trabalho dos menores de 18 anos¹⁴¹.

Diante disso, e agora nos atendo a questão das crianças e dos jovens, é perceptível que a política do Estado Novo procurou, além de estabelecer intervenções no presente, também realizar intervenções sociais que assegurassem a própria manutenção do sistema político. Isto, no sentido do estabelecimento de um novo padrão de civilização, a partir de novas práticas sociais, que se traduzissem na própria perpetuação do Estado novo¹⁴². As crianças e os jovens, nesse sentido, se configuraram enquanto grupos a que foi reservada atenção por

138“Getúlio Vargas o amigo das crianças” foi uma cartilha elaborada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.) no ano de 1940 e que entra no bojo das construções do D.I.P. em torno da figura de Vargas. Sobre a cartilha ver: <<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1>>> e também: “Ensino primário getulista: cartilhas escolares como instrumento de doutrinação infantil” de Zenaide Inês Schmitz e Miguel Ângelo Silva da Costa. Disponível em:<< [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(280\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(280).pdf)>>. Acesso em: 23 de nov.2016.

139Fonte: Discurso “O trabalho das crianças”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

140 decreto ao qual Marcondes Filho se refere é o que corresponde ao Decreto nº 22.042, de três de Novembro de 1932, que estabeleceu as condições do trabalho dos menores na indústria. Em seu primeiro artigo veta o trabalho de menores de 14 nas indústrias, dentre outras disposições. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22042-3-novembro-1932-499365-publicacaooriginal-1-pe.html>>> Acesso em: 23 de nov. 2016.

141No ano de 1941 é outorgado o Decreto-Lei Nº 3.616 que dispõe sobre a proteção do trabalho dos menores de 18 anos. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3616-13-setembro-1941-413842-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 de fev. 2017.

142Trabalhos como de Pontes Jr; Pereira (2008) e Oliveira; Velloso; Gomes (1999) abordam esta questão, quando se referem à construção do “homem novo” ou do “trabalhador brasileiro”.

parte do Estado por, justamente, serem os que representariam o futuro dos esforços dispendidos no presente.

Para compreender o modo como o Estado Novo apreendeu a família devemos, da mesma forma, compreender como as crianças e também os jovens estiveram inseridos neste processo.

Getúlio Vargas, em 1938, já advertia para o fato de que “todo o nosso esforço tem de ser dirigido no sentido de educar a mocidade, de prepará-la para o futuro (...) é nela que deposito a minha confiança; é para ela que eu apelo, porque é uma força capaz de consolidar o Estado Novo”. (VARGAS, 1938, p. 83)¹⁴³. Ou seja, desde o início do processo de estabelecimento da ditadura Getúlio já exprimia a necessidade de se ter um cuidado especial com os jovens.

O que nos cabe salientar, é que este foi um processo levado a cabo durante toda a passagem dos anos 1930/1940¹⁴⁴. De fato, houve uma elaboração que passou desde a constituição outorgada de 1937 passando por estatutos e legislações que abrangeram a família, as mulheres, as crianças e os jovens.

Com este intento, criou-se um aparato burocrático necessário para se levar a cabo estas assistências, assim foram criados Departamentos, Serviços e Conselhos¹⁴⁵. Neste sentido, podemos citar desde o próprio Ministério da Educação e Saúde, bem como o Departamento Nacional da Criança (1940)¹⁴⁶, o Conselho Nacional de Serviço Social (1938),¹⁴⁷ além dos postos de puericultura, vinculados ao Instituto Nacional de Puericultura.

143Fonte: Discurso “A solidariedade dos Rio-grandenses e a Libertação do Rio Grande”, de 07 de jan. 1938, Porto Alegre. In VARGAS, Getúlio. **O Pensamento Político de Getúlio Vargas**. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre/RS, 2004.

144Para uma cronologia das políticas de assistências as crianças no Brasil consultar José Roberto Rus Perez e Eric Ferdinando Passone no artigo “Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil”. Da mesma forma, o trabalho de Bernardo Leôncio Coelho, “A proteção à criança nas constituições brasileiras: 1824 a 1969”.

145Através do Decreto-lei Nº 3.799, de 5 de novembro de 1941 institui-se o Serviço de Assistência a Menores. Este estava subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e tinha como intuito “sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares”, como regido em seu artigo 2º, entre outras disposições. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 de fev. 2017.

146Instituído pelo Decreto-Lei Nº 2.024 de 17 de fevereiro de 1940 e tinha por base a organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2024-17-fevereiro-1940-411934-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 de fev. 2017.

147Instituído através do Decreto-Lei nº 525, de 1º de Julho de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-525-1-julho-1938-358399-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2017.

Estes foram consideráveis instrumentos de assistência à maternidade e a infância, pois exibiram a característica da dispersão pelo território nacional, possuindo certa ramificação que outros órgãos não dispuseram. Como nos explica Thiago da Costa Lopes ao dizer que:

Um programa de puericultura devia incluir: a realização de exames pré-nupciais; a divulgação de preceitos higiênicos e alimentares à gestante; o acompanhamento da gestação, do parto e da saúde do recém-nascido e da criança, seguido da divulgação de preceitos básicos de puericultura para as mães. Dadas as condições precárias de vida de grande parte da população brasileira, ganhava importância a assistência social, por meio do provimento de leite, alimentação vestimenta, abrigo, etc., a mães e crianças pobres, a “famílias desamparadas”. (LOPES, 2012, p. 26).

Nos programas de puericultura houve, na maioria das vezes, quatro elementos que foram os responsáveis pelo desenvolvimento do programa: o médico, o professor, o prefeito e o juiz, como salienta André Ricardo Pereira (1999, p. 171). Isto garantiria a plena execução do programa, partindo de quatro frentes diferentes: a prevenção, a continuidade da experiência, assim como a garantia que o próprio programa se pusesse em prática, além da reprodução dos ideais que o Estado Novo propunha às mães e aos menores.

Afinal, os postos de puericultura surgiram com o intuito de formar crianças fortes e saudáveis, e também jovens compromissados com um determinado pressuposto de nação. Desta forma, foi pensada principalmente a atuação e inserção das professoras no sentido em que Pereira ressalta quando afirma que:

Supunha-se que manter a estabilidade da família significava suprir suas deficiências e estimular sentimentos e hábitos que valorizassem o grupo como referência básica da identidade social. Neste caso, o indivíduo deveria ser educado para ver na família, nos amigos, na vizinhança, na pátria, que seria a família estendida, a sua razão de ser. (PEREIRA, 1999, P. 179).

Foi premente a preocupação com a formação de jovens que, além de estarem em condições físicas e mentais de contribuir com a nação, também estivessem imbuídos dos pressupostos nacionalistas pretendidos pelo Estado Novo. Neste ponto, o ministro do trabalho Marcondes Filho foi pragmático ao salientar que ao Ministério do Trabalho coube a tarefa de realizar suas incumbências no sentido de “enriquecer a Pátria de amanhã com homens válidos, sadios, capazes de uma colaboração produtora e útil”. (MARCONDES FILHO, 1943, p.180)¹⁴⁸. Sendo assim, foi deste modo que se tornou compreensível lançar luz sobre a relação entre o Estado Novo e as crianças e os jovens.

¹⁴⁸Fonte: Discurso “O trabalho das crianças”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

A política do Estado Novo através de seus intelectuais, seus burocratas e seus departamentos técnicos estabeleceu a necessidade de formação de um novo “tipo de homem”, de modo geral. Foi diante de uma lógica de tentativa de reorganização do processo produtivo, em longa duração, que a preocupação do Estado Novo em relação às crianças e aos jovens residiu.

Ao mesmo tempo, nos referindo ao aspecto político, não podemos ignorar esta preocupação por parte do Estado com os jovens no sentido de manutenção de uma proposta ou projeto político. Faz-se pertinente ressaltar este aspecto, pois Getúlio e sua composição política não salientaram a necessidade de afirmação de um sistema político, de modo, geral como, por exemplo, em uma generalidade como “democracia”. De outro modo, enfatizaram uma conformação específica, o Estado Novo, apontando esta como o único caminho possível para a redenção de todos os males.

Em discurso, meses antes do Golpe do Estado Novo, em 1936, Vargas (1938, p. 145) alertou para a necessidade do poder público se preparar para a “grande obra de salvação nacional”:

O poder público posto a serviço dos interesses vitais da nacionalidade, cuja estrutura assenta sobre a família e o sentimento de religião e de pátria, poderá refletir salutarmente essas preocupações, orientando-se no mesmo sentido e concorrendo, na esfera das suas atividades, para a grande obra de salvação nacional que o momento está a exigir e que deve ser iniciada sem tardança.¹⁴⁹

Posteriormente, ao discursar para professores do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, engrandeceu a capacidade da “palavra do professor” em incutir “sugestões” aos alunos e nesse sentido foi claro ao definir que os professores deveriam “utilizá-la no puro e exemplar sentido do apostolado cívico infundindo o amor à terra, o respeito às tradições e a crença inabalável nos grandes destinos do Brasil”.¹⁵⁰(VARGAS, 1937, p. 77). Não esqueçamos que a educação, no período, exerceu um papel fundamental na tentativa de construção de novos valores que concorressem para uma formação cívica, moral e de respeito à autoridade política.

Outro momento em que Getúlio expressou sua preocupação com os jovens foi no mesmo Rio de Janeiro, porém um ano após, em 1938, quando ao se referir à mocidade disse que “na formação da mocidade está o fundamento de uma política construtiva e dinâmica. A

149Fonte: Discurso “O levante comunista de 27 de novembro de 1935, de 1 de jan. 1936. In: VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: Retorno à terra natal: Confraternização sul-americana: A Revolução Comunista: Novembro de 1934 a Julho de 1937.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. 4.

150Fonte: Discurso “Orientação nacional de ensino, de 1 de Dez. de 1937. Rio de Janeiro. In VARGAS, Getúlio. **O Pensamento Político de Getúlio Vargas.** Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Júlio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre/RS, 2004.

sua prática virá remover numerosos obstáculos que entorpecem o progresso nacional”. (VARGAS, 1938, p. 385)¹⁵¹. Assim, no mesmo sentido, prosseguiu ao denotar que esperava o auxílio de setores da sociedade civil, notadamente aqueles de condições financeiras “que trabalham e acumulam fortuna”, ou seja, filantropos, a “colaborar com o poder público na obra de preparação das novas gerações, desde o berço à juventude, pelo amparo à maternidade e à infância, os dois polos mais poderosos da afetividade humana”. (VARGAS, 1938, p. 386)¹⁵².

Diante disso, percebemos que houve uma preocupação no que diz respeito ao cuidado com os jovens, as crianças e recém-nascidos. Foi possível delinear uma gama de ações que nos levaram ao entendimento de que houve por parte da política estado-novista um cuidado conjunto que passou pelas mulheres/mães, os recém-nascidos, as crianças e os jovens¹⁵³.

Ao mesmo tempo, foi através da família que se detectou a possibilidade de alcançar estes objetivos de amparo, cuidado e também conformação de determinado contingente social. Afinal, era na família que se concentravam todos estes e segundo o diagnóstico dos intelectuais e burocratas do Estado Novo seria a família o instrumento, a base principal através da qual se irradiariam tais mudanças pretendidas.

Porém, não se faz demasiado ressaltar que a família a que se referiram os discursos dos agentes políticos do Estado Novo foi, em sua prevalência, a família formada no seio da classe trabalhadora. Esta foi a que necessitou de amparo e proteção. À família trabalhadora se julgou necessário dispender ações no sentido de aumentar sua capacidade de reprodução ao mesmo tempo em que garantisse sua própria subsistência e também sua educação¹⁵⁴.

As leis que amparam a família podem ser percebidas com este mesmo intuito. Das famílias que não pertenciam à classe trabalhadora, aqueles que “trabalham e acumulam fortuna”, nas palavras de Vargas, foi esperado ajuda e apoio. Como salienta Getúlio Vargas em um balanço de seus dez anos de poder, em 1940:

151Fonte: Discurso de 7 de Set. 1938. Rio de Janeiro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

152Fonte: Discurso de 7 de Set. 1938. Rio de Janeiro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

153Vargas dizia em 1940 que: “O problema da infância é, em nosso país, dos mais urgentes. À geração que dirige a vida nacional cumpre enfrentá-lo corajosamente. Precisamos dominar as endemias para que, dentro em pouco, a média de crescimento da população melhore e o seu rendimento econômico alcance os coeficientes dos países civilizados”. (VARGAS, 1940, p. 427) Fonte: Discurso de 11 de Nov. 1940. Rio de Janeiro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

154É neste sentido que está articulada toda a Constituição Outorgada de 1937 prevendo auxílio do Estado, sempre que necessário, às famílias a que “faltarem recursos” ou também “as classes desfavorecidas”.

Além dos serviços novos de educação e higiene, promoveu-se incansável campanha para a boa alimentação popular, e, no setor das indústrias, instalam-se refeitórios capazes de alimentar os trabalhadores, sadiamente e por preços módicos. Generalizam-se, igualmente, os cuidados pela saúde infantil. Fundaram-se centros de puericultura e instituiu-se o amparo legal à família, visando estimular as proles numerosas, em benefício da higidez da raça e da extensão do povoamento nacional¹⁵⁵. (VARGAS, 1940, p. 419-420).

Porém, esta intenção de amparo necessita ser compreendida através de duas acepções distintas. Uma que se referiu a questão do trabalho, propriamente, no sentido de fortalecimento da força de trabalho atuante e de criação de condições para que se formassem futuros trabalhadores robustos, nas palavras de Getúlio. A outra se referiu a um amparo que visou à conformação no sentido de reforçar determinados valores cívicos e nacionalistas¹⁵⁶.

Em seu trabalho de dissertação intitulado “Das raças à Família: um debate sobre a construção da nação”¹⁵⁷ Ana Maria Medeiros da Fonseca tratou dessa segunda acepção do amparo às mulheres, as crianças e aos jovens, compreendendo igualmente o papel construído para a família. Ela compreendeu que “no bojo das propostas de forjar um homem novo para forjar uma nova nação – uma nação que até então não teria sido plenamente construída –, têm destaque as políticas de proteção e amparo à família” (FONSECA, 1992, p. 303). Ao mesmo tempo, atentou para o fato de que:

As propostas de construção da nação, através da formação de um novo homem, têm em comum o não reconhecimento de qualquer direito ancorado nos indivíduos. Neste sentido, o interesse pela família faz parte de um projeto que revê a noção de indivíduo e o submerge na coletividade, no interesse nacional. (FONSECA, 1922, p. 303-304).

Não se torna custoso recordarmos que o discurso de combate aos individualismos desagregadores, que seriam um sintoma da implantação do liberalismo no Brasil, foi algo recorrente desde inícios dos anos trinta, muito em parte, devido às formulações de intelectuais como Oliveira Viana e Azevedo Amaral, por exemplo. Da mesma forma, a família – e em seu seio os jovens e as crianças – deveria ser a instituição capaz de propagar e consolidar estes pressupostos. A educação, do mesmo modo, viria com este intuito principal, como ressaltou Vargas:

155Fonte: Discurso de 11 de Nov. 1940. Rio de Janeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

156Ao certo que esta distinção ocorre apenas para efeitos de compreensão teórica, visto que sua proposição, no “terreno do real” se desenvolve de acordo com a concepção política abrangente estabelecida pelo Estado Novo e que se manifesta em diversos patamares.

157Ana M.M. da Fonseca. **Das Raças à família**: um debate sobre a construção da nação. Dissertação de mestrado. Campinas/Unicamp, 1992.

Eu vos direi, agora, que, para a consolidação desta obra, precisamos contar com a educação da juventude e com a mocidade que surge das escolas primárias e elementares, dos ginásios e escolas superiores. E, para isso, todos precisam ser educados dentro da doutrina do Estado Novo. Desapareceu e tem de desaparecer a exterioridade do livre didatismo. Agora, precisa ser estabelecida a doutrina do Estado, que é a que tem por objetivo o engrandecimento da Pátria¹⁵⁸. (VARGAS, 1938, p. 134).

Ou seja, a construção política do Estado Novo elaborou uma sistemática de ações que encamparam desde as crianças, passando pelos jovens, as mulheres e chegaram ao trabalhador. Este pensamento exibiu a intenção da construção de um novo tipo de civilização, em geral, e de uma nova estruturação das forças produtivas, em particular.

Foi este o recado que Getúlio Vargas deixou no Instituto de Educação, no Distrito Federal, em 1943, aos professores presentes:

Sobre os vossos ombros recairão severos compromissos. As gerações mais novas, as que não conhecem da vida senão o pequeno espaço do lar serão confiadas aos vossos cuidados. Ides concorrer com as próprias mães, modelando o espírito dos filhos. As grandes noções que confortam a mentalidade de um povo adquirem-se na escola. Ensinar o que é Pátria, família, sociedade; temperar os ânimos para as lutas maiores; incutir a coragem cívica; estabelecer as normas salutares do trabalho e da disciplina (...) ¹⁵⁹. (VARGAS, 1944, p. 185).

Assim, Getúlio Vargas (1944, p. 122) assegurou que os jovens deveriam ser os fiadores do progresso futuro, pois “na juventude, dentro das escolas, nas fábricas, nas atividades comerciais e agrícolas, cifro as minhas esperanças, deposito a minha fé nos radiosos dias do futuro, que hão de ser os da nossa nacionalidade”¹⁶⁰.

Estas mudanças pretendidas se estabeleceram, contudo, ao preço de uma ditadura que se demonstrou arraigada nas diversas esferas de alcance do Estado Novo. A tentativa de uma homogeneização desta envergadura, pretendida pelos propositores do Estado Novo, não conseguiu se estabelecer sem um profundo teor autoritário que teve em sua gênese a conformação das diferenças em favor da constituição de uma nova civilização.

Do mesmo modo, foi às crianças, às mulheres e aos jovens pertencentes da classe trabalhadora que tais mudanças estiveram voltadas. Buscou-se a construção de um sistema de

158Fonte: Discurso “O cinquentenário da proclamação da República”, de 15 de nov. 1959. Praça Paris. In VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: O Estado Novo** [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. 5.

159Fonte: Discurso “A escola e a ação dos professores”, de 18 de dez. 1943. VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: O Brasil na Guerra: 1º de maio de 1943 a 24 de maio de 1944**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. V. 10.

160Discurso “Os esforços progressistas dos fazendeiros de Uruguaiana”, de 7 de out. 1943. Uruguaiana. VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: O Brasil na Guerra: 1º de maio de 1943 a 24 de maio de 1944**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. V. 10

ensino técnico para os jovens serem inseridos como mão de obra no sistema de produção. Sendo assim, desta forma expressava-se Getúlio em discurso no estádio do clube Vasco Da Gama, no Rio de Janeiro, no 1º de maio de 1943:

A instituição das escolas de fábrica — iniciativa tentada em vários países e entre nós em plena execução — veio alargar as possibilidades do preparo profissional do trabalhador e da sua prole. É natural em todo lar organizado o desejo de ver os filhos continuarem os pais na sua trajetória de trabalho honesto, repetindo em novos lares as alegrias simples da família. Congregá-los para que tenham amanhã um ofício e possam constituir outras famílias atende a um anseio afetivo e a um justo reclamo social. (VARGAS, 1944, p. 33).¹⁶¹.

Os postos de puericultura vieram com o intuito de elevar índices de natalidade e de higiene, além de possibilitarem que um contingente maior de jovens estivesse, logo no início da juventude, capacitado ao trabalho. No sentido em que se questionava Marcondes Filho (1943, 181)¹⁶²: “aos pais proletários e aos nossos industriais, eu aponto os próprios lares, aponto as crianças que aí sorrindo crescem e lhes pergunto se as crianças do Brasil não constituem uma riqueza infinita que deve ser cultivada, exaltada e protegida”.

Afinal, os elementos que estivemos construindo nos apontam para a criação de um contexto de ampla radicalidade em diversos setores da formação social. Como vimos, a família foi utilizada como um instrumento de combate político, ao ser estabelecida como um elemento a ser protegido do “perigo comunista”. Trabalhou-se com as apreensões íntimas de muitas pessoas, criando um verdadeiro clima de terror e suspeição dentro da população. Ao mesmo tempo, o Estado Novo soube, a partir deste clima de suspeição criado, utilizar-se do discurso de trabalho ao realizar verdadeiras convocações ao trabalho de construção nacional – nacionalista.

161Fonte: Discurso “O patriotismo do trabalhador brasileiro e a política trabalhista do governos”, de 1 de maio 1943. Estádio Vasco da Gama. VARGAS. Getúlio. **A nova política do Brasil: O Brasil na Guerra: 1º de maio de 1943 a 24 de maio de 1944.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. V. 10

162Fonte: Discurso “Trabalho das crianças”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. **Trabalhadores do Brasil.** Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, neste trabalho, realizar uma contribuição aos estudos que se voltaram ao período da Ditadura do Estado Novo, no Brasil. Nosso objeto de pesquisa, a família, se apresentou de modo pertinente a este propósito, visto que pudemos construir uma rede de entendimentos, que demonstrou as formas diversas em que a família constituiu-se como elemento operado pela política estado-novista, e em função de quais propósitos.

Denominamos esta rede de entendimentos de concepção político-social de família para o Estado Novo. Este movimento teórico nos permitiu delinear um campo de atuação da política estado-novista em relação à família, assentada sobre três elementos: o autoritarismo, a reconfiguração das bases de poder, e a busca pelo desenvolvimento econômico.

Desta forma, nos empenhamos em apresentar certo *sentido* na prática política que vislumbrou a família. Ou seja, demonstramos que as ações empreendidas se realizaram para conformar contingentes da população que, de acordo com o diagnóstico do Estado Novo, não estariam em conformidade com o novo padrão de desenvolvimento pretendido. Para este intento, lançou-se mão de um repertório variado, que passou pelo autoritarismo político, pela reestruturação burocrática, e pela repressão social e política.

Referimo-nos a repressão social, pois demonstramos através de casos concretos a partir das crianças, das mulheres, dos jovens e também dos trabalhadores, que a coação extrapolou um sentido político restrito, alcançando os modos de vida de contingente da população. Assim, evidenciamos que a concepção político-social do Estado Novo em relação à família se construiu no sentido de conformar setores da população tendo em vista determinado desenvolvimento econômico.

A conformação do estado das coisas ao modo em que se configurou, através de uma Ditadura, foi o propósito concreto que permitiu com que se efetuassem interferências nos modos de vida da classe trabalhadora, majoritariamente. A não ser que crêssemos em um sentido natural do desenvolvimento histórico, não poderíamos deixar de compreender as interferências no modo de alimentação dos trabalhadores e nos seus hábitos culturais, neste sentido. Ou seja, compreendendo um específico propósito de desenvolvimento econômico. Isto porque, este propósito intervencionista se constituiu conjuntamente a um clima de suspeição e nacionalismo, os quais determinaram a opressão de manifestações adversas.

Todavia, alheios ao que Angela de Castro Gomes (2005), a partir de Severino Sombra, denominou de “concepção totalista de trabalho”, os trabalhadores absorveram aquilo que lhes conveio e se contrapuseram ao momento em que julgaram as ações arbitrárias.

A família, desta forma, esteve inserida nesta lógica dinâmica, entre aquilo que se impôs e aquilo que se considerou conveniente, como as pesquisas que se ocuparam das manifestações de resistência da classe trabalhadora, a exemplo de Konrad (2006), e organizações político-partidárias, com Prestes (2005), nos demonstraram em âmbito geral.

A preocupação com a instituição social família foi construída nesta dinâmica. Ou seja, buscamos entender quais os motivos levaram a sua eleição como um elemento social, político, e economicamente importante pela Ditadura do Estado Novo.

Como demonstramos na parte inicial deste trabalho, a família necessita ser abordada como instituição histórica, que absorveu os jogos de tensão que as relações sociais e de produção proporcionaram. Através do trabalho de Engels (1984), foi possível perceber que sua “evolução histórica” esteve ligada diretamente a questão da divisão social e sexual do trabalho, e que após a ascensão da burguesia em diversos países, bem como a hegemonia do capitalismo enquanto modo de produção, é que a família se configurou ao molde exibido no século XX.

Isto foi determinante para a construção de posições hierárquicas dentro da família, bem como a progressiva instituição da mulher como o elemento da família responsável pelo trabalho doméstico, e o estabelecimento do homem como o elemento a ser inserido no sistema produtivo enquanto força de trabalho. Esta percepção de Engels nos foi proveitosa, pois manifestou teoricamente algo que se desenvolveu no contexto do Estado Novo. Todavia, nos voltamos a demonstrar as particularidades que a realidade do contexto brasileiro apresentou principalmente de acordo com as especificidades políticas do governo estado-novista. Isto significou a dinâmica de incorporação de amplos setores sociais, ao mesmo tempo do estabelecimento de uma moral conservadora, influenciada pela doutrina católica.

Ao construirmos a noção de concepção político-social de família, buscamos relacionar a família ao projeto de desenvolvimento político e econômico da Ditadura do Estado Novo. Para isto, desenvolvemos reflexões que caminharam paralelas à questão do trabalho, propriamente, abordando temas como saúde, alimentação, puericultura, entre outras. Ou seja, caso nos restringíssemos a evidenciar que a família sofreu intervenções durante o período em questão, este esforço não se configuraria proveitoso do ponto de vista da compreensão histórica.

Porém, a apreensão das fontes nos possibilitou avaliar que o discurso genérico acerca da família se referiu, essencialmente, a determinada parcela da população, e isso nos possibilitou denotar um sentido de atuação. Ao mesmo tempo, ressaltamos que este discurso diferiu qualitativamente quando se referiu à classe trabalhadora.

O trabalho de Nahes (2007), que analisou o semanário “Fon-fon”, revista que teve em seu âmbito de circulação as mulheres da classe média carioca, seguiu neste sentido. Sua pesquisa demonstrou que “Fon-fon” exibiu, enquanto temática essencial, determinado regramento moral das mulheres, ao tempo em que as definiu como as responsáveis pelo lar. Isto se revelou profícuo ao ser contraposto aos artigos inscritos nos “Boletins Mensais do Serviço de Alimentação da Previdência Social”, pois de modo geral, a preocupação deste Serviço esteve referida a questões mais elementares como modos de alimentação, hábitos de higiene, organização habitacional e disciplina ao trabalho. Não a toa estes boletins foram distribuídos entre elementos da classe trabalhadora.

Ou seja, percebemos que foi à classe trabalhadora que as transformações nos hábitos e costumes estiveram realmente voltadas. Enquanto em relação às classes favorecidas a preocupação existiu no sentido da manutenção de certa moral burguesa, à classe trabalhadora foi reservada a intervenção nos seus modos de vida. Da mesma forma, a este movimento de conformação de costumes, circunscritos no âmbito da cultura, esteve aliado a dura repressão política dos movimentos organizados, conforme a historiografia abordada neste trabalho demonstrou.

Ao mesmo tempo a apreensão da concepção político-social de família nos permitiu inferir que este discurso político, - com teor eminentemente social e que buscou o trabalho em nome da nação, - esteve voltado para a configuração de condições sociais que propiciassem a aderência política ao Estado Novo e o estabelecimento de uma força de trabalho capaz de assegurar o desenvolvimento econômico do Brasil.

Com isso, indicamos que as práticas repressivas autoritárias do Estado Novo agiram de acordo com dois pressupostos fundamentais: o primeiro esteve ligado à repressão dos movimentos organizados da classe trabalhadora; o segundo a conformação de costumes desta classe, os quais foram considerados como não condizentes com o novo padrão de desenvolvimento pretendido.

Para que tivéssemos a possibilidade de compreender esta dinâmica recorreremos a questão da ideologia, através dos trabalhos de Fonseca (1989), Chartier (1991), Silva (1998), Girardet (1987) e Gramsci (1991). Estes trabalhos, cada qual exprimindo preocupações específicas de pesquisa, nos possibilitaram a reflexão sobre a questão da ideologia e sua manifestação no ambiente político.

Abordar estes trabalhos demonstrou-se fundamental para compreendermos o processo de generalização de uma concepção política estritamente particular, ou seja, representante dos interesses das frações de classe que alcançaram o poder de Estado em 1937. Diante disso as

fontes abordadas, representantes da organização política e jurídica do Estado, se revelaram do mesmo modo válidas, pois a partir delas podemos perceber esta diferenciação qualitativa a que estamos nos referindo. Ou seja, que as intervenções do Estado em relação à família, durante o Estado Novo, estiveram voltadas para determinada reorganização do sistema produtivo.

Para isto, identificamos a disparidade entre o discurso e a prática política efetiva. Deste modo se tornou inteligível o discurso de “família brasileira” ou até mesmo a construção do mito de Getúlio Vargas enquanto o “pai dos pobres”. A compreensão das manifestações ideológicas permitiu compreendermos ações que a prática política encobriu em nome da generalidade da nação.

Dessa forma, a instituição família necessitou ser entendida a partir de sua imersão em uma dinâmica de oposições em relação à concepção político-social de família estabelecida pelo Estado Novo. Isto significou que ela foi partícipe de um movimento maior que buscou determinada reconfiguração social e econômica do país.

Este foi o sentido impresso na expressão quantitativa dos discursos representantes da política estado-novista, pois se buscou a configuração de um “novo estado das coisas”, e a família foi eleita como um dos meios essenciais para que isto se concretizasse. Estado que deveria estar assentado na ordem e na disciplina de trabalho, como podemos perceber neste artigo inscrito em um dos Boletins mensais do Serviço de Alimentação da Previdência Social:

Trabalhador, pense nos seus entes queridos que estão longe e medite o quanto eles dependem de sua dedicação ao trabalho e do seu desejo de vencer. Medite um pouco na importância de sua obra e no quanto ela tem significado no conforto para sua família. Lembre que só a sua educação ao serviço pode garantir educação àqueles que vieram de seu sangue e um dia hão de tomar o seu lugar na imensa, heroica e silenciosa luta a que se entrega cotidianamente¹⁶³.

Este excerto foi representativo do modo em que o discurso político do Estado Novo se utilizou da família em sua retórica. Elaborou-se uma concepção político-social de família que realizou a junção entre o particular e o coletivo. A coação se exibiu no momento em que o trabalho ordeiro, dedicado e obediente foi estabelecido como condição para o futuro de terceiros, da família. O trabalho, agora, seria um ato heroico.

A concepção político-social de família para o Estado Novo esteve associada a um grande enlace, que agiu para conformar e coibir os trabalhadores e suas famílias,

163Boletim mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Ano I. Nº 3, Janeiro de 1945, p. 1.

essencialmente. O estabelecimento de uma disciplina de trabalho, de padrões sociais, e de uma moral conservadora às famílias, aliou-se a comunhão entre uma ideia particular e outra coletiva de família.

Isto resultou em um contexto que teve por significado a coação de amplos setores sociais, visto que este sentido de coação se manifestou objetiva e subjetivamente. No primeiro caso, se referiu a ampla perseguição política, que se manifestou através de prisões, censuras, entre outras práticas. A segunda, de manifestação não aparente, esteve ligada à lógica de correspondência entre o particular e o coletivo, e estabeleceu que o bem comum estivesse ligado a ações particulares. Neste ponto, a Ditadura do Estado Novo atuou de forma exaustiva, ligando a necessidade do trabalho eficiente e obediente à condição de sobrevivência não somente da família, em particular, mas da família brasileira, a nação, em uma acepção coletiva.

5. REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano Aronne de. O sentido democrático e corporativo da não-Constituição de 1937. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 58, p. 461-480, maio-agosto 2016.

_____. Autoritarismo e desenvolvimento no Brasil. In: **Historiæ**, Rio Grande, 1 (3): 117-130, 2010.

_____. Autoritarismo Político no Brasil: intelectuais e imprensa. In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de. (orgs.). **De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

_____; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.

ALBERNAZ, Cássio A.A. Um Minotauro Republicano: considerações sobre os Conselhos Técnicos no Pensamento Autoritário. In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de. (orgs.). **De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado** – Notas para uma investigação. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1970.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006.

BATALHA, Cláudio. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (org.). **O Brasil Republicano vol. I – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira Da. FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, pp. 95-120.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano vol. I – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANCELI, Elizabeth. **O mundo da violência: Repressão e Estado Policial na Era Vargas (1930-1945)**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 1991.

CARONE, Edgar. **Brasil anos de crise: 1930-1945**. São Paulo: Editora Ática 1991.

CARVALHO, José Murilo de. A Utopia de Oliveira Viana. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 82-99, jul. 1991. ISSN 2178-1494.

_____. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. José Murilo de. Vargas e os Militares: Aprendiz de Feiticeiro. In: D’ARAÚJO,

Maria Celina (org). **As Instituições Brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: EDUERJ; Ed. FGV, 1999.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**. Ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: Ed. da USC, 1999.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**; São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abril, 1991.

COELHO, Bernardo Leôncio Moura. A proteção às crianças nas constituições brasileiras: 1824-1969. In.: **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 35 n. 139 jul./set. 1998.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. As origens do corporativismo brasileiro. In: **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil** / Org. Renato R. Boschi. Rio de Janeiro: IUPERJ: Rio Fundo Ed., 1991.

DE DECCA, Edgar. 1930. **O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DECCA, Maria A. G. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo. 1920-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DINIZ, Eli. **Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In. PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado: Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan** . 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1984.

FONSECA, Ana M.M. Da. **Das Raças à família: um debate sobre a construção da nação**. Dissertação de mestrado. Campinas/Unicamp, 1992.

FONSECA, Cláudia. A História Social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. **Revista BIB**, Rio de Janeiro, ANPOCS, n. 27, p. 51-73, 1º sem. 1989.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção – 1906-1954**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FUKUI, Lia F. G. Estudos e pesquisa sobre família no Brasil. **Revista BIB**, n.10, Rio de Janeiro, 1980.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In. PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GRAMSCI, A. **Maquiavel: a política e o Estado Moderno**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de

Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (orgs). **O Brasil Republicano vol. I** – O tempo do liberalismo excluyente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HIRATA, Helena; GOAT, Daniele. **A classe operária tem dois sexos**. In: Revista Estudos Feministas; Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

HOCHMAN, Gilberto. A saúde pública em tempos de Capanema: continuidades e inovações. In: **Constelação Capanema: intelectuais e política**. Helena Bomeny (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001.

KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)**. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2004.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)**. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH-UNICAMP, 2006.

LOPES, Thiago da Costa. **Sociologia e puericultura no pensamento de Guerreiro Ramos: diálogos com a escola de Chicago (1943-1948)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz Rio de Janeiro: [s.n.], 2012.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Azevedo Amaral e o debate sobre o desenvolvimento: entre nacionalismo, industrialismo e desenvolvimentismo. In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de. (orgs.). **De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial S.A. 1979.

_____. A política educacional e a formação da força de trabalho industrial na era Vargas. In: **A Revolução de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas**. Brasília, D.F.: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese de Doutorado: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo, 2000.

NAHES, Semíramis. **Revista FON-FON: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: **Constelação Capanema: intelectuais e política**. Helena Bomeny (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001.

PAIM, Antonio. Introdução. In: Oliveira Vianna. **Instituições Políticas Brasileiras**. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro: Bahia, 2008.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n° 38, p. 165-198. 1999.

PEREZ, José Roberto Ruz; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. In: **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.140, p. 649-673, maio/ago. 2010.

POLETTI, Ronaldo. **1934** — Brasília: Senado Federal Subsecretaria de edições Técnicas, 2012.

PONTES Jr, Geraldo; PEREIRA, Victor Hugo Adler (orgs.). **O velho, o novo, o reciclável Estado Novo**. Rio de Janeiro: De Letras, 2008.

PORTO, Walter Costa. **1937**. 3. Ed. — Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de edições Técnicas, 2012. (Coleção Constituições brasileiras; v. 4).

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Ed. Martins Fontes. 1986.

PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). In: **Revista Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXI n. 1, p. 101-120, junho 2005.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890 – 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RICUPERO, Bernardo. A crítica da cópia em Oliveira Vianna. In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de. (orgs.). **De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SAMARA, Eni de M. A família no Brasil: história e historiografia. **História Revista**, 2(2): p.7-21, jul/dez. 1997.

_____. A história da família no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 17, p. 07-35, set. 88/fev. 89.

SAMIS, Alexandre. “Pavilhão negro sobre pátria verde-oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil”. In: COLOMBO, Eduardo et al. **História do movimento operário revolucionário**, p. 125 a 189.

SARDENBERG, Cecília M. B. Mães e filhas: etapas do ciclo de vida, trabalho e família entre o antigo operariado baiano. In: **CADERNO CRH**, Salvador, n. 29, p. 21-47, jul./dez. 1998.

SCHWARTZMAN, Simon. A Igreja e o Estado Novo: o Estatuto da Família. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, (37): pp. 71-77, maio 1981.

_____. BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Ricardo Virgílio Da. **A ideologia do Estado Autoritário no Brasil**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, São Paulo, 1998.

STOPINNO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.p. 94/104.

TERUYA, Marisa Tayra. **A família na historiografia brasileira, bases e perspectivas de análise**. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Belo Horizonte, 2000.

THOPSON, John B. **Ideología y cultura moderna** – Teoría crítica social en la era de la comunicación de masas. Universidad Autónoma Metropolitana, México, 2002.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma Configuração do Campo Intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta & GOMES, Ângela Maria de Castro (Orgs.). **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

VIANNA, Marly de A. G. As rebeliões de novembro de 1935. In: **Revista Novos Rumos**. Marília/São Paulo, Ano 16; nº 34, 2001. Disponível em <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/issue/view/182>>.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. V. 1, p. 276.

_____. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

VIEIRA, Gustamara Freitas. **A ação do Departamento Nacional da Criança no Estado Novo: educação, saúde e assistência**. 2003. Dissertação. (Mestrado em Educação). Juiz de Fora: UFJF, 2003.

VILHENA, Cynthia Pereira de Sousa. A família na doutrina social da Igreja e na política social do Estado Novo. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 45-57, 1992.

WOLFE, Joel. "**Pai dos pobres**" ou "**Mãe dos ricos**"?: Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 14, nº 27, 1994, pp.27-59.

WASSERMAN, Claudia. Raízes do pensamento autoritário na América Latina. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.

6 FONTES

AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

BOLETIM MENSAL [do]. **Serviço de Alimentação da Previdência Social**. Ano 1; nº 1; Novembro de 1944, p. 17.

_____. **Serviço de Alimentação da Previdência Social**. Ano 1; Nº 3; Janeiro de 1945, p. 1.

_____. **Serviço de Alimentação da Previdência Social**. Ano 1; Nº 4; Fevereiro de 1945, p. 14.

D'ARAÚJO, Maria Celina de. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil**. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. P. 29.

MARCONDES FILHO, Alexandre. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: Retorno à terra natal: Confraternização sul-americana: A Revolução Comunista: Novembro de 1934 a Julho de 1937**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. 4.

_____. **A nova política do Brasil: O Estado Novo [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho 1938**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. 5.

_____. **A nova política do Brasil: No limiar de uma nova era [de] 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. V. 7.

_____. **A nova política do Brasil: Ferro, carvão, petróleo: 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. V. 8.

_____. **A nova política do Brasil: O Brasil na Guerra: 1º de maio de 1943 a 24 de maio de 1944**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. V. 10.

_____. **O Pensamento Político de Getúlio Vargas**. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre/RS, 2004.

VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição**. Rio de Janeiro: Ed. Terra de Sol, 1927.

Legislações

BRASIL. **Constituição Federal de 1934**. Promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>.

_____. **Constituição Federal de 1937**. Outorgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>.

_____. Decreto nº 22.042, de 3 de novembro de 1932. Estabelece as condições do trabalho dos menores na indústria. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 5 de nov. 1932. Seção 1, p. 20308.

_____. Lei nº 244, de 11 de Setembro de 1936. Institue, como órgão da Justiça Militar, o Tribunal de Segurança Nacional, que funcionará no Distrito Federal sempre que fôr decretado o estado de guerra e dá outras providencias. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 12 de set. 1936. Seção 1, p. 20124.

_____. Decreto nº 2.478, de 88, de 20 de dezembro 1937. Modifica a Lei n.º 244, de 11 de setembro de 1936, que instituiu o Tribunal de Segurança Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 24 de dez. 1937. Seção 1, p. 25521.

_____. Decreto nº 969, de 21 de dezembro 1938. Dispõe sobre os recenseamentos gerais do Brasil. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 21 de dez. 1938. Seção 1, p. 20308.

_____. Decreto nº 1.764, de 10 de novembro de 1939. Cria a Comissão Nacional de Proteção à Família. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 11 de nov. 1939. Seção 1, p. 26424.

_____. Decreto nº 2.024 de 17 de fevereiro de 1940. Fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 23 de fev. 1940. Seção 1, p. 3125.

_____. Decreto nº 2.478, de 5 de agosto de 1940. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 23/ de out. 1940. Seção 1, p. 16199.

_____. Decreto nº 3.616, de 13 de setembro de 1941. Dispõe sobre a proteção do trabalho do menor e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 16 de set. 1941. Seção 1, p.17931.

_____. Decreto nº 3.799, de 5 de novembro de 1941. Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 11 de nov. 1941. Seção 1, p. 21338.

_____. Decreto nº 525, de 1º de Julho de 1938. Institue o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 5 de set. 1938. Seção 1, p. 13384.